

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**

**ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE NO VALE DO TAQUARI:
POSSIBILIDADES A PARTIR DO ESTUDO DE CASO NO MORRO
GAÚCHO EM ARROIO DO MEIO**

Ana Krüger

UNIVATES

Lajeado, junho de 2008

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE NO VALE DO TAQUARI:
POSSIBILIDADES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO NO MORRO
GAÚCHO EM ARROIO DO MEIO**

Ana Krüger

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a Dra. Jane Mazzarino.

Lajeado, junho de 2008

Data da defesa: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora

Professor: _____.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor: _____.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor: _____.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor: _____.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTO

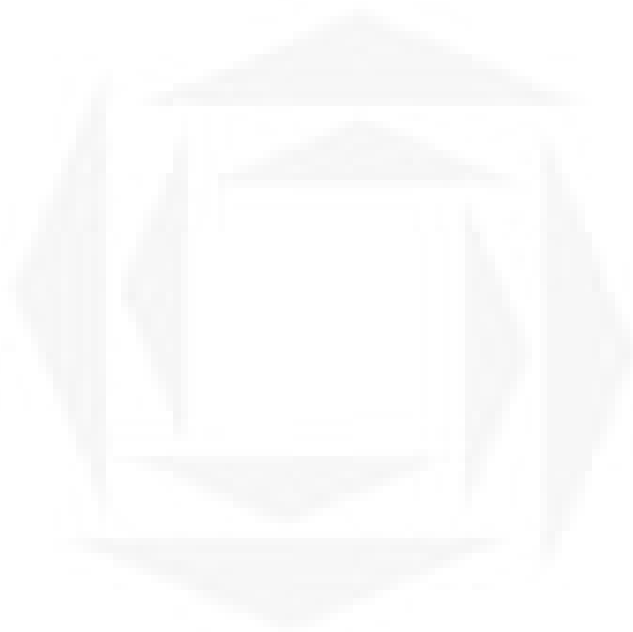
Agradeço a ajuda prestimosa de minha orientadora, Profª. Dra. Jane Mazzarino, pela paciência e ensinamentos oportunizados ao longo das aulas e encontros de orientação;

Agradeço a meus professores que sempre souberam me encaminhar nos estudos;

Agradeço a meus colegas pelo apoio e estímulo;

Agradeço a minha família e amigos pela compreensão, carinho e força empreendidos ao longo da pesquisa, especialmente a Maurício, pela paciência, amor e parceria ao longo de todo o curso;

Agradeço aos sujeitos entrevistados pelo interesse em participar da pesquisa que muito contribuíram para a realização da mesma.



UNIVATES

“O importante é nunca parar de questionar”
Albert Einstein

RESUMO

O Turismo é um fenômeno que abrange as esferas culturais, sociais, políticas, econômicas e ambientais, e constitui-se em uma possibilidade de desenvolvimento local para as comunidades. Neste sentido, considerou-se que o Ecoturismo pode ser uma estratégia de desenvolvimento sustentável, de fortalecimento do capital social e de formação da cidadania. Com base nestas colocações, este estudo de caráter exploratório quanti-qualitativo teve como objetivo geral compreender como se organiza historicamente o campo turístico no Vale do Taquari, a partir da análise das representações sociais dos atores envolvidos, e investigar as potencialidades de desenvolvimento do Ecoturismo como estratégia de sensibilização para o desenvolvimento sustentável em Arroio do Meio/RS. A metodologia utilizada partiu de um estudo de caso no Morro Gaúcho, localizado em Arroio do Meio. Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais envolvidos na formação do campo turístico, a saber: poder público municipal, movimento social, iniciativa privada e a comunidade residente. Constatou-se que o campo turístico no Vale do Taquari ainda está em formação devido à ausência de um *habitus* específico neste campo, o que caracteriza um jeito próprio de ser e fazer a atividade turística na região. A análise das representações sociais aponta para construções diversas sobre as questões turísticas e ecológicas conforme os interesses dos atores sociais, sendo possível identificar potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo, apesar da fragilidade do capital social.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Ecoturismo. Arroio do Meio/RS. Morro Gaúcho. Representações Sociais.

ABSTRACT

Tourism is a phenomenon that encompasses cultural, social, political, economical and environmental scopes; it represents a possibility for local community development. In this sense, one can consider Ecotourism as a sustainable development strategy, to strengthen social capital and to form citizenship. Based on these assumptions, this exploratory quantitative and qualitative study aims at understanding how the touristic area is historically organized in the Taquari Valley, from the social representation analysis of the players involved, and at investigating the potential for developing ecotourism as a awareness creation strategy for sustainable development in Arroio do Meio/RS. The methodology used started with a case study on the Gaúcho Hill (Morro Gaúcho), located in Arroio do Meio. To collect data it was performed semi-structured interviews with the social players involved in the composition of the touristic scenery, namely: municipal public power, social and private entities and the local community. It was concluded that the touristic activity is still under formation due to the lack of a specific *habitus* in this field, which characterizes a touristic expression peculiar from this region. The social representation analysis points to the construction of several touristic and ecological questions according to the social interests of the players, but it also identifies potential for developing ecotourism, in spite of the social capital frailness.

KEY-WORDS: Tourism. Ecotourism. Arroio do Meio/RS. Morro Gaúcho. Social Representations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA	18
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO VALE DO TAQUARI	27
3.1 Aspectos históricos	27
3.2 Aspectos culturais	30
3.3 Aspectos sociopolíticos e econômicos	31
3.4 Trajetória histórica do Turismo na região	34
3.5 Atrativos turísticos do Vale do Taquari	46
4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	52
4.1 Turismo, desenvolvimento e capital social: perspectivas	52
4.2 Turismo: um campo social em construção	62
4.3 Ecoturismo e o cuidado com o ambiente	68
5 ECOTURISMO NO VALE DO TAQUARI: ESTUDO DE CASO NO MORRO GAÚCHO EM ARROIO DO MEIO	75
5.1 Descrição do objeto de estudo: Morro Gaúcho	77
5.2 A teoria das representações sociais de Serge Moscovici	85
5.3 As representações sociais dos atores envolvidos no Morro Gaúcho	88
5.3.1 Representações sobre o Turismo	88
5.3.2 Representações sobre o Morro Gaúcho	106
5.3.3 Representações sobre a APA	113
5.3.4 Representações sobre questões ambientais	122
5.3.5 Ecoturismo, representações sociais e sustentabilidade: possibilidades a partir das observações no Morro Gaúcho	124
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	139
ANEXOS	145

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa municipal estatístico	78
FIGURA 2 - Fenda no Morro Gaúcho	79
FIGURA 3 - Vista da fenda a partir da estrada que dá acesso ao Morro Gaúcho	79
FIGURA 4 - Grupo de esportistas fazendo rappel na fenda do Morro Gaúcho	80
FIGURA 5 - Grupo de esportistas fazendo rappel na fenda do Morro Gaúcho	80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Quadro dos objetivos, fontes, procedimentos teóricos e temas abordados.....	25
TABELA 2 - Síntese tabela Atrativos do Vale do Taquari, por município	48
TABELA 3 – Cidades com maior potencial turístico no Vale do Taquari	75

1 INTRODUÇÃO

O homem sempre sentiu a necessidade do deslocamento para locais diferentes dos habituais. Nos tempos mais remotos, o deslocamento se dava por questões de sobrevivência, onde a caça fornecia o alimento ao homem primitivo. Com o passar dos tempos, as motivações de deslocamento enfocaram questões comerciais, guerras, religião, lazer, saúde, entre outras. O Turismo, como se conhece hoje, cresceu e se desenvolveu a partir do capitalismo, sendo um fenômeno recente (MOESCH, 2000b). O maior crescimento da atividade turística ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, e como consequência do aumento da produtividade empresarial, do aumento de poder aquisitivo e da busca por bem-estar, resultado do restabelecimento da paz no mundo (RUSCHMANN, 1997).

Hoje, o Turismo é um fenômeno global, que pode trazer benefícios sócio-econômicos e culturais. Por isto tem sido a opção de muitos países que introduzem atividades turísticas como estratégia de desenvolvimento. Este estudo objetiva compreender como está se formando o campo turístico e suas potencialidades para articular o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental no Vale do Taquari, a partir dos saberes que os atores sociais constroem sobre Ecoturismo e Turismo.

Os significados de Turismo e turista variam conforme a cultura de cada povo, o que, segundo Theobald (2001), dificulta a adoção de uma definição universal para o termo, mas a origem etimológica aponta para as palavras latinas *tour* e *tomare*, e também a palavra grega *tornos* (torno) que significam, “uma volta ao redor de um ponto central ou um eixo” (THEOBALD, 2001, p. 31). Com o passar do tempo, o significado da palavra em inglês foi mudando e passou a indicar um movimento ao redor de uma pessoa. O sufixo *ismo* pode ser

definido como uma ação ou processo e o sufixo *ista* como aquele que executa esta ação ou processo. Assim, como um círculo, o *tour* representa uma linha que sai de um determinado ponto e retorna ao mesmo local de partida. De acordo com a origem etimológica destas palavras, pode-se afirmar que a palavra *tour* combinada com os sufixos *ismo* e *ista* indica uma viagem circular. Assim, o Turismo indica a ação de sair de um local e, após um determinado tempo, retornar ao mesmo ponto de partida. A pessoa que executa esta ação é denominada Turista.

O Turismo já foi definido e redefinido de diversos modos por acadêmicos e órgãos governamentais, como um fenômeno que se relaciona com diversas áreas do conhecimento, a saber: Economia, Sociologia, História, Antropologia, Geografia, Biologia, entre outras. Cada uma destas áreas se interessa pela contribuição que a atividade turística pode trazer. Porém, no Brasil e no mundo inexiste, ainda, uma ciência do Turismo, o que contribui para que seja enfocado como um sub-sistema de cânones especializados das disciplinas que o compõem, e estimula a produção de estudos fragmentados, desarticulados e unilaterais, que têm dificultado a construção do Turismo enquanto campo teórico específico (MOESCH, 2000b).

Neste sentido, Beni (2006) coloca que existem três tendências para a definição de Turismo: a econômica, a técnica e a holística. A definição econômica “só reconhece as implicações econômicas ou empresariais do turismo” (2006, p. 34). A definição técnica oferece informações que classificam a atividade turística e os elementos que a compõem. Estas classificações se tornaram necessárias a partir da década de 30, quando organizações governamentais e empresas de Turismo passaram a controlar o tamanho e as características dos mercados turísticos, porém, não havia uma classificação para o turista¹. Já a definição holística, segundo Beni “procura abranger a essência *total* do assunto” (2006, p. 36). Sua característica é o campo de estudo, pois reconhece o Turismo em sua totalidade. Neste sentido, o autor conceitua o Turismo como

um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si, para fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento

¹ Atualmente, três elementos são considerados quando se trata de identificar os turistas: 1) objetivo da viagem; 2) distância percorrida; e 3) duração da viagem (THEOBALD, 2001, p. 33)

existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios (BENI, 2006, p.37).

No mesmo sentido, Moesch (2000a) considera o Turismo um fenômeno complexo, que ultrapassa definições reducionistas e avança além das questões comerciais e econômicas. Para a autora,

o turismo é um fenômeno com conseqüências culturais, sociais, políticas, comunicacionais que deve ser estudado, principalmente, por ter se convertido em direito, desejo de todos os cidadãos de qualquer classe social e de qualquer sociedade, seja ela desenvolvida ou não (MOESCH, 2000a, p. 21).

Para Moesch, analisar a complexidade do Turismo além do aspecto econômico se torna fundamental para compreender que o fenômeno turístico influencia também a vida coletiva, o ecossistema, as belezas naturais, a herança cultural, gerando momentos de aproximação entre os visitantes e visitados. O Turismo, quando analisado mercadologicamente como um objeto de consumo, desconsidera estas relações promovidas pela atividade, que se diferem daquelas produzidas em massa (MOESCH, 2000a).

Para compreender a complexidade do fenômeno turístico é necessária uma revisão teórica, já que o Turismo trabalha com a dimensão subjetiva, muitas vezes não considerada, e reconstrói a dimensão objetiva (MOESCH, 2000b). Para a autora, a subjetividade

não significa somente o espaço para a negociação das interpretações e sentidos que sustentam a velha realidade, mas fundamentalmente, o espaço para uma nova *ética*, para a afirmação de novos valores e novos sentidos, que devem se expressar em uma nova forma de pensar e de viver, individualmente e em sociedade. Quer dizer, nos permitimos não somente transformar a realidade existente, mas sermos capazes de criar uma nova (MOESCH, 2000b, p. 56).

Neste sentido, a dimensão objetiva é reconstruída quando a subjetividade é transformada em dado objetivo, a partir da constituição de um fator ativo, transformador das situações objetivas (MOESCH, 2000b). Isto revela a importância em compreender as coisas que fazemos, mas também dar sentido a elas. A subjetividade é fundamental para avançarmos nas discussões teóricas, possibilitando conhecer novos sentidos para o Turismo na prática. Torna-se necessário compreender a atividade turística a partir de sua totalidade, pois o Turismo não ocorre isoladamente, mas envolve diferentes agentes, de forma direta e indireta, objetiva e subjetiva. Para a autora,

o Turismo é um campo de práticas histórico-sociais, que pressupõem o deslocamento do(s) sujeito(s), em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, portanto, explicitadores de uma nova estética diante da busca do prazer (MOESCH, 2000b, p. 134).

Tão importante quanto entender a dimensão do fenômeno turístico, é compreender as motivações das viagens, já que para cada uma delas, existem segmentações específicas, baseadas em aspectos subjetivos e objetivos. Uma das grandes motivações das viagens, segundo Ruschmann (1997), tem sido a deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos, que estimulam indivíduos a procurar locais com belezas naturais, longe das cidades durante seu período de férias ou aos finais de semana.

Em virtude do acelerado ritmo de vida e na tentativa de fugir do “stress” das metrópoles, o Turismo vem se desenvolvendo em várias regiões do mundo, principalmente, devido ao aumento do tempo livre, à evolução técnica (dos transportes), ao aumento da renda das camadas sociais, ao desenvolvimento de empresas prestadoras de serviço, ao aumento da urbanização, falta do “verde” e os impactos psicológicos da vida moderna (RUSCHMANN, 1997).

Assim, as décadas de 1950 a 1970 foram caracterizadas pela massificação do Turismo, nas quais milhares de pessoas adquiriam “pacotes turísticos” que as levavam a diversas partes do mundo. Neste período, os destinos turísticos eram utilizados sem qualquer tipo de planejamento ou avaliação dos impactos ambientais e culturais. A principal segmentação turística neste período foi o Turismo de Sol e Praia. A década de 80 foi considerada a “década perdida” em virtude de crises econômicas e acidentes ecológicos. Neste período, os primeiros debates a respeito do desenvolvimento sustentável se refletem no campo turístico, já que surgem consequências de sua massificação e se pensa nos impactos que a atividade causava nos ambientes natural e cultural. Segundo Ruschmann:

os impactos sobre a cultura e sobre as paisagens dos locais freqüentados pelos visitantes passaram a ser estudados em nível científico (Krippendorf, 1975) e têm sensibilizado a opinião pública quanto à necessidade de consideração dos aspectos ambientais nas viagens turísticas (RUSCHMANN, 1997, p. 16).

Como impactos do Turismo entende-se as modificações e eventos “provocadas pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras” (RUSCHMANN, 1997, p. 34). Para a autora, as variáveis que provocam os impactos têm intensidades diversas e suas

consequências, normalmente, são irreversíveis ao meio ambiente natural e cultural. Para Krippendorf (2002), no meio ambiente natural os impactos se dão no consumo da paisagem, pois esta não é somente usada, mas também explorada. Isto pode provocar a deformação da natureza, da flora e da fauna, poluição das águas e do ar. No meio cultural, os impactos são causados na cultura nativa, que passa a sofrer mudanças sociais em detrimento do desenvolvimento do Turismo: a influência de turistas com suas demandas e comportamentos que desestimulam a manutenção das culturas locais, sem falar nas consequências econômicas, como aumento de preços, marginalização da população, entre outras (KRIPPENDORF, 2002).

Visando praticar um Turismo “brando”, onde os impactos no meio natural e cultural são menores, e buscando a aplicação de práticas sustentáveis, o Ecoturismo surge como uma resposta à massificação turística ao sugerir que é possível praticar a atividade e promover a preservação do patrimônio. O Brasil é um país de grandes extensões, detentor de natureza exuberante e repleta de ecossistemas com características únicas, o que pode ser considerado um fator importante para a exploração do Ecoturismo. Apesar deste segmento não ser o mais relevante na economia brasileira, o Turismo baseado na natureza cresce. Diferentes regiões brasileiras apresentam características naturais e culturais significativas que servem de “matéria-prima” para a exploração do Turismo ecológico.

Esta pesquisa levantou dados que apontam o potencial do Vale do Taquari para o desenvolvimento do Ecoturismo, já que possui áreas com valor ecológico preservadas. Numa extensão de 4.867 km² (FEE², 2008), encontram-se cascatas, túneis, áreas de mata propícias para prática de trilhas ecológicas, paredões de rocha e rios com potencial para *rafting*³. Estes atrativos, adequados para a prática do Ecoturismo e algumas modalidades de esportes de aventura compõem a vocação natural do Vale. Conforme Ignarra,

o Turismo tem nos atrativos o principal componente do produto. Assim, é de interesse do turismo que esses atrativos sejam preservados em seu estado natural. Desse ponto de vista, o turismo é importante alternativa para que reservas naturais sejam preservadas. Existem localidades que por terem uma grande extensão de florestas nativas, ou importantes redes hidrográficas, possuem poucas possibilidades de desenvolvimento agrícola ou da pecuária. Nessas situações, o turismo surge como uma alternativa de desenvolvimento econômico e social. Com a possibilidade de a população local auferir lucro com a visitação turística é evidente que a mesma terá interesse na preservação do patrimônio natural. De outra forma, até mesmo por

² Fundação de Economia e Estatística.

³ Descida de botes infláveis em corredeiras de rios.

uma questão de sobrevivência, a população local tenderia a destruir a floresta nativa para a exploração da madeira, ou para o desenvolvimento da agricultura (2001, p. 113).

Além sua vocação natural, o Vale do Taquari possui singularidades culturais, reflexos da imigração européia que se deu a partir do século XVIII. A formação cultural da região é caracterizada pela imigração alemã, italiana e açoriana, além da presença da cultura africana e de populações indígenas.

A partir da observação do patrimônio natural e cultural do Vale do Taquari, esta pesquisa coloca-se como objetivo geral compreender como se organiza historicamente o campo turístico no Vale do Taquari, a partir da análise das representações sociais dos atores envolvidos, e investigar as potencialidades de desenvolvimento do Ecoturismo como estratégia de sensibilização para o desenvolvimento sustentável, tendo como estudo de caso o Morro Gaúcho, em Arroio do Meio.

Atualmente, o Turismo se mostra uma alternativa favorável para municípios que não alcançam rendimentos significativos em suas economias, e pode contribuir para o desenvolvimento de um município ou região, dependendo do nível de seu planejamento (local, regional ou nacional). Assim, a escolha deste tema de pesquisa justifica-se pela possibilidade desta pesquisa científica contribuir para o desenvolvimento sustentável regional. Vagarosamente o campo turístico se estrutura no Vale do Taquari. Atualmente, existe a Associação dos Municípios de Turismo do Vale do Taquari (Amturvaes), a qual atua na elaboração de estratégias para o setor na região até o ano de 2014. O objetivo geral do planejamento é tornar a região do Vale do Taquari o segundo maior pólo turístico do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, já existem algumas rotas turísticas formatadas no Vale.

No entanto, a ampliação e fortalecimento das atividades turísticas na região requerem investimentos em infra-estrutura, apesar de considerarmos que para um primeiro momento a estrutura disponível é suficiente. Hotéis e empresas turísticas na região têm atendido à demanda existente, porém, ainda não estão qualificados adequadamente segundo normas nacionais de qualidade em atendimento e prestação de serviços.

O Ecoturismo, em sua dimensão socioeconômica, pode trazer benefícios para os municípios, entre eles, a preservação ambiental. Desta maneira, a atividade pode também ser

um instrumento pedagógico, recreativo e uma prática não formal de educação ambiental, pois mostra aos turistas as relações existentes entre o meio ambiente e o homem, através da sensibilização para a causa ambiental. No entanto é necessário um planejamento adequado deste tipo de atividade, a fim de não causar impactos que degradem o ambiente natural ou cultural das comunidades onde é praticado. Buscar subsídios para o planejamento turístico é outro fator que justifica este estudo.

Pessoalmente esta pesquisa justifica-se pela experiência pessoal de três anos e meio atuando na área do Ecoturismo (2001 a 2004), trabalhando na operação (elaboração) de pacotes de viagens. Esta experiência oportunizou contato direto (através de visitas) a locais que já têm a atividade turística estruturada, como a região dos Aparados da Serra, no Rio Grande do Sul, a Serra e o litoral Sul de Santa Catarina. Estas experiências provocaram o questionamento da razão pela qual o Vale do Taquari ainda não conseguiu consolidar a atividade, apesar de seu potencial natural. O interesse pela análise das representações sociais, teoria que é desenvolvida ao longo da pesquisa, se deve à hipótese de que conhecer as representações que os diferentes atores envolvidos no campo turístico constroem sobre a atividade pode apontar por que o Turismo ainda não se concretizou na região e como poderá se concretizar. As representações sociais são formas de pensamento baseadas em crenças, mitos e no conhecimento do senso comum, as quais são formadas repentinamente. Elas circulam por entre a sociedade até se tornarem representações. Quando se tornam, passam a influenciar formas de pensamento coletivo, bem como as atitudes individuais e, portanto, o comportamento social (MOSCOVICI, 1995, 2003).

Outra teoria que nos ajuda a compreender esta realidade é a teoria dos campos sociais. Entendemos que o Turismo é um fenômeno dinâmico, que acontece no meio social através de encontros entre atores que constroem as suas representações sociais, as quais constituem-se enquanto um universo simbólico específico: o campo do Turismo.

A escolha pelo Morro Gaúcho como delimitação para o estudo é justificada pelo fato de que o local apresenta uma série de fatores favoráveis para a análise. O principal é já ter havido uma iniciativa de implantação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) no local, o que gerou conflitos entre residentes, poder público municipal e entidades do terceiro setor. A partir desta iniciativa, pode-se prever que um projeto turístico que englobaria toda a área não é uma idéia pacífica devido às diferentes e conflitantes representações que os atores sociais

constroem sobre o local. Deste modo, a compreensão das representações sociais contribui como estudo de caso que pode auxiliar no planejamento de futuros projetos de Ecoturismo na região.

Como já exposto, o objetivo geral da pesquisa é compreender como se organiza historicamente o campo turístico no Vale do Taquari a partir da análise das representações sociais dos atores envolvidos, e investigar as potencialidades de desenvolvimento do Ecoturismo como estratégia de sensibilização para o desenvolvimento sustentável, tendo como estudo de caso o Morro Gaúcho, em Arroio do Meio. Os objetivos específicos são:

- Historicizar o desenvolvimento do setor turístico no Vale do Taquari a partir de uma análise crítica.
- Mapear os locais com potencialidades para o desenvolvimento do Ecoturismo no Vale do Taquari.
- Compreender as representações sociais que os atores de diferentes campos constroem sobre o Turismo na região a partir da análise das falas/discursos de quem participou do processo histórico de construção do campo turístico, especificamente em Arroio do Meio, a fim de identificar quais saberes são dados a conhecer.
- Analisar como estão sendo implementadas as ações voltadas para o desenvolvimento do Ecoturismo na região, a partir do estudo de caso no Morro Gaúcho, em Arroio do Meio.

A seguir apresentaremos a metodologia utilizada no estudo, para então fazermos uma contextualização dos aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos, culturais e turísticos do Vale do Taquari. Posteriormente, aprofundaremos os conceitos de desenvolvimento, capital social, Ecoturismo e representações por partirmos do pressuposto que o Ecoturismo se coloca como uma possibilidade de construção de sustentabilidade regional, contribuindo para a construção do Turismo como um campo de saber no Vale do Taquari, o que requer o fortalecimento do capital social criado entre os atores envolvidos neste campo social. O estudo das representações sociais produzidas pelos atores sociais coloca-se como uma estratégia metodológica para compreender esta realidade social.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente este trabalho empregará a pesquisa quanti-qualitativa. A pesquisa qualitativa oferece métodos para *compreender* o objeto de estudo através das relações que um grupo, instituição ou comunidade mantém. Já a pesquisa quantitativa traz, através dos números resultados que facilitam o entendimento da realidade. A pesquisa quanti-qualitativa torna dados numéricos interpretáveis da realidade social em investigação (GOLDENBERG, 2002). Segundo o paradigma positivista a pesquisa era uma atividade neutra e objetiva, onde se buscava descobrir as regularidades ou leis, a partir de modelos quantitativos. Porém, o método da pesquisa qualitativa questiona o caráter de objetividade da pesquisa quantitativa. Para a autora,

[...] na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc. (GOLDENBERG, 2002, p. 14).

A pesquisa qualitativa, segundo Becker (1999) caracteriza-se por incertezas e situações de improviso. A improvisação estimula o uso de diversos métodos ao longo da pesquisa, buscando sempre aprofundar as informações coletadas. No entanto, não se trata de um descontrole, mas de um improviso controlado.

Apesar das diferenças entre métodos qualitativos e quantitativos, “os mesmos princípios subjacentes se aplicam a ambas maneiras de trabalhar” (BECKER, 1999, p. 14). Em alguns momentos, pode-se estar aplicando tanto métodos quantitativos quanto qualitativos numa pesquisa. Cabe ao pesquisador a escolha do método mais adequado para seu estudo.

Apesar da flexibilidade proporcionada pelo método qualitativo na pesquisa existem também dificuldades. Estas dificuldades se colocam em virtude de não haver, por parte dos pesquisadores, trabalhos escritos sobre os problemas específicos de método que surgem ao longo da pesquisa (BECKER, 1999). O autor lista os seguintes fatores considerados problemas com os quais os pesquisadores devem lidar, sendo considerada vantajosa a aplicação da metodologia sociológica na abordagem de muitos deles:

- A *inserção* ou a dificuldade na “permissão para estudar aquilo que se quer estudar, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar ou entregar questionários” (BECKER, 1999, p. 34).
- A *prevenção de erros* como “padrões de resposta” ou a tendência do entrevistado a dar respostas “socialmente desejáveis” (1999, p. 37).
- A *escolha de estruturas* que vão orientar o que ocorre de acordo com o gosto pessoal do pesquisador, com o que tem maior afinidade na sua trajetória intelectual.
- Os *pressupostos ocultos* ou a não divulgação de aspectos negativos da pesquisa que podem provocar inverdades, já que não foram divulgados todos os resultados reais, provocando a análise de conclusões que podem não ser verídicas.
- Outro problema pode acontecer no *desenvolvimento de hipóteses*, o que normalmente ocorre através do saber informal, aprendido através de conversas casuais entre outros meios (BECKER, 1999).

Entre as dificuldades ao longo da pesquisa enfrentamos a tendência de alguns entrevistados darem respostas com pouca informação que pudesse ser útil para o estudo. Alguns entrevistados responderam ao questionário de forma sucinta e outros, com pouco interesse, o que resultou numa limitação do material coletado e impossibilitou o maior aprofundamento de certas análises na construção das representações sociais.

Entre os procedimentos técnicos utilizou-se o estudo de caso. O estudo de caso é o estudo de um determinado objeto, grupo, instituição ou comunidade onde há uma complexidade que permite uma visão holística do objeto a ser estudado. Entre as técnicas utilizadas no estudo de caso e de que se fará uso estão: a observação direta (que permite o acompanhamento do objeto de estudo), as entrevistas em profundidade e semi-estruturadas (que revelam o significado das situações), a análise bibliográfica (que permite maior

compreensão das teorias que norteiam este trabalho), a análise documental (por trazer dados relacionados a realidade do objeto de estudo). Além destas técnicas, ainda utiliza-se a análise de dados quantitativos no que diz respeito ao mapeamento dos locais considerados adequados à prática do Ecoturismo em toda região.

Segundo Goldenberg (2002), o estudo de caso não é uma técnica específica, mas sim uma forma de ver a unidade social como um *todo*, seja o indivíduo, grupo, instituição ou comunidade. O objeto principal é a compreensão em seus próprios termos. Para a autora, a vantagem do estudo de caso é o fato de permitir a penetração na realidade social, por isto pode ser considerado uma análise mais complexa do objeto a ser estudado. Além disto, “o estudo de caso permite que as diferenças internas e os comportamentos desviantes da ‘média’ sejam revelados, e não escondidos atrás de uma suposta homogeneidade” (GOLDENBERG, 2002, p. 34).

Para Becker (1999) se trata de uma utopia supor que se pode ver, descrever e analisar a relevância de *tudo*. O que normalmente ocorre é a concentração, por parte dos investigadores, em alguns problemas que são de maior importância no grupo estudado. Nesta pesquisa o estudo de caso se justifica, já que buscamos compreender como os conflitos locais podem ser trabalhados a fim de que o Ecoturismo seja fator de desenvolvimento sustentável em uma determinada região. Para o autor, o estudo de caso força o pesquisador a considerar, mesmo que de modo simples, as múltiplas inter-relações dos fenômenos que observa, tornando-se útil “na identificação e especificação de tais problemas e na descoberta de suas origens e conseqüências em várias partes do grupo” (BECKER, 1999, p. 131).

Entre as técnicas mais utilizadas no estudo de caso está a observação direta, que permite o acompanhamento mais prolongado e detalhado das situações ao longo da pesquisa, e as entrevistas. Toma-se inspiração na observação direta para realizar a observação *in loco* dos locais ecoturísticos existentes na região. A vantagem da observação se dá através das descrições das situações, tendo como resultado uma fonte rica de informações para interpretação dos dados. Uma das técnicas que complementa o estudo de caso são as entrevistas em profundidade, pois “revela o *significado* daquelas situações para os indivíduos, que sempre é mais amplo do que aquilo que aparece em um questionário padronizado” (GOLDENBERG, 2002, p. 34).

As técnicas descritas combatem a subjetividade, pois dificultam para o entrevistado a formulação de dados que fundamentem conclusões equivocadas e tornam difícil para o pesquisador que suas observações fiquem restritas, de maneira a verificar somente o que sustentam suas expectativas (GOLDENBERG, 2002).

Sabe-se, porém, que os estudos de campo e as entrevistas em profundidade podem ter restrições no que diz respeito às influências causadas pelo pesquisador na comunidade, grupo ou instituição estudada. Becker (1999) afirma que uma das restrições mais comuns é a reação dos entrevistados ao responder as perguntas do pesquisador, devido às representações sociais construídas por eles. Podem ocorrer respostas que seriam dadas de outra maneira e com outro enfoque se o entrevistador não estivesse presente. O autor elucida esta questão com o comportamento e a resposta de uma pessoa quando é abordada para responder questões sobre a raça. Um branco fazendo a abordagem a um negro pode causar certo preconceito por parte do entrevistado, podendo também ocorrer a situação inversa. O mesmo pode ocorrer para perguntas relacionadas ao sexo e a doenças degenerativas. No caso de nossa pesquisa utilizaremos entrevistas semi-estruturadas, com o lançamento de perguntas-tema, a fim de não deixar nas entrelinhas explicitadas as posturas de ver a realidade do pesquisador. A influência no tipo de respostas pode alterar a análise e interpretação dos resultados, podendo, até mesmo, criar conclusões que não sejam verdadeiras (BECKER, 1999). Para Goldenberg (2002), a melhor maneira de controlar a interferência do pesquisador no grupo é a consciência da maneira como sua presença interfere no mesmo, e até que ponto este fator pode ser reduzido ou analisado como dado da pesquisa.

A coleta dos dados foi feita em ambientes diversos onde os atores de diferentes grupos sociais atuaram como informantes da pesquisa. Segundo o autor a variedade de fontes permite o cruzamento dos dados, o que diminui as limitações das entrevistas em profundidade. Para as entrevistas elaboramos um roteiro de perguntas-tema claras, simples e diretas. Durante as entrevistas levamos em conta os conselhos de Goldenberg, demonstrando,

[...] interesse real e respeito pelos seus pesquisados, flexibilidade e criatividade para explorar novos problemas em sua pesquisa, capacidade de demonstrar compreensão e simpatia por eles, sensibilidade para saber o momento de encerrar uma entrevista ou ‘sair de cena’ e, como lembra Paul Thompson, principalmente disposição para ficar calado e ouvir (2002, p. 56-57).

Outra premissa importante que levamos em conta foi não nos limitarmos a ouvir aqueles que sempre são ouvidos, mas também aqueles que não são ouvidos, invertendo o que Goldenberg denomina como hierarquia de credibilidade. Os questionários aplicados aos entrevistados estão no ANEXO A. Buscou-se a aplicação de um roteiro com perguntas de acordo com o grupo de entrevistados (poder público, iniciativa privada, ONG Ecobé e comunidade). No entanto, foram realizadas perguntas diferentes para os mesmos tipos de informantes, uma vez que não nos limitamos ao questionário. Na medida em que as conversas fluíram, outros questionamentos surgiram. Estes questionamentos foram inseridos, posteriormente, no anexo A.

As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro/2007. O período de realização das entrevistas excedeu o cronograma pré-estabelecido, pois houve dificuldades para o agendamento e efetivação de algumas entrevistas.

Também utilizamo-nos do cruzamento entre dados quantitativos e qualitativos. O objetivo desta *triangulação* é “abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo” (GOLDENBERG, 2002, p. 63). Utilizamos dados quantitativos para desenhar o cenário do Ecoturismo regional, quando mapeamos os atrativos turísticos municipais. Já os dados qualitativos foram utilizados para o aprofundamento do estudo. O cruzamento dos dados qualitativos e quantitativos nesta pesquisa torna-se relevante quando julgamos que os dois métodos se tornam importantes e complementares para a compreensão do cenário turístico regional.

Para a realização do objetivo 1 – historicizar o desenvolvimento do setor turístico no Vale do Taquari a partir de uma análise crítica – foram realizadas 4 entrevistas, com envolvidos direta ou indiretamente com a Amturvaes (Associação dos Municípios de Turismo do Vale do Taquari) ou no processo de histórico do turismo no Vale do Taquari. Além das entrevistas foram realizadas análises de documentos disponíveis na Amturvaes e no Codevat (Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari), a fim de reunir informações sobre o desenvolvimento do turismo na região, pois não existe uma análise cronológica da atividade publicada.

Para a realização do objetivo 2 – mapear os locais com potencialidades para o desenvolvimento do Ecoturismo no Vale do Taquari – utilizamos a revista Caminhos do Vale, uma publicação da Amturvaes (2001). Considerou-se este material importante, por ser o único que reúne os principais atrativos turísticos dos 37 municípios do Vale, além de fazer menção aos principais eventos municipais. A utilização desta publicação foi necessária, pois a análise de todos os inventários turísticos municipais seria inviável, sem falar que existem municípios que ainda não possuem este documento e da própria indicação da Amturvaes sobre a importância desta publicação. A partir da metodologia proposta por Beni (2006) quantificaram-se os atrativos turísticos e eventos a fim que apresentar uma tabela que mostra, em números, o potencial turístico do Vale do Taquari. Os resultados obtidos servem como justificativa para algumas das hipóteses levantadas (ANEXO B).

A realização dos objetivos 3 e 4 - compreender as representações sociais que os atores de diferentes campos constroem sobre o Turismo na região a partir da análise das falas/discursos de quem participou do processo histórico de construção do campo turístico, especificamente em Arroio do Meio, a fim de identificar quais saberes são dados a conhecer; e analisar como estão sendo implementadas as ações voltadas para o desenvolvimento do Ecoturismo na região, a partir do estudo de caso no Morro Gaúcho, em Arroio do Meio – utilizamo-nos das entrevistas, do estudo de caso e das visitas ao Morro Gaúcho. Foram realizadas 20 entrevistas, sendo que os entrevistados foram separados em 4 categorias de grupos sociais. São eles: poder público, ONG (organização não-governamental), iniciativa privada e comunidade local. Estabeleceu-se que seriam entrevistadas 4 pessoas do poder público no município de Arroio do Meio: o prefeito municipal, o responsável pelo departamento do meio ambiente, o responsável pelo departamento de turismo na prefeitura e o sub-prefeito de Palmas, distrito de Arroio do Meio. Deste modo, foi possível verificar como os diferentes atores do poder público observam o Morro Gaúcho enquanto atração turística. No que diz respeito a ONG Ecobé que atua no local foram entrevistadas 2 pessoas, membros ativos desde a sua fundação. Deste modo foi possível identificar os motivos que levaram a organização a iniciar o processo de institucionalização de uma área de proteção no local. Também contemplamos neste estudo as representações construídas pela iniciativa privada sobre o Turismo e o Morro Gaúcho, já que é através das empresas de Turismo e empreendedores locais que a atividade turística poderá ser consolidada. A iniciativa privada é o elo que liga o poder público municipal aos interesses da comunidade, pois pode viabilizar os projetos propostos. Foram realizadas 2 entrevistas com membros de agências de viagens e 1

entrevista com um dono de terras no Morro Gaúcho, cujo propósito para a aquisição da propriedade foi o interesse em investir em Ecoturismo no local.

O maior número de entrevistas foi realizado com a comunidade local, para compreender as representações que estas pessoas têm sobre o Turismo, assim como identificarmos quais os saberes ambientais que explicitam. Foram realizadas 11 entrevistas com a comunidade local, sendo que houve uma divisão por áreas para a escolha dos entrevistados: residentes do Morro Gaúcho, residentes de Palmas e residentes de Arroio Grande, comunidades do entorno do Morro Gaúcho.

Muitas foram as dificuldades encontradas para a realização das entrevistas. No momento de historicizar o Turismo no Vale do Taquari algumas pessoas não se dispuseram a falar, alegando que, por se tratar de algo que aconteceu há bastante tempo, não lembravam dos fatos. Outros, ao entrarmos em contato tentaram responder às questões por telefone, evitando o encontro pessoal. Muitos não puderam ser ouvidos por não apresentarem disponibilidade de horários. Em algumas datas confirmadas, as entrevistas foram canceladas minutos antes, alegando-se compromissos. Da mesma forma, foi preciso selecionar as pessoas entrevistadas, já que não haveria tempo para ouvir todos que poderiam contribuir com a pesquisa. Apesar destas dificuldades, outras pessoas se mostraram dispostas em ajudar e interessadas no resultado do estudo, o que nos deixa satisfeitos, já que consideramos que todos os que foram ouvidos contribuíram de forma significativa para a realização desta pesquisa.

Apesar das dificuldades encontradas, houve momentos significativos e de satisfação. As entrevistas realizadas com os moradores foram gratificantes, pois foi uma oportunidade de conhecer seu cotidiano. Esta vivência, mesmo que momentânea, oportunizou maior compreensão do tema de estudo. Apesar disso, se observou que alguns moradores foram resistentes quando eram solicitados a falar diante de uma “pesquisadora da Univates”. Isso foi observado nas propriedades mais humildes. Em alguns momentos, verificou-se que as pessoas tinham receio de falar com medo de se comprometer. Isto foi observado com mais frequência quando se solicitava autorização para gravar a entrevista. Por outro lado, outros moradores se mostraram indiferentes pelo fato da entrevista ser gravada e falaram abertamente sobre todos os assuntos acerca dos quais foram questionados.

Todas as entrevistas realizadas foram semi-estruturadas, com um questionário aberto e perguntas feitas conforme os temas de interesse da pesquisa. Cabe salientar que o questionário apenas serviu de orientação para a abordagem dos assuntos, sendo que não ficamos limitados apenas às questões propostas. Foram realizadas conversas com todos os entrevistados e assuntos foram abordados naturalmente antes de serem solicitados.

A partir da transcrição e leitura das entrevistas, criamos categorias temáticas, de acordo com os objetivos propostos. As categorias que foram analisadas para compreender os saberes ambientais construídos sobre o Ecoturismo são: as representações que os atores sociais têm sobre o Turismo, as representações sobre a APA, as representações sobre o Morro Gaúcho e a relações que podem ser estabelecidas do Ecoturismo com a educação ambiental a partir das representações sociais construídas. Todas as categorias foram analisadas a partir do referencial teórico proposto.

Abaixo, apresentamos a tabela 1, com uma síntese dos objetivos, fontes, procedimentos teóricos e temas abordados:

TABELA 1 – Quadro síntese dos objetivos, fontes, procedimentos teóricos e temas abordados.

OBJETIVOS Para quê?	FONTES Onde? Quem?	PROCEDIMENTOS TEÓRICOS Como?	DETALHAMENTO O que quer saber?
Historicizar o desenvolvimento do setor turístico no Vale do Taquari a partir de uma análise crítica do processo histórico do desenvolvimento do campo do turismo na região.	Amturvaes (Ex-Diretor); Pessoas da comunidade que trabalham com Turismo. Documentos.	Entrevista em profundidade (semi-estruturada) com Ex-diretor da Amturvaes. Análise de documentos sobre Turismo disponíveis na Amturvaes. Análise de pesquisas já realizadas sobre o turismo no Vale do Taquari.	Por que o turismo ainda não conseguiu se consolidar no Vale do Taquari? Qual é a trajetória do turismo no Vale do Taquari? Quem foram as pessoas envolvidas nesta atividade até hoje e qual seu papel na consolidação do turismo? Quais são os objetivos em desenvolver o turismo na região?
Mapear os locais com potencialidade para o desenvolvimento do Ecoturismo no Vale do Taquari	Revista Caminhos do Vale; Amturvaes;	Análise da revista Caminhos do Vale para identificar os locais com potencialidade para o Ecoturismo. Visitas <i>in loco</i> ;	Qual é a potencialidade do Ecoturismo no Vale do Taquari? Quais são os municípios com maior representatividade para o Ecoturismo no Vale do Taquari?
Compreender as representações sociais que os atores de diferentes campos constroem sobre o turismo na região a partir das falas/discursos de quem participou do	Empresas da iniciativa privada (agências de viagens e empresários, donos de propriedades no Morro Gaúcho); Comunidade (donos de propriedades no Morro Gaúcho e seu entorno.);	Entrevistas em profundidade (semi-estruturadas) com a iniciativa privada, comunidade residente no Morro Gaúcho e seu entorno, membros do poder público de Arroio do Meio e ONG.	As pessoas sabem o que é turismo? As pessoas valorizam os atrativos existentes nos municípios? Qual é a visão de cada um dos atores sociais do turismo sobre esta atividade?

processo histórico de construção do campo turístico, especificamente em Arroio do Meio, a fim de identificar quais saberes sobre o turismo e sobre o Ecoturismo são dados a conhecer.	Poder público de Arroio do Meio; ONG que atua no Morro Gaúcho;		Existe divergência de visões sobre a atividade turística? Existe perspectiva para esta atividade no Vale do Taquari, segundo a visão dos atores sociais? O que cada um dos atores envolvidos busca com o turismo?
Analisar como estão sendo implementadas as ações voltadas para o desenvolvimento do Ecoturismo na região a partir de um estudo de caso no Morro Gaúcho em Arroio do Meio.	Poder Público de Arroio do Meio; ONG; Comunidade que reside no Morro Gaúcho e seu entorno	Entrevistas em profundidade (semi-estruturadas) com a comunidade que vive no Morro Gaúcho e seu entorno, Poder Público e ONG que atua no local; - Observação/visitas <i>in loco</i> , ao Morro Gaúcho;	Existem ações voltadas para o desenvolvimento do Ecoturismo no Vale do Taquari? Quais são estas ações? Como se dão os conflitos entre a comunidade local e o poder público quando existe uma área com potencial para exploração do Ecoturismo? Quais são os interesses dos atores sociais quando se busca explorar o Ecoturismo? Como é a relação hoje entre a comunidade que reside no Morro Gaúcho e o Poder Público?

FONTE: Ana Krüger, 2006.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO VALE DO TAQUARI

Neste capítulo realizar-se-á uma contextualização histórica, cultural, sociopolítica e econômica, e turística, considerando a importância deste contexto na formação cultural e do campo turístico no Vale do Taquari.

3.1 Aspectos históricos

Inicialmente, a região do Vale do Taquari foi habitada pelos índios Patos, que utilizavam o Rio Taquari com canoas na busca de alimentos. A abundância de alimentos provocou a incursão de outros povos indígenas, provocando a reação dos Patos, para conservar sua posição. A presença indígena é percebida nas culturas produtivas (milho e mandioca) e na toponímia da região (VILANOVA, 2002).

A ocupação territorial do Vale do Taquari, após a indígena, se deu a partir da primeira metade do século XVII por missionários jesuítas e bandeirantes paulistas, que percorreram os territórios que margeiam o Rio Taquari, principalmente na região onde, hoje, localizam-se os municípios de Bom Retiro do Sul e Estrela. A partir da segunda metade do século XVIII é verificada a entrada de imigrantes açorianos no Vale do Taquari, na margem esquerda do rio, onde mais tarde surgiu o município de Taquari (VILANOVA, 2002). Neste período a construção de um reduto fortificado no “Passo do Rio Tebiquary” resultou na fundação de um povoado chamado São José de Taquari. Esta construção militar foi ordenada pelo coronel Custódio de Sá e Faria. No início do século XIX, através do Conde Rezende, foram concedidas sesmarias. No Vale do Taquari, as sesmarias eram representadas por “enormes porções de terras, sempre às margens do Rio Taquari e seus afluentes, o que, em muitas

situações, representou a legitimação da posse do que já existia” (SCHIERHOLT, 1992, p. 23). Para não perder a posse sobre as propriedades, os sesmeiros passaram a dividi-las em fazendas. Seu compromisso era o de “abrir estradas, construir pontes e estivas e dar passagem com barca nos rios, para a comodidade pública” (AHLERT; GEDOZ, 2001, p. 53).

No Vale do Taquari, existiam fazendas extrativas e escravistas e também pequenas porções de terras de colonos de origem açoriana. A produção nestas terras era voltada, principalmente, para a extração de madeira-de-lei, usada em Porto Alegre. As fazendas do Vale do Taquari se diferenciavam das demais, pois seus proprietários não residiam nelas, mas sim nas cidades, “inicialmente em Porto Alegre e mais tarde em Taquari e Santo Amaro” (AHLERT; GEDOZ, 2001, p. 54). As fazendas que se estabeleceram no Vale do Taquari, utilizavam mão-de-obra escrava. Exemplos são as fazendas dos irmãos José Inácio e João Teixeira (no atual município de Lajeado) que trabalhavam com mais de 300 escravos para produção alimentar.

Em virtude do distanciamento em relação às maiores cidades do Império não havia condições para o escoamento da produção, o que favoreceu que a produção fosse familiar e de subsistência. Eram produzidos artigos como “pão, sabão, salsicha, cordoagem de lã, fiação e tecelagem das vestes mais necessárias e todos os artefatos de couro” (PAIM, 1957, p. 18 apud AHLERT; GEDOZ, 2001, p. 54). Apesar da produção ser familiar, as estâncias possuíam escravos que realizavam o trabalho. Portanto nesta época surge a matriz produtiva regional atual: setor calçadista, alimentício, artigos de limpeza, entre outros.

O processo de imigração no Rio de Grande do Sul iniciou-se a partir do primeiro quarto do século XIX. A vinda de imigrantes alemães (1850) e italianos (1881) foi uma estratégia do Governo Imperial para povoar as regiões com pouca ou nenhuma densidade populacional. A intenção era proteger as fronteiras do sul do país. Os colonos foram motivados a virem para o Brasil, com a promessa do recebimento de terras, mas, ao chegarem, muitos eram recrutados para o Exército Brasileiro, para a proteção da fronteira com a Argentina e Uruguai. O interesse do Governo Imperial era fixar pessoas a terra e, desta forma, constituir colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno (AHLERT; GEDOZ, 2001, p. 58).

A colonização européia (italiana e alemã) se estruturou de forma diferenciada no Vale e no Rio Grande do Sul, se comparada a outras regiões do país. Segundo Vilanova (2002), a colonização européia trouxe como uma das conseqüências mais importantes a estrutura fundiária caracterizada pela pequena propriedade, que teve contribuição para a lavoura de subsistência e o artesanato, favorecendo o desenvolvimento industrial. Faleiro afirma que no Vale do Taquari

[...] a economia e a sociedade são organizadas a partir de estruturas-base diferenciadas em relação ao restante do território brasileiro: a pequena propriedade rural, o trabalho familiar e a policultura voltada para a subsistência da família, tendo como delineadores do cotidiano a família e a religião, permeados por um caráter essencialmente patriarcal (FALEIRO, 1996, p.61).

A partir do desenvolvimento industrial, a acumulação de capital originária do comércio de excedentes e, com as matérias-primas existentes, sugeriram pequenos estabelecimentos industriais voltados para o mercado regional, que visavam suprir as necessidades da população. Entre estes estabelecimentos podem-se citar: a ferraria, o curtume, a cervejaria, a sapataria, entre outros (VILANOVA, 2002).

O maior surto de desenvolvimento no Vale do Taquari ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, pelos dispositivos da lei provincial nº 304, de 30 de novembro de 1854, que estabelecia a criação e desenvolvimento de centros urbanos, dispondo que deveriam ser reservadas áreas para estradas, portos, igrejas, etc (AHLERT; GEDOZ, 2001). Conforme relatam os autores,

em 1849, fora criado o município de Taquari, primeiro dentre os atuais municípios da região, desmembrado de Triunfo [...]. Após a criação de Taquari, os próximos municípios criados foram Estrela, em 1876, Lajeado, em 1891 e Encantado, em 1915, todos a partir do desmembramento sucessivo de Taquari (AHLERT; GEDOZ, 2001, p. 83).

Além dos dispositivos da lei provincial, a navegação pelo Rio Taquari na segunda metade do século XIX, cresceu significativamente na região, através da criação da Companhia de Navegação Arnt (1875). Em virtude da navegação, os portos dos municípios eram organizados para facilitar o escoamento da produção. O apogeu da navegação fluvial no Rio Taquari ocorreu no período entre os primeiros anos do século XX e a década de 1940. Segundo Vilanova, “neste período, um grande número de embarcações, do mais variados tipos e tamanhos, singravam as águas do rio” (VILANOVA, 2002, p. 18).

A navegação entrou em declínio a partir da década de 1940, devido ao desenvolvimento do transporte rodoviário e o advento das leis trabalhistas no governo de Getúlio Vargas, que estabeleciam jornada de trabalho definida, repouso semanal remunerado, salário mínimo estabelecido. Este novo contexto mostrou que as empresas não estavam preparadas para os custos das obrigações sociais (VILANOVA, 2002).

A partir do desenvolvimento de alguns municípios outros foram criados, buscando a autonomia administrativa. Hoje, o Vale do Taquari conta com 36 municípios e um perfil sócio-político e econômico de uma das regiões mais desenvolvidas do Estado.

3.2 Aspectos culturais

A diversidade e miscigenação de etnias que colonizaram o Vale do Taquari são a característica fundamental para a formação cultural da região. Os primeiros imigrantes foram os açorianos, que chegaram no ano de 1760, quando sete casais se estabeleceram em Taquari. No ano de 1855 foi iniciado o processo de imigração alemã. A diversificação de profissões dos imigrantes e a ética protestante foram fatores que contribuíram para o desenvolvimento econômico da região (VALORES DO VALE⁴, 2005).

Em 1881, iniciou-se a colonização italiana no Vale do Taquari, a partir do estabelecimento de colônias em Roca Sales e Encantado. Os italianos ocuparam as regiões mais altas, enquanto os alemães povoaram as planícies. Estas localidades desenvolveram-se a partir de pequenas indústrias, entre elas as ferrarias, as selarias e as do ramo de calçados. Hoje ainda existem traços da colonização italiana presentes em municípios como Relvado, Doutor Ricardo, Nova Bréscia, Putinga, Arvorezinha, Ilópolis, Pouso Novo e São José do Herval. Encantado é um município que tem integração forte com a Itália. O município é considerado irmão de San Pierto d'Valdástico, do qual vieram 12 casais em 1877. O intercâmbio entre as duas cidades já trouxe 470 italianos a Encantado e levou mais de 300 brasileiros a Valdástico. A participação dos italianos também é observada em municípios de colonização alemã, como Estrela (VALORES DO VALE, 2005).

⁴ Revista editada em parceria da Univates com Editora Gazeta Santa Cruz do Sul e Associação Comercial e Industrial de Lajeado (ACIL)

A presença de africanos na formação cultural do Vale do Taquari também é observada. Segundo a revista Valores do Vale (2005, p. 22), “em 1814, 20% da população de Taquari era composta por escravos, subindo para 50% quando a localidade se emancipou, em 1849”. Dez anos mais tarde, a partir da colonização alemã, o número baixou pela metade, sendo reduzido a cada ano. Em 1884, o número de negros escravos na região era praticamente nulo, já que a campanha abolicionista era forte no Rio Grande do Sul. Em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, a escravidão já havia sido praticamente abolida (VALORES DO VALE, 2005). A participação dos africanos no Vale é inquestionável. Eram práticos em navegação, acompanhavam peões para abrir clareiras nas matas e construir ranchos e galpões, plantavam cereais e criavam pequenos animais.

No que diz respeito às heranças culturais deixadas pelos imigrantes encontram-se, ainda hoje, algumas edificações históricas da imigração alemã e italiana. A região baixa do Vale do Taquari, que foi ocupada pelos imigrantes alemães, apresenta casas em estilo enxaimel germânico. Estas construções são caracterizadas pela mescla, na parede, de madeira e alvenaria. É corrente a utilização destas construções para outras utilidades como depósitos e paióis. (MACHADO; LOPES, 2007).

O patrimônio cultural construído no Vale do Taquari a partir da miscigenação das culturas açoriana, alemã, italiana e africana é fator determinante no desenvolvimento da região. No que diz respeito ao patrimônio histórico observa-se que, apesar da existência de edificações antigas, seu estado de conservação é precário, consequência da falta de consciência em preservá-los. No que diz respeito aos hábitos e costumes de alemães e italianos, sua manutenção se dá através da existência de centros culturais e festas típicas municipais, que enfatizam aspectos como a língua, a gastronomia típica e as danças folclóricas.

3.3 Aspectos sociopolíticos e econômicos

O Vale do Taquari ocupa uma área total de 4.867 km² (FEE, 2008), resultando em uma média de 131,54 km² por município. Destacam-se como municípios com maior área do Vale do Taquari Progresso, Taquari, e Anta Gorda, que têm, cada um, mais de 4% da área total da

região. Colinas, Poço das Antas, Westfália, Imigrante e Capitão respondem, individualmente, por menos de 1,55% da área total da região (BDR, 2008)⁵.

A população do Vale corresponde a 3,14% da população do Estado que é de 10.845.087 habitantes. A média, por município é de 8.764 pessoas (BDR, 2008). As cidades com maior população são: Lajeado, Estrela, Taquari, Teutônia, Encantado e Arroio do Meio. Nestes municípios residem 184.595 pessoas que representam mais de 58,5% do total da população da região. Lajeado é o principal município contando com 21,38% da população regional. Com exceção destes seis municípios o restante do Vale é habitado por 166.935 pessoas, distribuídas em 30 municípios, resultando numa média de 5.564,50 por cidade, o que indica um perfil de pequenos municípios na região. As menores populações estão concentradas em Canudos do Vale, Poço das Antas e Coqueiro Baixo, municípios com emancipação recente (BDR, 2008). Mais da metade da população do Vale do Taquari é urbana, com uma representação de 72,11%. O ANEXO C indica que dos seis municípios mais populosos do Vale (Lajeado, Estrela, Taquari, Teutônia, Encantado e Arroio do Meio) mais de 75% da população reside na área urbana.

Em relação à distribuição populacional entre área urbana e área rural, nos últimos 30 anos houve uma significativa mudança. Em virtude do aparecimento de indústrias e do desenvolvimento do comércio, a zona rural perdeu parte de sua população. Apesar da diminuição da população do meio rural, ainda residem no campo 27,88% do total da população do Vale (BDR, 2008).

As maiores transformações ocorreram no período compreendido entre os anos de 1970 e 1991, quando houve uma diminuição de 2% ao ano da população rural. Em 1996, o decréscimo passou a ser 2,6% ao ano. Esta redução pode estar relacionada com a criação e instalação de novos municípios e a conseqüente ampliação da área urbana, ocorrida durante o período analisado. No entanto, em 10 municípios aproximadamente 60% da sua população vivem no meio rural. A característica destas pequenas localidades é de emancipações recentes, população de até 2,8 mil habitantes, tendo como atividades econômicas principais a agricultura e a agroindústria. As propriedades rurais apresentam produção diversificada, com

⁵ Banco de Dados Regional.

mais de uma fonte de renda, além de estarem localizadas próximas aos centros urbanos municipais, com acesso fácil a serviços (VALORES DO VALE, 2005).

No ano de 2003, a atividade agropecuária foi responsável por mais de 24% do Valor Adicionado Bruto do Vale. A agropecuária é organizada no modelo familiar e de subsistência, característica herdada dos primeiros imigrantes. A diversificação na produção de culturas é favorável, fazendo com que crises econômicas não afetem diretamente a economia regional, apenas alguns segmentos, o que não compromete perdas excessivas na cadeia produtiva. A produção de culturas diversas está relacionada com o setor industrial, que se destaca na área alimentícia, dada a proximidade com a matérias-prima. Da mesma forma, os produtos de origem animal estão diretamente relacionados às indústrias, visto que na região existem abatedouros de aves, suínos, ovinos e gado.

Segundo a revista Valores do Vale (2005), segmentos como a avicultura, suinocultura, pecuária leiteira, lavouras de milho, cana-de-açúcar, entre outros, impulsionam as atividades locais através do agronegócio. Paralelo a estes setores merece destaque a produção de erva-mate, a rizicultura, a produção de tabaco, a silvicultura, entre outros, que contribuem para a geração de empregos e o aumento da renda das pequenas e médias propriedades, características da região.

Com relação à taxa de emprego, conforme o Bando de Dados Regional (2008) existem 82.545 postos de trabalho no Vale do Taquari, sendo distribuídos em 8 setores econômicos. Os setores que empregam formalmente são a indústria de transformação, serviço, comércio, entre outros (ANEXO D).

Com base no ANEXO D constata-se considerável número de postos de trabalho na indústria de transformação. São destaque hoje, na área industrial, o setor de alimentos (bebidas, balas, doces, chocolates) e os setores calçadista, moveleiro, de pedras semi-preciosas, entre outros, sendo que estas indústrias ganham destaque nacional e internacional no direcionamento para novos nichos de mercado. Estes setores também respondem por grande parte das exportações no Vale do Taquari (ANEXO E).

Com relação à educação, existem no Vale do Taquari 559 escolas distribuídas entre os 37 municípios que compõem o vale (BDR, 2008). São escolas estaduais, municipais e

particulares que têm um total 70.409⁶ alunos matriculados no ano de 2006 (BDR, 2008). Mesmo com a existência da UNIVATES e da UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul), o número de alunos no ensino superior ainda é baixo tanto se comparado aos alunos de nível médio.

3.4 Trajetória histórica do Turismo na região

A inserção do Turismo como atividade econômica na cadeia produtiva regional é uma realidade recente no Vale do Taquari. A partir da criação da Amturvaes, na década de 1990, se iniciaram as discussões da consolidação da atividade a nível regional. Antes deste período, o Turismo se caracterizava por iniciativas isoladas de membros da iniciativa privada, prefeituras e da comunidade. Apesar da expansão da atividade e do intuito de desenvolvê-la como fator de desenvolvimento local, observa-se que ainda muito pouco tem sido feito para consolidar⁷ o Turismo no Vale do Taquari e esta preocupação surge nas falas das lideranças envolvidas com o setor.

As primeiras ações de Turismo surgiram no município de Lajeado, na década de 1960, com a construção do Parque da Fenal⁸, que mais tarde passou a ser chamado de Parque do Imigrante, como é conhecido atualmente. O objetivo da construção do Parque da Fenal e da realização da Feira Nacional de Laticínios era inserir a região como pólo produtor no Estado. Além dos eventos programados que aconteciam no local, o Parque da Fenal era utilizado para a realização de rodeios. Hoje, o Parque do Imigrante conta com uma área de 62 mil m² e uma infra-estrutura para atender grandes feiras, exposições e competições esportivas, contando com três ginásios de esporte (também sendo utilizados como pavilhões), churrasqueiras, dois pavilhões e um restaurante⁹.

Na década de 1970, também em Lajeado foi criado o primeiro departamento de Turismo no município, na intenção de estruturar uma área turística no Vale do Taquari, já que os gestores municipais percebiam o potencial das pedras semi-preciosas, um dos principais

⁶ Os ANEXOS F e G indicam o número de escolas por rede de ensino e o número de alunos matriculados por município.

⁷ Entende-se como consolidação da atividade turística a organização dos atores sociais em busca de alternativas para viabilizar o Turismo na região a partir de sua integração na cadeia produtiva regional, além de estimular a participação da comunidade em iniciativas turísticas.

⁸ Feira Nacional de Laticínios.

⁹ Disponível em <http://www.construmobil.com.br/lajeado.php#8> - acesso em 20 set. 2007.

produtos de exportação. Esta foi a primeira iniciativa para o desenvolvimento de atividades ligadas ao setor, através de um órgão público. As pedras semi-preciosas foram a primeira âncora de atração para o Vale do Taquari de turistas de outras regiões do Estado.

Na década seguinte, 1980, muito pouco foi feito em termos de ações para consolidação do Turismo, possivelmente pelo fato de que a idéia ainda não tivesse sido maturada por parte dos gestores municipais e da iniciativa privada.

No início da década de 1990 surgiram algumas iniciativas de Turismo na parte baixa do Vale, nos municípios de Lajeado, Estrela e Teutônia. Mais tarde estes municípios viriam a integrar as rotas turísticas formatadas pela Amturvaes. A década de 1990 ficou marcada pelo interesse de municípios, da iniciativa privada e algumas pessoas da comunidade em desenvolver o Turismo. Neste período houve melhorias na infra-estrutura existente. O Turismo na região, passou a ser estruturado a partir da implementação da Amturvaes, com sua criação em 29 de março de 1995. A Amturvaes é composta por instituições da iniciativa privada e do poder público, sendo seu principal objetivo prospectar, coordenar e incrementar ações de Turismo na sua área de abrangência. Inicialmente, a instituição contava somente com participantes do poder público. Ao longo do tempo, sentiu-se a necessidade da participação da iniciativa privada para que empreendedores locais pudessem apoiar os projetos turísticos e fortalecer a instituição. Um dos papéis da Amturvaes é divulgar o Vale em outras regiões do Estado, visando à inserção da região no contexto turístico estadual. Atualmente, o Vale do Taquari está sendo divulgado junto à Secretaria de Turismo do RS e também na Argentina. O objetivo da divulgação na Argentina é atrair argentinos em férias que passam pela região, além de valorizar as particularidades naturais e culturais do Vale do Taquari. Em 1997 foi elaborado um Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari, marco inicial da percepção do Turismo como uma atividade econômica que contribui para o desenvolvimento regional.

O Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari foi um documento elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (Codevat), em parceria com a Fundação de Planejamento Metropolitano Regional (Metroplan), Amvat (Associação dos Municípios do Vale do Taquari), Amturvaes e Univates¹⁰, contando com o

¹⁰ Centro Universitário Univates.

apoio operacional dos técnicos da Deutsche Gesellschaft Für Technik Zusammenarbeit (Gtz¹¹). O planejamento estratégico para o Turismo foi realizado ao longo de três encontros, num total de 5 dias de trabalho, reunindo um grupo de mais de cinquenta pessoas que tinham interesse na atividade, além de buscar maior integração e colaboração entre os setores público e privado. A partir do documento se intencionava iniciar o processo participativo de elaboração do Plano Turístico do Vale do Taquari. Acreditava-se, desta forma, que seria cumprido um dos principais papéis do Codevat, o de ser gerador e articulador de alternativas para o desenvolvimento sustentável regional (CODEVAT, 1998).

A elaboração do planejamento estratégico para o Turismo no Vale do Taquari surgiu a partir das idéias de Dinizar Becker, que atuava na época como presidente do Codevat. Em sua gestão, Dinizar reunia pessoas da comunidade para discutir propostas de desenvolvimento para a região, quando foram criados grupos temáticos como da Educação, do Agronegócio e também do Turismo. O Turismo foi um dos temas abordados para o desenvolvimento regional, pois além da vocação natural, se observava na atividade fator de incremento econômico, a partir da geração de empregos e renda.

O grupo temático do Turismo era formado, em sua maioria, por membros da iniciativa pública, e uma minoria de membros da iniciativa privada. Estas pessoas tinham idéias e interesses sobre o Turismo por estarem vinculadas direta ou indiretamente à atividade, mas principalmente, por verificarem que a região tinha condições para tal. Dinizar Becker, que era professor da Univates, via que a atividade turística deveria deixar de ser resultado de ações municipais isoladas, para se tornar um fator de desenvolvimento local. Muitos prefeitos não viam potencial turístico em seus municípios, pois trabalhavam isoladamente, não compartilhando as suas idéias com municípios vizinhos.

Apesar da existência da Amturvaes antes do planejamento estratégico, a atividade turística em nível regional passou a se estruturar a partir da elaboração deste documento. Antes, a instituição responsável pelo Turismo trabalhava com pouca força, possivelmente pelo fato das ações turísticas serem individualizadas. Neste período, as discussões enfocavam mais proposições do que a efetividade das ações. Segundo o documento, o potencial para o Ecoturismo localizava-se nos municípios da parte alta do Vale do Taquari, tais como Anta

¹¹ Empresa de Cooperação Técnica do Governo Alemão.

Gorda, Arvorezinha e Ilópolis, devido à formação do relevo que oportuniza inúmeras atividades voltadas à natureza. A parte baixa do Vale, como o município de Lajeado, era apresentada como tendo potencial para o comércio. O Turismo Religioso foi ressaltado no Planejamento Estratégico, já que no Vale se proliferam eventos desta natureza. No entanto, o documento demonstra que não havia clareza sobre qual tipo de Turismo se buscava desenvolver, tratando-se mais de uma caracterização. A intenção era a construção de idéias que mais tarde poderiam ser concretizadas.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari tinha as seguintes estratégias e objetivos:

1. Instalar e fazer funcionar um sistema de gestão integrada de desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari, reunindo as diversas entidades e instituições em torno de objetivos e estratégias comuns e conjuntas;
2. Viabilizar investimentos na construção e/ou na melhoria qualitativa da infra-estrutura turística regional;
3. Conscientizar as lideranças e a população regional da importância e da necessidade de se criar uma cultura favorável ao desenvolvimento do Turismo no Vale;
4. Qualificar recursos humanos para as diversas atividades ligadas ao Turismo;
5. Planejar de forma integrada e regional o desenvolvimento turístico do Vale do Taquari; (CODEVAT, 1998, p. 15)

O documento é uma união de propostas diversas a partir da percepção das pessoas que participavam do comitê do Turismo. Identificamos que foram realizadas estratégias voltadas ao planejamento da atividade turística, sendo que a execução destas não foi totalmente viabilizada pelo grupo. Para haver desenvolvimento do Turismo em qualquer localidade, é fundamental, num primeiro momento, trabalhar com estratégias:

o plano de desenvolvimento constitui o instrumento fundamental para a determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade, determinando suas dimensões ideais, para que, a partir daí, possa-se estimular, regular ou restringir a sua evolução (RUSCHMANN, 1997, p. 84).

Para a autora entre os muitos objetivos do planejamento turístico estão a definição de políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades, capacitar os serviços públicos para a atividade turística, atrair investimentos nacionais ou internacionais e assistência técnica para o desenvolvimento do Turismo, coordená-lo com outras atividades econômicas, entre outros (RUSCHMANN, 1997). Alguns destes objetivos podem ser

identificados no documento elaborado pelo Codevat que demonstra que não apenas o lucro econômico imediato era planejado. Uma das discussões nos encontros do grupo temático era a necessidade do Turismo ser uma atividade formada por pequenos municípios. Desta maneira, seria possível envolver mais de uma localidade nos roteiros, e aumentar o tempo de permanência do turista na região.

Uma das ações que foram concretizadas pelo planejamento estratégico foi a criação de um comitê gestor de Turismo no Vale do Taquari, conhecido como Turisvale, sediado em Lajeado, no Unicshopping. O Turisvale tinha como principal objetivo desenvolver o Turismo na Região dos Vales e Montanhas do Taquari. O Turisvale era uma instituição sem fins lucrativos, instituída por pessoas físicas, jurídicas e entidades públicas (CODEVAT, 1998). Além de estimular ações que promovessem o desenvolvimento do Turismo na região, sua finalidade também era concentrar informações que poderiam ser turísticas ou possíveis para se pensar o Turismo na região. O trabalho inicial foi reunir fotos da região, documentos, fotos dos municípios, pontos turísticos, entre outros. A organização deste material oportunizou que alguns envolvidos no plano estratégico verificassem que não sabiam da existência de locais atrativos na região. O intuito do Turisvale era a existência de um local onde os municípios pudessem concentrar informações turísticas para que se pudesse criar, posteriormente, um mapa pensado a partir de um inventário dos principais atrativos da região, o que possibilitaria trabalhar ações de planejamento para o desenvolvimento do Turismo.

Quando a Turisvale foi criada, a Amturvaes já existia. A idéia era que a Amturvaes usasse o espaço para promover suas ações. A Turisvale era uma instituição para pensar o desenvolvimento turístico do Vale do Taquari, através da promoção de ações, enquanto que a Amturvaes era uma instituição que viabilizava políticas para isto acontecer. Uma das possíveis razões para que a Turisvale se extinguisse foram as ações dispersas que não tinham cunho regional e o fato das pessoas envolvidas terem se desligado da instituição. Após a extinção da Turisvale, a Amturvaes assumiu toda a coordenação de ações para o desenvolvimento turístico regional.

As iniciativas da Amturvaes, hoje, são focadas para as áreas do Ecoturismo, Turismo Rural, Religioso, Cultural e Gastronômico (BDR, 2008). Os objetivos da atual gestão da

Amturvaes, presidida por Rafael Fontana¹² são: promover o desenvolvimento do Turismo nos municípios da região; viabilizar roteiros turísticos que integram a região; auxiliar e facilitar a busca de recursos junto a órgãos estaduais e nacionais para a infra-estrutura local e organizar os diversos setores diretamente ligados ao Turismo.

A Amturvaes é composta por uma diretoria formada pelos setores público e privado que apresenta os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário, segundo secretário, tesoureiro, segundo tesoureiro. Foram definidos alguns departamentos que trabalham com os projetos da instituição. São eles: departamento de projetos, departamento de marketing, departamento de roteiros, departamento de eventos, departamento de demanda, assessoria de comunicação e assessoria de projetos. Além destes setores, há o conselho fiscal e o conselho consultivo. Cada um dos departamentos trabalha com as questões técnicas pertinentes à sua função. Estes cargos são ocupados por 45,07% de representantes do poder público e 54,93% da iniciativa privada. Cada gestão dura 2 anos.

A atual gestão da Amturvaes teve início em abril/2007. Segundo Rafael Fontana, ela não busca reinventar nada, mas sim reafirmar seus objetivos iniciais que são fortalecer os roteiros turísticos já existentes e formatar novos roteiros, incluindo a profissionalização da mão-de-obra na região. Algumas iniciativas para isto já estão implementadas, como o curso superior de Turismo da Univates, que tem agregado conhecimento para aqueles que irão atuar na área. A formação de profissionais qualificados foi uma das propostas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari. Apesar da percepção de muitos empreendedores e gestores municipais, a criação do curso de Turismo foi um dos objetivos propostos pelo Codevat que foi viabilizado até hoje.

Entre as metas da Amturvaes está ainda a definição de uma identidade para o Turismo. A instituição prevê ainda como meta, a articulação política na busca de recursos para infra-estrutura. Segundo o presidente da Amturvaes foram disponibilizados pelo Ministério do Turismo (desde abril/2007) quase 2 milhões de reais para o Vale do Taquari.

¹² Empresário residente em Encantado, proprietário da Lume Assessoria, Comunicação e Produções Ltda. Rafael teve participação em outras diretorias da Amturvaes, sendo eleito presidente da instituição através de chapa de consenso, com mandato de 2 anos. A posse do presidente e conselhos fiscal e consultor aconteceu no dia 30 de março de 2007, nas dependências da Câmara de Vereadores de Encantado. Este é o primeiro membro da iniciativa privada que assume a presidência da Amturvaes, sendo antes presidida apenas por prefeitos pertencentes a Amvat.

Este investimento será aplicado na melhoria da infra-estrutura de atrativos turísticos da região. As empresas que prestarão estes serviços serão locais. Espera-se que os investimentos já realizados e os previstos sirvam de motivação para os empreendedores locais também investirem no Turismo.

Conforme mencionado, uma das tendências para o desenvolvimento do Turismo em regiões que possuem vocação turística é o estabelecimento de rotas turísticas, uma vez que abrangem mais de um município. Isto favorece localidades que possuem poucos atrativos. A Amturvaes trabalha orientando os municípios para a diversidade, oferecendo propostas originais abrangendo mais de um município e que valorizem a identidade cultural do Vale do Taquari (REGIÃO, 2006).

Atualmente, o Vale do Taquari tem organizadas quatro rotas turísticas. No entanto, somente duas delas, Rota Germânica (Teutônia) e Delícias da Colônia (Estrela, Colinas e Imigrante), estão sendo realizadas no Vale.

Rota Germânica: Rota turística realizada no município de Teutônia, contemplando seus principais atrativos naturais e culturais: Centro Administrativo Municipal, área construída sob a forma de cruz que simboliza a fé de seu povo; Museu Henrique Übel, que guarda pertences dos antepassados históricos com mais de 100 anos; Praça das Tradições e o gigante sapato-de-pau, símbolo do município; Cogumelos do Sol, onde o visitante aprende todo o processo de produção e industrialização dos cogumelos; Engenho Quatro Ventos, onde se participa do processo de elaboração artesanal de aguardente, licor, rapadura, açúcar mascavo e melado; Homem do Sapato-de-Pau, propriedade onde ainda são produzidos sapatos-de-pau semelhantes àqueles trazidos pelos primeiros imigrantes alemães que chegaram ao município em 1858; Pesque-Pague, o visitante pode participar da feira do peixe, além de pescar; Represa Strate, balneário que oferece uma represa para banhos, além de trilhas ecológicas e opções de acampamento; Caprinocultura Kreimeier, também conhecida como Vale Saudável, oportuniza ao visitante maior conhecimento sobre a caprinocultura leiteira, além de visitar o Horto Medicinal, com mais de 100 espécies de ervas medicinais, tóxicas e ornameitais; Champy Empreendimentos, propriedade produtora de cogumelos; Complexo Turístico do Colégio Teutônia, única escola turística da região; Teuto Brik, feira permanente de Produtos Agroecológicos; Floricultura Musskopf, propriedade onde o visitante conhece o processo de produção e comercialização de flores e folhagens; Lagoa da Harmonia,

situada a 593m de altitude, possui 8 hectares de água limpa e perene. A lagoa represada deu origem a primeira hidrelétrica do município; Restaurante Matinho, típico alemão onde é servida comida típica e café da colônia. O local também oferece passeios a cavalo e de carruagem pela propriedade (REGIÃO, 2008). A Rota Germânica oportuniza ao visitante conhecer mais sobre as características da cultura germânica, como o próprio nome diz, já que o turista tem contato direto com descendentes de imigrantes. Além dos aspectos culturais, o visitante pode conhecer algumas atividades econômicas do município, quando visita as propriedades de cogumelos e a caprinocultura Kreimeier. São oportunidades de conhecer como a comunidade local se organiza para se destacar no cenário regional.

Semelhante a Rota Germânica, o Roteiro Delícias da Colônia faz um passeio aos municípios de Estrela, Colinas e Imigrante. Em cada um destes municípios o visitante é convidado a conhecer os seus principais atrativos, além de poder degustar produtos típicos da região, tais como café da colônia e os chocolates artesanais. Em Estrela, a rota inclui: *Tour* pela cidade, com passagem pelos principais pontos históricos; Visita à Coopedras, empresa especializada na industrialização e comércio de pedras preciosas.; Alambique Berwanger, onde o visitante pode acompanhar o processo de destilação da cachaça, além de degustar a cachaça num ambiente colonial em uma casa centenária em enxaimel; Chocolates Sirlei, onde o diferencial e o atrativo estão na qualidade dos produtos e na originalidade das embalagens. Em Colinas, conhecida como a cidade jardim, visita-se: a Casa do Artesanato e Produtos Coloniais, na antiga Estação de Trem, sendo possível saborear um Café da Colônia. Em Imigrante, visita ao Cactário Horst, maior da América Latina e o Convento São Boaventura. Este Convento, construído na década de 40, todo em pedra grês.

As duas rotas têm a característica comum de contemplarem municípios de imigração germânica e de localização próxima uma da outra. Nelas, o visitante é convidado a visitar os atrativos culturais, naturais e religiosos existentes nos municípios e conhecer o artesanato local. A visitação turística a estas comunidades tem proporcionado elevação da auto-estima dos moradores locais, segundo observações da Amturvaes. Em 2006 houve um aumento de 85% no fluxo turístico do roteiro Delícias da Colônia em relação ao ano anterior. Em 2006, foram apontados 2.320 visitantes, resultando uma média de 194 visitantes por mês e um gasto médio, por turista, de R\$ 106,00. No total, a entrada de receitas foi aproximadamente R\$ 248.000,00. Estes números, fornecidos pela Amturvaes, revelam que o Turismo na região já é uma realidade. Mas é necessário direcionar o trabalho para um desenvolvimento da atividade

a partir de um planejamento adequado, buscando sua sustentabilidade, pois o Turismo deve priorizar o uso dos valores culturais da comunidade e envolver todos os atores locais durante o processo, oferecendo um produto turístico diferenciado, que oportunize vivências e informações sobre os ambientes naturais e sobre a formação cultural da região (MACHADO, 2005).

Além das rotas turísticas já formatadas, estão em formação os seguintes roteiros:

Roteiro da Erva-Mate: roteiro de Turismo Ecológico que envolve os municípios de Encantado, Nova Bréscia, Relvado, Doutor Ricardo, Anta Gorda, Putinga, Ilópolis, Arvorezinha e Itapuça. Segundo informações recebidas da secretária de Turismo de Ilópolis, Leda Dallaqua¹³, a concepção inicial do roteiro tinha o nome de Caminho da Erva-Mate e incluía Itapuça que solicitou sua exclusão, restando oito municípios. Apesar disto, apenas 4 municípios demonstram interesse atualmente pela formação do roteiro: Encantado, Anta Gorda, Doutor Ricardo e Ilópolis. Estas localidades estão sendo incluídas no roteiro, sendo que as demais poderão se agregar na medida do tempo. A Amturvaes em parceria com a Emater levantou, extra-oficialmente, os seguintes atrativos: Memorial do Santo Sudário/Igreja, Lagoa da Garibaldi e Memorial da Cosuel (em Encantado), Gruta Nossa Senhora de Lourdes (Doutor Ricardo), Gruta de Itapuça (Anta Gorda), visitação a uma indústria de erva-mate para conhecer o processo de transformação do produto, além do Parque do Ibama, Lago Verde, Cascata da Baleia, Moinho Colognese e Museu do Pão (Ilópolis)

Caminho dos Moinhos: roteiro que integra os municípios de Ilópolis, Putinga, Anta Gorda e Arvorezinha, na parte alta do Vale do Taquari, visitando os seguintes atrativos: Museu do Pão e o Moinho Colognese (Ilópolis), Moinho Dallé e Moinho Vicenzi (Anta Gorda), Moinho Castaman e Moinho Fachinetti (Arvorezinha) e o Moinho Marca (Putinga)¹⁴. O projeto teve seu início através de um arquiteto de São Paulo que visitou a região e se encantou com as belezas naturais do Vale. Retornando a São Paulo, viabilizou um projeto para recuperação dos moinhos destes municípios através de incentivos da Fundação Nestlé Brasil. O projeto Caminho dos Moinhos prevê a restauração dos moinhos, além da construção, em Ilópolis, da Escola de Panificação e do Museu do Pão, concluída no primeiro semestre de 2008, com o apoio do Ministério da Cultura. A implementação do projeto trouxe

¹³ Dados recebidos por e-mail, em 03 abr. 2008.

¹⁴ Dados fornecidos pela Amturvaes e Prefeitura Municipal de Ilópolis, por e-mail, em 03 abr. 2008.

benefícios para as comunidades envolvidas, tais como o intercâmbio cultural com a Itália, já que para a restauração dos moinhos foram trazidos membros do Instituto Ítalo Latino Americano de Roma (Illa). A vinda destes profissionais oportunizou às comunidades que fossem ministrados cursos de restauração, envolvendo não somente alunos da região como também da Bolívia, do Uruguai, Paraguai e Chile. A divulgação do projeto Caminho dos Moinhos também está trazendo empreendedores de outras regiões do Estado, que apostam no potencial turístico da região. Um destes empreendedores é de Rio Grande e viabilizou cabanas para hospedagem em Ilópolis, que já se encontram a disposição do público.

Passeio turístico de trem pela Ferrovia do Trigo entre Estrela e Guaporé: passeio de trem que fará o trajeto entre os municípios de Estrela até Guaporé, pela Ferrovia do Trigo. A ferrovia é conhecida pela beleza da região que se caracteriza por muitos túneis. Objetiva-se que o projeto integre os roteiros já existentes, Delícias da Colônia e Caminhos da Erva-Mate.

A ampliação e fortalecimento das atividades turísticas na região requerem investimentos em infra-estrutura gradativos. Para um primeiro momento, a estrutura disponível pode ser considerada suficiente. Já existem hotéis e pousadas (32 no total), restaurantes (96 no total) e empresas turísticas na região que atendem à demanda existente. Observa-se que existe o interesse da comunidade em desenvolver o Turismo, no entanto, existem dificuldades destas comunidades em se adequarem às exigências impostas pela atividade. Podemos citar, como exemplo, o fato de trabalhar aos finais de semana e feriados. Para muitas pessoas que trabalham no comércio e prestação de serviços, esta idéia pode parecer inadequada, o que mostra a necessidade de uma consciência turística.

A discussão da trajetória histórica do Turismo aponta para algumas conclusões. A criação da Amturvaes e a posterior elaboração do Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari foram os passos iniciais para as discussões sobre o desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari. Apesar da concretização de algumas ações, tais como a elaboração do planejamento integrado do Turismo, ainda hoje outras não foram realizadas, como a conscientização das lideranças políticas e da população para a importância do Turismo e qualificação de recursos humanos. O Turismo ainda não conseguiu se consolidar como uma atividade socioeconômica na região, devido ao individualismo dos municípios, dificultando a integração através da formação de rotas turísticas. Outro fator que contribui para que o Turismo não se consolide é a falta de uma

cultura turística. Desenvolver o Turismo exige mudanças tanto do poder público, que precisa investir em infra-estrutura, como da comunidade receptora. As dificuldades se dão pelo fato de haver pouco incentivo dos gestores municipais e pela forma como as comunidades recebem estas mudanças.

Uma análise crítica da trajetória histórica do Turismo no Vale do Taquari aponta que o interesse na atividade surgiu a partir das possibilidades de seus benefícios econômicos. Isto pode ser percebido desde as primeiras ações de Turismo na região, na década de 1960. A construção de um local para a realização de grandes feiras e eventos revela o interesse no intercâmbio econômico dos municípios da região com outras partes do Estado ou do país. Na década de 1980, as pedras semi-preciosas tornam-se uma alavanca para o Turismo, uma vez que a exportação de pedras era lucrativa. Observa-se, novamente na década de 90, que são os fatores econômicos que despertam o interesse pelo Turismo. A elaboração do planejamento estratégico do Turismo expõe a atividade como fator de desenvolvimento socioeconômico, porque oportuniza a geração de renda e empregos. A Amturvaes busca o desenvolvimento da atividade, porque vê o Turismo como um negócio.

A percepção do Turismo como um fator de desenvolvimento unicamente econômico é uma visão restrita de desenvolvimento, centralizada no fator crescimento que em nada difere da visão que não equilibra interesses econômicos com ambientais. Segundo Leff, “a racionalidade econômica desconhece toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentido para controlá-lo” (2001, p. 23). Neste sentido, pensar o Turismo enquanto opção de desenvolvimento sustentável exige uma nova percepção, o que requer a criação de uma cultura turística. O Vale do Taquari possui um potencial natural e cultural que deve ser valorizado a partir da configuração de uma racionalidade socioambiental que reflita no campo da produção, do conhecimento, da política e de práticas educativas e, portanto, do Turismo. O Turismo deve ser trabalhado não somente como um negócio, mas como uma prática educativa que promova o saber ambiental e, conseqüentemente, oportunize formas de desenvolvimento regional sustentável. O cenário aponta para isto como uma oportunidade estratégica de desenvolvimento.

A racionalidade econômica pode ser percebida no discurso que salienta a vontade de trabalhar com Turismo de Eventos na região. Trabalhar os eventos é uma maneira

simplificada de aumentar o fluxo turístico e o conseqüente aumento dos retornos econômicos, uma vez que os eventos já existem, não sendo necessário realizar um trabalho de criação de bases para o desenvolvimento turístico. A mobilização e uma conseqüente universalização desta representação não correspondem à essência do fenômeno turístico em si que deve ser pensada a partir das potencialidades que cada região oferece. Para Bourdieu (2000) o efeito da universalização é um dos mecanismos por meio dos quais se exerce a dominação simbólica. Observamos que esta dominação é exercida pelas lideranças regionais do Turismo a fim de manterem os interesses econômicos da atividade, pois acreditam que desta maneira a comunidade como um todo pode ser economicamente beneficiada.

Mesmo com a divulgação do interesse da Amturvaes em trabalhar com Ecoturismo, Turismo Rural, Religioso e Gastronômico, observa-se que nem mesmo a oferta simbólica do Turismo como atividade econômica está despertando o interesse de gestores públicos e empreendedores, de forma a planejarem e executarem ações. Quando até o presente momento, são observadas poucas ações no que diz respeito ao desenvolvimento no Turismo no Vale do Taquari, isto pode apontar para uma falta de estratégia de comunicação da Amturvaes em relação a seus públicos: comunidade, iniciativa privada e gestores públicos. Apesar da existência de um planejamento estratégico para o Turismo, que deve orientar para planos interligados, verifica-se que os projetos existentes são ações isoladas dentro de um contexto regional.

Observa-se, hoje, o Turismo como uma atividade aliada das questões ambientais. O potencial turístico do Vale do Taquari aponta para a necessidade da emergência de um novo olhar sobre o Turismo por parte das lideranças, a fim de envolver a comunidade como um todo, preservando não somente os ambientes naturais, mas também o patrimônio cultural, e valorizando os saberes locais a fim de transformá-los em atrativos antropológicos. A ênfase na racionalidade econômica ao se pensar em formas de desenvolvimento regional a partir do Turismo na Vale do Taquari está relacionada com o modelo de desenvolvimento hegemônico, onde as questões ambientais, sociais e culturais têm sido reiteradamente preteridas em prol do crescimento econômico.

3.5 Atrativos turísticos do Vale do Taquari

O Turismo também é um fenômeno que atrai a atenção de regiões que demonstram vocação para a sua exploração como alternativa sustentável de exploração econômica. O incremento econômico não deve ser a única razão para a sua exploração. Trabalhar o Turismo hoje, exige uma visão complexa das comunidades, de forma a incorporar os aspectos culturais, ambientais, sociais, econômicos e políticos que interagem entre si, dinamizando o setor. Sua implementação exige o planejamento adequado às necessidades de cada região, baseadas nas características peculiares, para evitar impactos à natureza e às culturas locais.

Para o presidente da Amvat, Reginatto Velere, há características que tornam a região do Rio Taquari um atrativo único no Estado:

Minifúndios e muita beleza natural dão ao vale características de uma identidade própria, onde se destacam as tradições, costumes e folclore dos imigrantes europeus que colonizaram a região (CAMINHOS DO VALE, 2001).

As belezas naturais do Vale do Taquari aliadas às características que formam uma identidade própria para a região leva-nos a identificar e classificar seus atrativos, a fim de criar um mapa identificando os locais com potencialidades para o Ecoturismo. A classificação dos atrativos foi feita a partir da metodologia de Beni (2006). Segundo o autor, entende-se por atrativo turístico “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los” (BENI, 2006, p. 331). Esta definição inclui também os eventos, considerados acontecimentos de interesse turístico. Os atrativos turísticos, segundo o autor, se classificam da seguinte forma¹⁵:

- *Atrativos naturais:* elementos que constituem a paisagem. Assim, podem ser considerados atrativos naturais: relevo montanhoso (picos/cumes, serras, montes/morros/colinas), planaltos e planícies (chapadas/tabuleiros, patamares, matacões/pedras, vales, rochedos), litoral ou costas (praia, restingas, mangues, Baías/enseadas, sacos, cabos e pontas, falésias/barreiras, dunas), terras insulares (ilhas, arquipélagos, recife/atóis), hidrografia (rios, lagos/lagoas/represas, praias

¹⁵ Beni, 2006, p. 331 – 341.

fluviais/deltas), pântanos, quedas d'água, fontes hidrotermais ou hidrominerais, parques, reservas de flora e fauna, grutas/cavernas (furnas) e áreas de caça e pesca;

- *Atrativos histórico-culturais*: o que inclui todos os elementos materiais, sejam bens imóveis ou móveis. Entre eles estão: monumentos (arquitetura civil, arquitetura religiosa/funerária, arquitetura industrial/agrícola, arquitetura militar, ruínas, esculturas, pinturas, outros legados), sítios (históricos, científicos), instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer (bibliotecas, arquivos, institutos históricos e geográficos);
- *Manifestações e usos tradicionais e populares*: práticas culturais específicas do local ou região. Os tipos de atrativos classificados desta forma são: festas, comemorações e atividades (religiosas, populares e folclóricas, cívicas), gastronomia típica, artesanato, feiras e mercados;
- *Realizações técnicas e científicas contemporâneas*: obras científicas e/ou tecnológicas que estimulam seu aproveitamento como recurso de atração turística. São consideradas realizações técnicas e científicas contemporâneas os seguintes tipos de atrativos: exploração de minério, exploração agrícola e/ou pastoril (fazendas-modelo, estações experimentais), exploração industrial, obras de arte e técnica, centros científicos e técnicos (zoológicos/aquários/viveiros, jardins botânicos e hortos, planetário);
- *Acontecimentos programados*: os quais visem ao intercâmbio e à divulgação de matérias científicas e técnicas, à comercialização de produtos, às práticas de atividades desportivas e culturais como: congressos e convenções, feiras e exposições, competições desportivas, etc;

Cabe ressaltar que os atrativos turísticos são diferentes do produto turístico. Enquanto os atrativos estão relacionados à motivação da viagem, o produto turístico tem caráter temporal e deve ser consumido no momento em que é produzido. Segundo Beni, “o produto turístico é um conjunto de bens e serviços produzidos em diversas unidades econômicas, que sofre uma agregação no mercado ao serem postos em destaque os atrativos turísticos” (2006, p. 184).

Para mapear os locais com potencialidade para o desenvolvimento do Turismo, especialmente do Ecoturismo, o estudo baseou-se nas informações da Revista Caminhos do Vale, onde foram listados, município por município, os atrativos turísticos e eventos

existentes. A partir daí, criamos uma classificação baseando-se na metodologia de Mario Beni (2006).

TABELA 2 – Atrativos turísticos do Vale do Taquari, por município¹⁶.

Tipo de Atrativo	Número de atrativos no Vale do Taquari	Porcentagem (%) atrativos no Vale do Taquari
Manifestações e usos tradicionais e populares	145	35,98%
Atrativos naturais	96	23,82%
Atrativos histórico-culturais	93	23,08%
Acontecimentos programados	54	13,40%
Realizações técnicas e científicas contemporâneas	15	3,72%
TOTAL	403	100%

FONTE: Ana Krüger, 2008.

Observamos, a partir da quantificação e da contextualização (ANEXO B) que o Vale do Taquari caracteriza-se pelas influências das culturas germânica, italiana, açoriana e africana que se expõem em atrativos da gastronomia, festas típicas, danças, nas economias locais, nas formas de organização comunitária, etc. O clima é outro aspecto que interfere na formação cultural da região. Com invernos frios e verões relativamente quentes, a população procura locais agradáveis com recursos de água. Este fator se torna uma característica turística, quando é observada a presença de *campings*, especialmente em Marques de Souza, um dos municípios com maior representatividade nestes atrativos naturais, localizados nas margens do Rio Taquari. Os *campings*, assim como as cascatas, riachos e rios são considerados, segundo a classificação de Beni (2006) atrativos naturais, os quais representam 23,82% do total de atrativos na região estudada, número significativo.

Os prédios históricos e o artesanato também são atrativos na região onde há edificações antigas preservadas. O levantamento indicou a existência de 23,08% de atrativos classificados como histórico-culturais. São monumentos que representam a arquitetura civil, religiosa, instituições culturais de estudo pesquisa e lazer. Em 2007 foi concluído um projeto de pesquisa que buscou estabelecer o potencial turístico da identidade regional do Vale do

¹⁶ A tabela detalhada se encontra no ANEXO B.

Taquari¹⁷. Até o momento, ainda não foram publicados os dados finais do estudo, no entanto, os relatórios parciais apontam para a realização do projeto piloto da pesquisa no distrito de Fão, município de Marques de Souza; a participação em cursos, seminários e palestras de caráter científico; criação da logomarca do grupo de estudo da pesquisa; criação de recursos para a apresentação da pesquisa a comunidade acadêmica e público externo através de metodologia de trabalho; debate promovido pelo Jornal O Informativo sobre o tema preconceito. Além de identificar o potencial turístico do Vale do Taquari, a realização deste estudo buscou criar um grupo de pesquisa multidisciplinar que colaborasse na construção de conhecimentos sobre o Turismo e seu planejamento.

Aliar ao aspecto natural os fatores culturais de uma comunidade aumenta a atratividade de um local. Este fator deve ser levado em consideração quando se trabalha com políticas de desenvolvimento da atividade turística. As características relevantes do Vale do Taquari têm origem na miscigenação de culturas, que, somada a os aspectos naturais oportunizou uma formação cultural com características únicas, que são percebidas na forma como as comunidades se organizam. Esta organização é observada a partir da dinâmica econômica dos municípios, onde o empreendedorismo e o cooperativismo são marcas presentes.

Apesar da representatividade dos atrativos naturais e culturais, são os atrativos classificados como manutenção e usos tradicionais populares mais elevados: com 35,98. Estes atrativos referem-se a eventos, festas e feiras típicas. Estes acontecimentos têm motivado o interesse da Amturvaes em trabalhar com o Turismo de Eventos, na tentativa de aumentar o fluxo turístico na região e a permanência de turistas. Os acontecimentos programados contribuem para o aumento do interesse nos eventos que respondem por 13,40% das realizações. Os acontecimentos programados englobam os aspectos econômicos (pelo interesse na comercialização de produtos) e culturais ofertando ao público uma imagem de desenvolvimento socioeconômico. A região do Vale do Taquari possui alguns eventos desta natureza, tais como a Expovale, em Lajeado, a Suinofest, em Encantado e a Fragofest, em Arroio do Meio. Estes acontecimentos se caracterizam pela divulgação dos principais

¹⁷ Projeto de Pesquisa denominado “O potencial turístico da identidade regional do Vale do Taquari: aspectos ambientais, antropológicos e históricos”, realizado pela UNIVATES, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, coordenado pelo Prof. Dr. André Jasper.

produtos industrializados da região, visando o intercâmbio entre os municípios e, destes, com outras regiões do Estado.

Por representarem juntos quase 50% dos atrativos existentes, as manifestações e usos tradicionais e populares e acontecimentos programados merecem a atenção dos setores públicos e privado. Estes atrativos são um dos focos da atual gestão da Amturvaes. O desenvolvimento do Turismo de Eventos exige, porém alguns cuidados, entre eles, o correto planejamento dos eventos para evitar impactos sobre a comunidade e o ambiente local. Além disto uma organização inadequada pode provocar insatisfação nos visitantes, gerando uma visão negativa do local. Aliar às belezas naturais e culturais às datas festivas nos municípios é uma das intenções da Amturvaes para manter os turistas por mais tempo na região. Para alcançar este objetivo, a estratégia tem sido a divulgação do Vale do Taquari em outras regiões, além de incluir na programação dos eventos visitas às rotas turísticas já existentes. Para o desenvolvimento do Ecoturismo, é necessário, porém, que ainda sejam formadas rotas turísticas focadas para este segmento.

Com 23,82% dos seus atrativos classificados como naturais, 23,08% histórico-culturais, 35,98% manifestações e usos tradicionais e populares e 13,40% acontecimentos programados, o Vale do Taquari aponta para uma vocação turística que deve ser levada em consideração pelos órgãos públicos, pela Amturvaes e pela iniciativa privada, já que grande parte dos atrativos naturais se encontram em locais preservados, mesmo assim alguns precisam de melhores condições de preservação e conservação. A conservação dos atrativos histórico-culturais também precisa ser garantida. Da mesma forma, o Ecoturismo merece ser observado como uma estratégia de desenvolvimento regional.

A região do Vale do Taquari é privilegiada pela natureza e pelos locais adequados para a prática de atividades voltadas à natureza. Segundo Eckardt *et. al* (2007), a rede hidrográfica do Vale do Taquari corresponde a 2,35% de sua área total e a cobertura vegetal corresponde a 55,31% da área da paisagem. A região apresenta 43,35% de seu relevo classificado como forte ondulado e montanhoso e 183,5km² formando topos de morros. Estas características oportunizam locais adequados para práticas de esporte e aventura, já que existem nos vales rios com potencial para rafting (Rio Guaporé, afluente do Rio Taquari), morros com paredões de rocha adequados para escalada e rappel (Morro Gaúcho, Toca dos Corvos, etc.) e matas que podem servir para a prática de trilhas contemplativas (encontradas em municípios como

Arroio do Meio, Capitão, Dr. Ricardo, etc). Estas atividades, além de oportunizarem a prática de esportes, também estão diretamente relacionadas ao Ecoturismo, pois primam pelo contato com a natureza e a preservação do ambiente.

Observa-se que os municípios que possuem maior potencial para desenvolver o Ecoturismo ficam localizados, principalmente, na parte alta do Vale do Taquari, dadas às características de relevo destes locais, formados por morros, grutas, cachoeiras e corredeiras. Na parte baixa do Vale do Taquari, os municípios também possuem potencial para o Ecoturismo, no entanto, voltados para atividades relacionadas ao Rio Taquari (motonáutica) e a trilhas contemplativas, já que esta porção de terras não possui tantos morros e formações onduladas como a parte alta. Apesar deste potencial, a escolha pelo Morro Gaúcho, em Arroio do Meio (parte baixa do Vale do Taquari) se deve ao fato do local reunir as características necessárias para a proposta deste estudo, pois apresenta área de vegetação preservada com trilhas abertas, potencial turístico significativo, além de existirem conflitos entre os atores sociais.

No próximo capítulo vai-se aprofundar a análise das relações entre desenvolvimento, capital social e Turismo, a fim de compreender como o Ecoturismo pode ser um elemento estratégico para alternativa de desenvolvimento sustentável.

4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

4.1 Turismo, desenvolvimento e capital social: perspectivas

As discussões sobre ambiente e desenvolvimento se estendem desde a década de 1970, através dos Relatórios de Founex, da Conferência de Estocolmo e do Relatório de Brundtland. Estes relatórios e conferências reconhecem a complexidade e a gravidade dos desafios sociais e ambientais da humanidade ao mesmo tempo em que transmitem uma mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de promover um desenvolvimento socioeconômico eqüitativo, ou *ecodesenvolvimento*, como propõe Sachs (2007).

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a ênfase dada ao desenvolvimento é a do crescimento econômico. As conseqüências da noção de desenvolvimento a partir do aspecto econômico, somadas às políticas internacionais que defendem interesses da minoria da população, bem como os impactos do modo de vida moderno se refletem na crise ambiental contemporânea, formam um contexto intrincado. Neste sentido, a idéia de *ecodesenvolvimento* vem ao encontro de uma necessidade de nova noção sobre o desenvolvimento

o conceito de *ecodesenvolvimento* designava ao mesmo tempo um novo *estilo* de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, norteado por um conjunto interdependente de postulados éticos, a saber: *atendimento de necessidades humanas fundamentais* (materiais e intangíveis), promoção da *autoconfiança* (*self-reliance*) das populações envolvidas e cultivo da *prudência ecológica* (VIEIRA, 2007, p. 12).

O desenvolvimento é um conceito de múltiplas dimensões que integra critérios sociais, ecológicos e econômicos. O desafio é analisar como se dá a interação entre estes critérios para

a existência de um crescimento social razoável, ecologicamente prudente e economicamente eficiente (SACHS, 2000). Neste sentido, Sachs propõe que o planejamento do desenvolvimento deve trabalhar cinco dimensões do conceito de sustentabilidade, que constituem o conceito de ecodesenvolvimento proposto por ele: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A sustentabilidade social se refere à construção de uma civilização com maior igualdade na distribuição de renda, para reduzir a desigualdade que existe entre os padrões de vida dos ricos e pobres. A sustentabilidade econômica precisa ser analisada a partir de termos macrossociais e não somente por discernimento do lucro em curto prazo. A sustentabilidade ecológica é entendida como os principais aspectos que visam a minimização dos impactos da ação antrópica sobre o ambiente, tais como a limitação do consumo de combustíveis fósseis, limitação do consumo material, redução de resíduos, etc. A sustentabilidade espacial busca uma nova configuração rural-urbana, através da redução da concentração de áreas metropolitanas e a promoção de práticas regenerativas de agricultura, etc. A sustentabilidade cultural se refere à continuidade das culturas baseadas em suas raízes endógenas, de acordo com as especificidades de cada contexto sócio-ecológico (SACHS, 2007). A interação entre estas dimensões remete à idéia de que o desenvolvimento deve permear o pensamento humano, de forma a influenciar as ações cidadãs. Desta maneira,

faz-se necessário um grande esforço para o desenvolvimento de padrões de uso dos recursos renováveis que sejam intensivos em conhecimento, centrados no ser humano, ambientalmente adequados e economicamente eficientes, preservando, ao mesmo tempo, a frágil biodiversidade dos ecossistemas tropicais úmidos (SACHS, 2007, p. 195).

Sachs salienta a necessidade de buscar-se tecnologias que possam harmonizar os objetivos sociais, ecológicos e econômicos, baseados nos aspectos culturais de cada nação, na procura do melhor aproveitamento da oferta potencial de recursos, em bases ecologicamente sustentáveis. Boisier evidencia que o desenvolvimento refere-se a um fenômeno também local, “localizado e incrustado nas características econômicas, técnicas, sociais e culturais do lugar em particular” (2005, p. 51). Poderia se complementar a idéia de Boisier quando se observa que, além destas características, os fatores ambientais são determinantes para o tipo de desenvolvimento que se quer atingir, pois são eles que oferecem todos os recursos físicos indispensáveis para o desenvolvimento.

Na mesma linha de pensamento de Sachs, Amantya Sen (2000) faz uma análise sobre o desenvolvimento a partir da idéia de que se trata de um processo de expansão das liberdades

reais: acesso à educação, saúde, alimentos, moradia, etc. Estas são consideradas necessidades básicas para uma vida digna de ser vivida. Para o autor, o processo de desenvolvimento é, antes de tudo, um “comprometimento social”, onde as “privações de liberdade limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 10). Nesta perspectiva, segundo o autor, as pessoas são vistas como ativamente envolvidas na conformação de seu destino e não apenas como beneficiárias passivas das políticas de desenvolvimento.

Ambos autores são unânimes quando afirmam que o desenvolvimento deve priorizar a qualidade de vida, o modo como as pessoas vivem e, segundo Sen, suas escolhas. As escolhas e oportunidades para uma vida digna são intencionais, definidas pelo homem, o que inclui a escolha pelo tipo de desenvolvimento que se busca. Segundo Sachs,

desenvolvimento pode ser compreendido como um processo intencional e autogerido de transformação e gestão de estruturas socioeconômicas, direcionado no sentido de assegurar a todas as pessoas uma oportunidade de levarem uma vida plena e gratificante, promovendo-as de meios de subsistência decentes e aprimorando continuamente seu bem-estar, seja qual for o conteúdo concreto atribuído a essas metas por diferentes sociedades em diferentes momentos históricos (SACHS, 2007, p. 293).

Contrapondo Sachs e Sen, para Barquero o desenvolvimento endógeno se dá a partir de uma compreensão da dinâmica econômica em momentos de mudanças organizacionais, tecnológicas e institucionais. Para o autor,

o desenvolvimento endógeno faz referência a processos de acumulação de capital em localidades e territórios concretos. Trata-se de processos de desenvolvimento impulsionados pela capacidade econômica e investimento interno das empresas e da sociedade local, e, eventualmente, apoiados por fora pelos investimentos externos públicos e privados. Em todo caso, apóia-se no esforço local para melhorar a posição competitiva das empresas e, daí, cidades, regiões e países (BARQUERO, 2004, p. 213)

Para o autor, a interpretação do desenvolvimento endógeno se dá a partir da industrialização, mudanças estruturais de países, cidades e regiões, além de processos de crescimento, traçados por estratégias de ação viáveis estimuladas pelo aumento da competição, através da integração econômica, e transformando o entorno no qual os processos de desenvolvimento ocorrem (BARQUERO, 2004).

A concepção de desenvolvimento de Barquero aproxima-se de uma racionalidade econômica, onde os aspectos sociais e ecológicos são desvalorizados. Este pensamento

economicista, segundo Sachs, precisa ser superado para um desenvolvimento integral e baseado em princípios éticos. A economia por si só deve garantir controles macrossociais que oportunizem um crescimento razoável, o que alimenta a teia social, e não baseada em controles microssociais, que visam o lucro a curto prazo (SACHS, 2007). Estes tipos de intervenções são característicos dos atuais modelos de desenvolvimento, que são regidos por políticas internacionais que sustentam interesses de grandes corporações na intenção de aumentar seu poder de dominação à custa do meio ambiente, das condições sociais da maioria e das culturas locais.

A partir das idéias acima, entendemos o desenvolvimento como um fenômeno local, que surge a partir de necessidades locais, baseado nos aspectos culturais e sociais que buscam melhorar a qualidade de vida da população, a partir de mecanismos que oportunizem as liberdades individuais. A partir de tais condições, se criam oportunidades para um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável. Cabe à sociedade civil a execução de seu papel, ao lado do poder público e do mercado. É preciso criar mecanismos que estimulem relações equilibradas entre os três sistemas de poder. Neste sentido, o capital social surge como um fator determinante dos modelos de desenvolvimento locais, pois estimula ações coordenadas de eficiência e confiança dentro do meio social.

Das muitas implicações do conceito de desenvolvimento, vem ganhando importância o fator que diz respeito à oportunidade de construção do capital social nas comunidades, baseado na importância da cultura política e da sociedade civil no processo de construção democrática (BAQUERO; CREMONESE, 2006).

O desenvolvimento, um conceito aplicado a sociedades humanas, é um processo de mudança determinado pelas redes sociais, regulado por fatores internos e externos através de alterações e interações de naturezas diversas, sendo seu objetivo “assegurar a conservação dinâmica dessas redes e, na medida do possível, dos elementos que a compõem” (FRANCO, 2004, p. 243). Esta maneira de pensar o desenvolvimento é compatível com a idéia de capital social, pois a iniciativa para a mudança parte do interior da sociedade ou grupo social, não envolvendo apenas os aspectos relacionados à economia e crescimento (fatores externos).

No entanto, no Brasil, observam-se dificuldades no estímulo ao desenvolvimento do capital social, devido à existência de um distanciamento e desengajamento dos cidadãos na vida pública, além da desconfiança nas instituições tradicionais de democracia (partidos políticos, órgãos federais, etc.) (BAQUERO; CREMONESE, 2006). O conceito de capital social serve como um elo para entender as razões pelas quais algumas regiões conseguem se desenvolver e outras não. Para os autores, estão fadados ao fracasso os governos que não buscam melhorar a qualidade de vida da população, pois o crescimento econômico precisa estar acompanhado de valores que priorizam a participação cidadã, a solidariedade e a confiança para resolver problemas coletivos (BAQUERO; CREMONESE, 2006). Para Becker (2002), as regiões reagem de formas diferentes aos processos de desenvolvimento regional, sendo que umas têm postura ativa enquanto outras são passivas, em decorrência de diferentes padrões morais e culturais frente aos desafios contemporâneos. Becker (2002) complementa a idéia de Baquero e Cremonese (2006) quando diz que a forma de reação passiva dos cidadãos é resultado

[...] da incapacidade organizacional dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos), de superarem as contradições e resolverem os conflitos, através da articulação dos interesses locais com os interesses socioambientais regionalizados, o que impossibilita a construção de um projeto próprio específico (BECKER, 2002, p. 14-15).

Para o autor, a articulação dos interesses locais somente será possível quando os agentes protagonistas do processo de desenvolvimento oportunizarem o nascimento de uma estrutura político-institucional na esfera política, que seja mediadora e viabilizadora do desenvolvimento. Neste sentido, o capital social surge como um novo paradigma de desenvolvimento regional (BECKER, 2002), apoiado em relações de confiança e cooperação voluntária entre os membros de uma sociedade. Segundo Baquero,

essa cooperação é viabilizada pela confiança interpessoal, pela reciprocidade entre os cidadãos, pelas redes de envolvimento cívico e pela predisposição das pessoas em se envolver em atividades coletivas. Não se trata de sociabilidade e sim de predisposições atitudinais por parte das pessoas, no sentido de estarem estimuladas a se envolver em ações que resultem na obtenção de um bem coletivo. É um agir coletivo e consciente promovido pelo desejo de melhoria da qualidade de vida de uma comunidade (2006, p. 62).

Para Bourdieu (2004a), o capital social está relacionado aos recursos potenciais que estão ligados a uma rede durável de relações, as quais são institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, além de estarem vinculadas a um grupo. Para o

autor, os agentes não são somente dotados de propriedades comuns, mas de ligações permanentes e úteis, baseadas em trocas materiais e simbólicas. As redes de relação, segundo Bourdieu, são “o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis aptas a proporcionar lucros materiais e simbólicos” (2004a, p. 68). Baseado nestas relações existe um estímulo consciente e inconsciente para a transformação de relações contingentes que oportunizam, conseqüentemente, sentimentos subjetivos, tais como o reconhecimento e a obtenção de direitos (BOURDIEU, 2004a).

Deste modo, o capital social pode ser entendido como formador de uma rede social, os meios que uma comunidade encontra para se relacionar interna e externamente, a partir de uma rede durável de relações. Trata-se de um conceito político, no sentido de que é determinado pela própria sociedade, não sendo imposto por uma classe dominante a uma classe dominada. São padrões de relações determinados por grupos da sociedade. As funções e ações individuais refletem o comportamento social e este tem sua influência no desenvolvimento social (FRANCO, 2004). Dotto et al., afirmam que o

capital social aumenta a propensão de atores sociais para a colaboração e para o empreendimento de ações coletivas, favorecendo o fortalecimento da competitividade sistêmica, proporcionando a consolidação de identidades regionais e contribuindo para o desenvolvimento regional (2003, p. 234).

Numa aproximação das idéias ao Turismo, observa-se que este pode também ser um promotor do capital social no processo de desenvolvimento regional, quando oportunizar relações entre os indivíduos da comunidade que estimulem ações e características de organização social, como a confiança, normas e sistemas que aumentam a eficiência da sociedade e facilitem ações coordenadas (ABRAMOVAY, 2000).

É preciso reconhecer que todo processo de desenvolvimento envolve o crescimento econômico de uma localidade, o que também se aplica ao Turismo. No entanto, o capital social possibilita, além do retorno econômico, a valorização da cultura local e o estímulo às comunidades a participarem de ações que instiguem à democracia, através do engajamento e aproximação em questões de natureza política. O autoconhecimento das potencialidades que uma comunidade tem, quando organizada, pode estimular ações de desenvolvimento do Turismo, quando se identifica a existência de um patrimônio natural na localidade. Isto pode

favorecer a preservação do meio ambiente, já que se reconhece a importância da manutenção dos recursos naturais.

Um dos benefícios promovidos pelo capital social são as proximidades sociais, que permitem uma organização entre os atores os quais valorizam conjuntamente todo o ambiente em que atuam, o que pode ser convertido em base para empreendimentos (ABRAMOVAY, 2000). Neste sentido, sua eficácia depende de estratégias para valorizar e otimizar todo o capital humano e social existente, beneficiando-se, de modo sustentável, dos recursos locais ambientais e financeiros, os quais devem ser combinados com recursos externos para aproveitar as oportunidades regionais, bem como as globais (MORAES, 2003).

Aproximando-se das idéias, acima, pode-se citar São José dos Ausentes/RS como exemplo de local onde o capital social está sendo estimulado através do Turismo, o que tem oportunizado às famílias ações de organização social, além da valorização da identidade cultural e o incremento econômico.

Em meados do século XVIII São José dos Ausentes passou a ter sua economia baseada na criação extensiva de gado. Devido a crises neste setor e a um solo não favorável para a agricultura, a pecuária entrou em declínio, o que provocou uma redução na economia local. As famílias que viviam da pecuária passaram a procurar alternativas para complementar sua renda. Neste contexto, o Turismo Rural surgiu como alternativa. Entende-se por Turismo Rural “o segmento da atividade turística que se desenvolve em propriedades produtivas, aliando práticas de agropecuária e valorizando o contato direto do turista com a cultura do local” (MACHADO, 2005, p. 35). Para o autor, além da aproximação entre turista e a comunidade, o Turismo Rural busca valorizar o patrimônio cultural e natural, através conservação de tradições e divulgação de costumes, na perspectiva de manutenção do homem no campo.

O Turismo Rural é uma atividade recente naquela região, com aproximadamente 13 anos de existência. Os proprietários das fazendas foram estimulados a abrir suas casas por operadoras de Ecoturismo de Porto Alegre, que viram no município o potencial turístico a ser explorado. O estímulo surgiu a partir da visão de empresários em expor a qualidade de vida do meio rural. Pelo fato das fazendas já terem a infra-estrutura montada (casa, galpão e demais dependências) a atividade se tornou economicamente viável para seus proprietários,

pois não foram necessários altos investimentos em infra-estrutura. Na medida em que a atividade foi sendo desenvolvida, os investimentos como aumento no número de leitos e adequação de galpões para acomodação de restaurantes foram realizados.

Apesar do incremento na estrutura, os donos das fazendas buscam manter as características culturais da região e de suas famílias, já que têm consciência que são estes aspectos que os turistas buscam quando visitam suas propriedades. Em parte, esta conscientização conta com o auxílio de instituições que prestam assessoria para micro e pequenas empresas a fim de qualificar os serviços prestados (Senac¹⁸, Sebrae¹⁹, Senai²⁰, Senar²¹). Cabe salientar que, apesar do interesse em manter a cultura local, já são observadas influências do modo de vida dos turistas. Castrogiovanni (2003) afirma que a cultura de um grupo social é uma de suas maiores riquezas, sendo responsável pela diferença que cria e identifica o local.

A identidade do lugar se caracteriza pelo conjunto de vinculações existentes em seu sistema social e natural. Ela permite a representação do lugar espacial e favorece a construção simbólica por parte do turista. O Turismo nos lugares deve ter a responsabilidade em valorizar tais particularidades, (de ser parecido consigo mesmo e não imitar os outros lugares), capitalizando-as e mostrando às comunidades que o fato do lugar ser próprio/único é o que o faz existir e, portanto, ser atrativo (CASTROGIOVANNI, 2003, p. 47).

Neste sentido, se houver planejamento adequado para lidar com estas interferências, as características culturais podem ser mantidas, caso contrário, com o aumento da demanda, os impactos culturais podem ser irreversíveis, tornando aquelas características apenas uma imitação de outras destinações turísticas que exploram o Turismo Rural.

Atualmente, em São José dos Ausentes a atividade turística já representa mais (economicamente) do que a agropecuária, sendo que esta tem um papel secundário na renda das fazendas. Algumas fazendas têm no Turismo sua principal fonte de renda. No intuito de explorar o Turismo e fazer com que contribua para o bem-estar social desta comunidade, uma das formas de organização foi a criação da Associação das Fazendas de São José dos Ausentes, para discutir a situação do Turismo Rural na região. Esta associação foi a alternativa encontrada pelos proprietários das fazendas de se organizarem socialmente e

¹⁸ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

¹⁹ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

²⁰ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

²¹ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

buscarem seu espaço para aproveitar as oportunidades que a realidade social apresentava, o que oportunizou relações de confiança entre os membros desta comunidade, além de haver um engajamento por parte do poder público em ações que viabilizem o desenvolvimento do Turismo naquela região.

O caso de São José dos Ausentes demonstra que o Turismo pode promover o capital social, através do aumento da confiança na comunidade local e da criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento local, através de uma rede durável de relações entre os indivíduos da comunidade, o que fortaleceu o sentimento de reconhecimento e respeito entre os membros do grupo. Em Ausentes, o desenvolvimento não prioriza uma infra-estrutura moderna que embute alta tecnologia, mas mostra que a simplicidade do campo é fator que atrai turistas do país inteiro, interessados em ter um contato maior com o cotidiano daquela comunidade. A confiança promovida pelo capital social estimula as famílias a permanecerem no campo tendo como certo o retorno financeiro e a valorização da sua cultura. Considera-se este um dos aspectos mais relevantes do capital social no município, pois talvez, sem o Turismo, muitos integrantes destas famílias já teriam migrado para os centros urbanos.

O caso de São José dos Ausentes mostra que o Turismo tem uma parcela de contribuição no desenvolvimento local através das relações que o capital social promove nas comunidades. Segundo Abramovay (2000), o capital social surge em oposição à idéia de que a sociedade é composta apenas por indivíduos independentes, que buscam atingir seus objetivos independentemente uns dos outros. O capital social enfatiza a noção de que os indivíduos não agem individualmente e que seus objetivos são alcançados em grupo.

Capital social é, antes de tudo, a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva. A base do raciocínio está na constatação de que as soluções privadas nem sempre funcionam (Mankiw, 1998) e que por seus interesses imediatos os agentes sociais teriam, diante da cooperação, uma conduta de caráter oportunista (ABRAMOVAY, 2000, p. 4).

A partir da noção de cooperação entre os agentes sociais, é possível identificar no Turismo um meio de liderança regional, devido a sua natureza multidisciplinar e sua “dualidade com os setores público e privado” (MURPHY, 2002, p. 200).

Pensar e fazer o Turismo a partir desta ótica requer conhecimentos sobre como promover menos impactos naturais e culturais, além de estimular o capital social nas

comunidades. Uma das noções mais importantes e necessárias é a de que não se pode pensar em desenvolvimento, se não houver uma mudança no modo de agir. Desta maneira, quando se fala em uma mudança no Turismo, buscando alcançar os princípios de sustentabilidade, é preciso pensar em mudanças de atitudes pessoais. Estas mudanças serão possíveis quando a própria comunidade identificar suas potencialidades e trabalhar no sentido de desenvolvê-las, a fim de prosperar economicamente, além de buscar um bem-estar social.

Em São José dos Ausentes já são percebidas as conseqüências do capital social, quando se observa a existência de parceria entre os setores público e privado, já que as fazendas que trabalham o Turismo são integrantes da Associação das Pousadas Rurais; o poder público participa na exploração da atividade, seja na divulgação turística, seja em eventos e por meio de políticas públicas que visam o desenvolvimento do setor no município. As instituições de ensino, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuam no local através de projetos. Segundo Murphy,

é relativamente fácil estabelecer essas parcerias quando ambas as partes têm os mesmo objetivos e os números envolvidos são pequenos, mas elas também oferecem esperança e orientação para a aplicação de estratégias semelhantes para o Turismo como um todo” (2002, p. 199).

No entanto, em outros casos, a racionalidade econômica que estimula o desenvolvimento de atividades turísticas a curto prazo tem ocasionado problemas irreversíveis às comunidades. O interesse no lucro imediato e na autopromoção indica a falta de sustentabilidade política nas ações. No Brasil, as políticas atropelam os processos. O Turismo geralmente não é pensado como uma atividade a ser desenvolvida em longo prazo, a partir de um planejamento adequado que vise o desenvolvimento, mas sim, no período de uma gestão política. Isso traz como conseqüência o crescimento descontrolado da atividade, o que leva à descaracterização e à perda da originalidade das destinações (RUSCHMANN, 1997). Estes aspectos estão desvinculados da visão complexa do fenômeno turístico. Pensar a sustentabilidade no Turismo requer a identificação das dimensões envolvidas em sua gestão. Segundo Swarbrooke (2000), o Turismo Sustentável somente será administrado com êxito se as inter-relações entre todas as três dimensões (ambiental, econômica e social) forem completamente identificadas. Consideramos que uma quarta dimensão devesse ser incluída, a dimensão política. É necessário maior influência dos poderes públicos no desenvolvimento de

políticas para o Turismo, pois através delas são determinados custeios, criação de legislação e planejamento turístico. Segundo Ruschmann,

o planejamento da evolução do Turismo, pela determinação da capacidade de carga nas localidades, apresenta-se como a forma preventiva ideal para um desenvolvimento que conserve a natureza, ofereça conforto e satisfação ao turista e não agrida a originalidade das comunidades receptoras (1997, p. 164).

Por falta de qualificação adequada nos cargos públicos, cria-se a ilusão de que o Turismo é uma alavanca para o desenvolvimento. Passa-se a observar a atividade como um ideal promissor de progresso para as comunidades, meio de enriquecimento de cidades e países pobres e uma relação linear de progresso e bem-estar nas localidades (MOESCH, 2000b). Por trás desta camuflagem, escondem-se os mais variados tipos de impactos, que podem ser observados em locais como Cancun, Costa do Sauípe e Balneário Camboriú. No entanto, existem casos bem sucedidos, que contam com o apoio de políticas públicas para o desenvolvimento da atividade, como São José dos Ausentes.

Assim, entendemos que o Turismo pode ser um caminho para o desenvolvimento de uma região, quando promove o bem-estar social. Como em outras atividades, quando há estímulos para a valorização da comunidade, as atitudes sociais podem promover a melhoria nas condições de vida. Cabe ao poder público em parceria com a iniciativa privada, a sociedade civil e a academia pensar o Turismo como um promotor de desenvolvimento local, contribuindo para que se mantenha a identidade da comunidade receptora.

Para compreendermos estas possibilidades é necessário analisarmos o Turismo enquanto um campo de saber com práticas socioculturais próprias, para o que vamos nos valer da teoria dos campos sociais.

4.2 Turismo: um campo social em construção

Hoje, mais que descrever as relações sociais e seus conflitos, é preciso entender como elas acontecem. Sabe-se que a realidade social é complexa e apenas descrições não trazem respostas suficientes para entender as ações dos grupos sociais. Para compreender como se dão as relações e os conflitos entre os atores sociais do Turismo no Vale do Taquari buscamos embasamento na sociologia, na Teoria dos Campos Sociais, e na antropologia cultural.

A teoria dos campos sociais surge nas ciências sociais quando a “verdade” deixa de ser estabelecida pelo campo religioso. Esta “ruptura” oportunizou uma “nova configuração do universo simbólico-cultural” (ESTEVES, 2003, p. 114), a partir do qual passou a existir um processo de racionalização das visões do Universo. Segundo Esteves (2003), a religião sofreu profundas alterações, o que modificou o seu papel na sociedade. A separação entre a Igreja e o Estado estabeleceu uma diferença entre o campo político e religioso, tornando a organização da sociedade mais complexa, o que deu maior autonomia às esferas culturais – a ciência, a moral e a arte – as quais deixaram de ser ditadas pela religião. Para Esteves, “trata-se de uma expansão do universo simbólico, na medida em que os seus limites e o centro das representações coletivas deixam de ser confinados pelo domínio sagrado” (ESTEVES, 2003, p. 117).

A separação entre o Estado e a Igreja permitiu o estabelecimento de uma consciência coletiva, referenciada em uma nova visão do Universo, composta por múltiplos universos simbólicos. Neles, passam a existir diferentes esferas culturais, o que para Esteves (2003) permitiu a autonomização dos campos sociais, e por sua vez a complexificação da sociedade.

Pensar a sociedade como sistemas estáticos não responde às complexas relações que se estabelecem atualmente. Segundo Bourdieu (2000), a gênese da teoria dos campos sociais está no pensamento relacional. O autor afirma que a noção de campo sinaliza para a idéia de pensamento relacional, sendo que o “o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (2000, p. 27). Isto indica um espaço social de relações objetivas, que explicam as formas de interação e as construções simbólicas que os membros deste campo possuem.

A teoria dos campos sociais elucida a complexidade social quando propõe pensar o dinamismo entre os campos, através de relações entre os universos simbólicos de cada um deles. Para Esteves (2003), a estrutura social e seu devir são inseparáveis, pois a dinâmica dos campos sociais define, ao mesmo tempo, uma determinada estrutura e os fatores que contribuem para a sua variação. A dinâmica social no Turismo, por exemplo, pode ser observada através da interação entre os atores sociais.

Entre os fatores que promovem as variações locais/regionais do Turismo estão as diferenciadas formas de interação entre os atores sociais envolvidos com a estrutura existente.

No caso do Vale do Taquari observamos que a interação carece de maior dinamicidade, apesar da estrutura natural e cultural apontar para um cenário disponível para a construção de novos saberes práticos neste campo social, ainda embrionário. Segundo Esteves,

os campos sociais são, [...], um espaço social de interação, [...] podendo ser considerados unidades elementares da estrutura da sociedade – definida não em termos puramente abstratos, distante da realidade sensível da vida, mas como um produto do cotidiano, dos encontros sociais entre homens, onde estes se formam como pessoas e, simultaneamente constroem a todo momento a própria sociedade (ESTEVES, 2003, p. 137)

A análise da trajetória histórica do Turismo na região apontou para um campo social em construção. Os campos sociais, segundo Esteves, precisam ser entendidos como contextos de sociabilidade, onde a sociedade e indivíduos são uma mesma matéria. A construção da sociedade se dá através de relações e encontros sociais quotidianos que “movimentam” e “dão vida” à dinâmica social, onde cada um é participante ativo dos processos de construção social da realidade. Neste caso, da realidade turística regional.

Numa aproximação da realidade turística do Vale do Taquari verifica-se a existência de interação entre os agentes de diferentes campos sociais na composição do campo turístico. Segundo Bourdieu (2000), para que os agentes façam reconhecer a sua visão como objetiva, eles dispõem de forças que dependem de outros campos. No caso do Vale do Taquari, no campo turístico em construção, são identificados atores dos seguintes campos: político governamental, que segundo o autor, diz respeito aos “homens políticos” diretamente implicados nas questões estratégicas de desenvolvimento. Por ocuparem diferentes posições no campo político, suas ações são consideradas suspeitas e desacreditadas (BOURDIEU, 2000). Logo após, identifica-se o campo empresarial, o qual tem força para influenciar e intermediar relações do campo turístico com o campo político, através de relações mercadológicas que correspondem aos interesses capitalistas que permeiam todos os campos sociais envolvidos. Apesar do poder simbólico que possui, o campo empresarial ainda ocupa uma posição inferior se comparado ao político, o que se justifica pelo fato das estratégias discursivas dos atores ainda dependerem das relações de força simbólica. No Vale do Taquari, a realidade observada indica para a dominação simbólica do campo político, que determina as diretrizes para o desenvolvimento do Turismo, sem haver interação entre o campo empresarial e o campo turístico.

A atividade turística é composta por agentes sociais (turistas, agências, empresas, instâncias de poder público, políticas públicas regionais para a área, etc.) que atuam em campos sociais e que interagem, no campo turístico em formação, através dos encontros sociais. Para Baldissera (2003, p. 23) “o Turismo não se esgota em si mesmo, antes estabelece uma rede de relações com, pode-se dizer, a totalidade das outras áreas, mesmo que em diferentes níveis e formas”. Estas interações se dão em contextos de sociabilidade que dinamizam a construção da sociedade. O Turismo contribui na construção de uma identidade coletiva, em uma dada comunidade, “quando constrói um *habitus* específico, entendido como um jeito próprio de ser e fazer, que se estrutura através de um padrão de interpretação entre os atores”²² (dos setores público, privado e da comunidade). Segundo Bourdieu *habitus* é “o conjunto de saberes e do saber-fazer acumulados em todos os atos de conhecimento – e por meio deles – realizados pelo colégio dos melhores, no passado e no presente” (2000, p. 64).

O Turismo enquanto um fenômeno complexo e dinâmico tem forte contribuição na construção de uma identidade coletiva, já que os agentes sociais não agem isoladamente dentro de seus campos. O Turismo forma uma teia onde os atores e acontecimentos são interligados pela trama cultural tecida nos encontros cotidianos, contribuindo para a formação de um campo social, com um *habitus* específico. Numa aproximação com a realidade do campo turístico no Vale do Taquari, interessa-nos conhecer e compreender como está sendo construído o *habitus* a partir do estudo das representações dos diferentes atores, o que explicita a identidade dos campos.

Neste sentido, o aspecto cultural é relevante no Turismo, já que está intrinsecamente ligado ao modo como os indivíduos constroem sua realidade social. O termo cultura pode ser definido e redefinido de várias maneiras. Para o antropólogo cultural Geertz a cultura é formada por teias de significados (1978, p. 15). A cultura revela-se através do comportamento humano (manifestações, rituais, idéias, etc) que traz luz para a compreensão da sua base social. Thompson, no mesmo sentido, afirma que,

ao analisar a cultura, entramos em emaranhadas camadas de significados, descrevendo e redescrivendo ações e expressões *que são já significativas* para os próprios indivíduos que estão produzindo, percebendo e interpretando essas ações e expressões no curso da vida diária. As análises da cultura [...] são interpretações de interpretações, abordagens de segunda ordem, [...], sobre um mundo que já é

²² Comentário de Jane Mazzarino em aula ministrada no dia 10/03/2007, na disciplina de Cultura, Cidadania e Meio Ambiente, PPG Ambiente e Desenvolvimento.

constantemente descrito e interpretado pelos indivíduos que compõem esse mundo (THOMPSON, 2002, p. 175-176).

Segundo o autor, a interpretação de culturas proposta por Geertz, é um meio de elucidar padrões de significado, a partir de uma explicação interpretativa que é incorporada às formas simbólicas. Para o autor, “estas formas simbólicas estão inseridas em contextos e processos sócio-históricos específicos dentro dos quais, e por meio dos quais, são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 2002, p. 181). A realidade social construída pelos agentes sociais do Turismo no Vale do Taquari é baseada nos processos sócio-históricos da região, por isto, destaca-se a importância das lideranças comunitárias levarem em consideração estes aspectos quando se fala em desenvolvimento de estratégias para o Turismo.

No sentido de incluir as características culturais do Vale do Taquari como atrativo turístico é preciso também considerar as singularidades do senso comum, já que este pode ser entendido como algo baseado na vida como um todo, uma sabedoria coloquial, que avalia e julga a realidade. A valorização do senso comum como um conhecimento da vida cotidiana é uma das novas perspectivas paradigmáticas da atualidade e o Ecoturismo pode contribuir com a ascensão desta perspectiva, quando estimula a preservação e valorização de jeitos de ser e fazer, próprios de cada localidade, através do contato promovido entre o visitante e visitado.

O praticante do Ecoturismo, diferentemente do turista de massa, busca aquilo que não encontra nos grandes centros urbanos: conhecer o exótico, “culturas diferentes”, distintas das habituais, além do contato com a natureza. A potencialidade do Turismo é colocar o visitante e o visitado em contato. O esforço entre mostrar a essência e a origem do nativo ao turista que se propõe a vivenciar algo diferente dá ao Turismo sua virtude de *facilitador intercultural* (TAYLOR, 2001, apud WAINBERG, 2002, p. 51). O que antes era um conhecimento da vida cotidiana, local, agora, através do contato promovido pelo Turismo, passa a interessar pessoas e grupos sociais não locais, ocorrendo um processo de valorização das culturas populares. Este outro, o turista, passa a ser assim também ator transitório do campo social no Vale do Taquari, já que existe uma aproximação e interação entre turistas e atores sociais.

Ao longo do processo histórico, se verifica que a cultura se tornou sinônimo de acúmulo de conhecimentos produzidos nos centros hegemônicos. A cultura, num modelo ocidental europeu significava sofisticação e anteposição às culturas populares, como eram

chamados os povos não-europeus, podendo-se até serem chamados de “bárbaros”. Havia ainda o discurso da cultura quando esta não incluía todos os saberes, mas somente aqueles que podiam ser submetidos aos rigores científicos: deveriam ser testados e demonstrados (GASTAL, 2000). Todo o conhecimento não científico, a exemplo, o conhecimento indígena sobre plantas ou a cultura popular sobre o uso de chás, era suspeito perante a ciência, não podendo ser classificado como um aspecto cultural. Segundo a autora,

o mundo do conhecimento passou a privilegiar os médicos em detrimento dos curandeiros, os astrônomos em detrimento dos astrólogos, e os químicos em detrimento dos alquímicos, mesmo que os segundos representassem séculos de conhecimento humano acumulado e tivessem permitido, entre outras coisas, as versões *mensuráveis* – e, portanto, *científicas* – destes conhecimentos (GASTAL, 2000, p. 119).

Como resultado deste processo, o conhecimento tornou-se um objeto de desejo que, segundo Gastal, “algo que se tem, e não mais um processo que se utiliza” (2000, p. 119). A erudição da cultura tornou os conhecimentos de culturas antigas simples curiosidades, valorizando as culturas ocidentais, especialmente a européia, segundo sua validação histórica e sua nobreza (GASTAL, 2000). Apesar de ainda se caminhar neste sentido, já existem manifestações de um caminho inverso, em que os conhecimentos antes considerados secundários na cultura, voltam a conquistar seu espaço. A revalorização das culturas populares é proposta no conceito de racionalidade ambiental de Leff (2001).

A racionalidade ambiental inclui novos princípios teóricos e novos meios instrumentais para reorientar as formas de manejo produtivo da natureza. Esta racionalidade é sustentada por valores (qualidade de vida, identidades culturais, sentidos da existência) que não aspiram alcançar um estatuto de cientificidade. Abre-se aqui um diálogo entre ciência e saber, entre tradição e modernidade. Este encontro de saberes implica processos de hibridação cultural (García Canclini, 1990), onde se revalorizam os conhecimentos indígenas e os saberes populares produzidos por diferentes culturas em sua coevolução com a natureza, e onde estes se amalgamam com formações discursivas, teorias científicas e instrumentos tecnológicos modernos (LEFF, 2001, p. 231).

As questões relativas à cidadania e ao ambiente se tornam cada vez mais relevantes quando se pensa em um paradigma emergente, que “caracteriza-se pela promoção de uma lógica relacional e auto-organizacional que leva o ser humano a redescobrir o lugar que lhe corresponde dentro do conjunto harmonioso do universo” (GUTIERREZ & PRADO, 1999, p. 30). Segundo Leff, o novo paradigma construído a partir do saber ambiental baseia-se na emergência

de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual, onde hoje convergem e se precipitam os tempos históricos que já não são mais os tempos cósmicos, da evolução biológica e da transcendência histórica. É a confluência de processos físicos, biológicos e simbólicos reconduzidos pela intervenção do homem – da economia, da ciência e da tecnologia – para uma nova ordem geofísica, da vida e da cultura (LEFF, 2001, p. 9).

O saber ambiental questiona o conhecimento fragmentado e a atual condução do desenvolvimento, buscando construir um campo de conhecimentos teóricos e práticos voltados para uma “re-união” das relações entre sociedade e natureza. O saber ambiental excede o campo de conhecimento das ciências ambientais para abrir-se a um terreno de valores étnicos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais (LEFF, 2001).

Compreende-se, deste modo, que o Ecoturismo pode ser uma estratégia de revalorização dos saberes ambientais tradicionais que se constitui em um projeto alternativo de desenvolvimento regional, o qual se fundamenta em princípios de sustentabilidade ambiental, econômica e social, e contribui para a construção de uma cidadania baseada em princípios ambientais. Desta forma, o desafio de “criar novas formas de ser e de estar neste mundo” (GUTIERREZ & PRADO, 1999, p. 34), um novo *habitus*, poderá ser enfrentado a partir do campo turístico e suas práticas sustentáveis.

4.3 Ecoturismo e o cuidado com o meio ambiente

No sentido de que é necessário haver novos modelos de desenvolvimento, baseados na sustentabilidade ambiental e cultural que priorizem a qualidade de vida da população e estimulem o capital social, o Ecoturismo pode ser considerado uma estratégia de desenvolvimento regional quando oportuniza a preservação do ambiente e a formação da cidadania ambiental. Neste sentido, torna-se necessário maior entendimento de suas dimensões e características.

O estilo de vida moderno coloca as pessoas longe do contato com a natureza. O desgaste dos ambientes urbanos pela poluição sonora, atmosférica, pela violência, congestionamentos, entre outros, são as principais causas para as pessoas buscarem locais sossegados nos finais de semana (RUSCHMANN, 1997). Esta motivação é mais perceptível atualmente, mas não é de hoje o interesse pela natureza e os benefícios “físicos, culturais, psicológicos e espirituais” que esta promove ao ser humano (PIRES, 2002, p. 29).

O Turismo de Natureza não surgiu por acaso. Seu início pode ser observado nos tempos da Antigüidade Clássica, quando muitos dos filósofos gregos, como Heródoto e Aristóteles, viajavam para conhecer outros povos, mas também conhecer a geografia e os aspectos ambientais. Os séculos XV e XVI foram marcados por grandes navegações tendo por objetivo a América. Já entre os séculos XVII e XIX, exploradores, aventureiros, cientistas e naturalistas, foram motivados a virem para o Novo Mundo em busca das maravilhas selvagens que aqui existiam, para fins de pesquisa. Entre eles, Alexandre von Humboldt e Charles Darwin (PIRES, 2002). As viagens ao novo continente eram, segundo Pires,

[...] realizadas por pessoas diferentes, movidas pela grande determinação em enfrentar privações e dificuldades, na tentativa de satisfazer suas curiosidades (científicas ou não) e realizar empreitadas aventureiras com destinos longínquos e primitivos (2002, p. 30-31).

Pode-se afirmar que o primeiro marco para a estruturação do Turismo de Natureza ou Ecoturismo, foi a criação, em 1872, nos Estados Unidos, do Parque Nacional de Yellowstone, “cuja iniciativa resultou da emergência de idéias preservacionistas e da pressão exercida pelos amantes da natureza na época” (PIRES, 2002, p. 31). Este parque nacional oportunizou à população um contato direto com a natureza e sua contemplação.

O entendimento do Ecoturismo se dá a partir de uma retomada do Turismo surgido após a Segunda Guerra Mundial. As décadas de 1950 e 1960 foram um período de expansão desenvolvimentista e do incremento mundial nas viagens. A massificação do Turismo, ocorrida neste período contribuiu para a destruição de destinos turísticos, devido à inexistência de estudos sobre os impactos que a atividade poderia causar. Pires coloca como conseqüências da massificação do Turismo a especulação imobiliária, ruptura dos valores culturais e desequilíbrios econômicos locais, degradação cultural, formação de “guetos” turísticos, entre outras razões.

A partir da década de 1970, houve maior sensibilização com relação aos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais do Turismo sobre os núcleos receptores. A crítica aos impactos negativos da atividade se dá a partir da observação do reflexo nos destinos turísticos tradicionais pelo mundo e significa um prenúncio de uma nova tendência do Turismo. Mas, apesar dos impactos do Turismo de Massa nas comunidades receptoras não negavam que a atividade trazia desenvolvimento econômico e promovia o bem-estar social,

mesmo notando-se a necessidade de “viabilização de um desenvolvimento turístico saudável e benéfico” (PIRES, 2002, p. 39). Desta maneira, o termo “Turismo Alternativo” surge para denominar um Turismo em pequena escala, que envolve a comunidade local, baseado nos valores naturais e culturais. O Turismo Alternativo enfatiza a questão ambiental, com respeito à capacidade de carga local.

Na conferência da Organização Mundial do Turismo (OMT), em 1980, em Manila, as propostas de um “Turismo Alternativo” receberam grande impulso, pois se passou a considerar que o Turismo só deveria existir se o principal objetivo fosse a melhora da qualidade de vida das populações. Entre os princípios éticos a serem seguidos pelo “Turismo Alternativo” estão a valorização do patrimônio cultural, o respeito à dignidade humana e a educação (PIRES, 2002). Alguns destes princípios têm origem nos movimentos ambientalistas, surgidos na década de 70. Pires explica que

o ambientalismo contemporâneo, bem como as linhas do pensamento ecológico que lhe servem de suporte filosófico, é fator de grande influência na geração e difusão de um senso comum pela proteção e valorização dos ambientes naturais, que se expressará nas iniciativas de contato com a natureza e de sua descoberta, impulsionadas pelo interesse científico, educativo e, sobretudo, pela aspiração ao lazer das regiões atuais (2002, p. 47).

Entre as opções de Turismo Alternativo, o Ecoturismo surge como um segmento expressivo, pois o ambiente natural e cultural passam a ser um espaço de educação e para o espírito de aventura, dando, desta forma, uma nova configuração ao mercado turístico (RUSCHMANN, 1997). A natureza se torna a base principal de recursos tornando-se uma alternativa para a geração de renda às comunidades que dependem de sua exploração direta ou indiretamente (PIRES, 2002). Mas, esta exploração deve ocorrer de maneira sustentável, a fim de que sejam preservados os recursos.

Contrários à visão de que o Ecoturismo pode ser benéfico às localidades, alguns teóricos afirmam que o Turismo Alternativo e, conseqüentemente o Ecoturismo, surgiram para renomear o Turismo existente (de massa) e não para dar uma nova visão e solução para o problema da massificação do Turismo. Machado (2005) afirma que a intensa divulgação de roteiros ecológicos leva cada vez mais pessoas a buscarem destinações organizadas para o contato com a natureza ocorrendo a massificação do Ecoturismo, o que coloca em risco a

natureza, já que “como principal fator de atração, o recurso natural disponível, em geral, é extremamente frágil” (2005, p. 17).

Entende-se que as novas segmentações turísticas devem supor a *diversificação* e não apenas reorientar uma demanda já existente para novos mercados. O Ecoturismo pode se tornar uma alternativa de Turismo Sustentável quando busca um compromisso não somente natural, mas também social e cultural, inovando e promovendo a sensibilização do turista com as questões ambientais, através das relações que estabelece com o meio, baseado nos saberes ambientais. O atual perfil do turista ecológico é de pessoas que buscam a troca de experiências através da vivência, conscientes de que a preservação do ambiente e da cultura local são fatores fundamentais e devem ser respeitados. O Turismo Ecológico deve estimular um comportamento do turista diante do espaço natural, que promova a preservação e impeça a destruição dos locais visitados (MACHADO, 2005). Conforme Lindberg & Hawkins “o Ecoturismo, como componente essencial de um desenvolvimento sustentável, requer uma abordagem multidisciplinar, um planejamento cuidadoso (tanto físico como gerencial) e diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável” (2001, p. 26).

Portanto, o Ecoturismo tem sua origem no Turismo Sustentável, que segundo Swarbrooke (2000) são formas de Turismo que satisfazem as necessidades dos turistas, do Turismo e de comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades. Para Machado (2005) o foco da atividade deve estar direcionado para os cuidados de proteção, sustentabilidade, preservação, e valorização dos recursos. O autor entende que o Ecoturismo também é uma atividade econômica, já que existe a implicação da geração do lucro. Desta maneira, os empreendedores do espaço natural devem “aliar a possibilidade de sobrevivência de seu negócio, o cuidado com o espaço onde se insere do ponto de vista ambiental e cultural, a formação de uma cultura ecológica e o desenvolvimento a ser legado às comunidades envolvidas no processo” (MACHADO, 2005, p. 27). Para o autor o Turismo Sustentável está ligado a qualquer atividade turística que se relacione com a natureza, tais como o Turismo de Natureza, o Turismo Ecocientífico, o Turismo Ambiental, o Turismo de Aventura e o Turismo Rural. A identificação do tipo de Turismo resulta na expectativa do público-alvo e na experiência a ser vivenciada pelo visitante.

Consideramos importante esclarecer alguns conceitos utilizados por Machado (2005) na definição de Turismo Sustentável, que se ajuste às diferentes características de seus segmentos, pois muitas vezes são confundidos e associados ao Ecoturismo, quando na verdade, têm outros enfoques. Assim, para o autor,

a prática da atividade turística que decorre da visitação pura e simples do espaço natural, é chamada Turismo de Natureza. Nessa modalidade, não há comprometimento maior por parte do agente ou do turista, apenas o desejo de contato direto com o ambiente e um cuidado relativo na manutenção do espaço utilizado (2005, p. 29).

Para o autor, essa atividade é erroneamente chamada de Ecoturismo, uma vez que os processos fundamentais para a ordenação do Ecoturismo ainda não foram desenvolvidos. No Turismo de Natureza a participação da comunidade local, a preocupação com os impactos ambientais e a conservação não são evidenciados como fundamentais para sua exploração. Já o Turismo Ambiental é

a prática turística ligada aos conceitos mais amplos de conhecimento e interação com o ambiente natural, através de atividades específicas de conhecimento e comportamento, resultado das ações do homem no ambiente natural (MACHADO, 2005, p. 32).

Neste tipo de Turismo, o principal motivo da visita é a educação ambiental e de relações estabelecidas com os espaços visitados, o que oportuniza esclarecimentos que despertam a consciência ecológica e influenciam nas atividades diárias (MACHADO, 2005).

O Turismo de Aventura é complementado pelo Turismo Ambiental, incorporando “atividades ligadas à natureza, buscando a superação de limites pessoais com segurança e responsabilidade na utilização do meio ambiente” (MACHADO, 2005, p. 33). Para as práticas de Turismo de Aventura, a conservação e preservação do ambiente natural são fundamentais, já que os esportes de aventura utilizam o espaço natural como cenário para sua realização.

Apesar de utilizar muitos enfoques do Ecoturismo, o Turismo Rural se torna um segmento à parte, pois “se desenvolve em propriedades produtivas, aliando práticas agropecuárias e valorizando o contato direto do turista com a cultura do local” (MACHADO, 2005, p. 35). Existem diversas atividades que podem ser realizadas pelo Turismo Rural, entre elas, muitas práticas do Turismo Ambiental e do Ecoturismo, tais como trilhas naturais, pesca, entre outras, que possibilitam o contato com a natureza. O Turismo Rural se diferencia do Ecoturismo, pois busca,

a valorização do patrimônio cultural e natural, conservando raízes e divulgando costumes, trabalhando com a perspectiva de manutenção do homem no campo e servindo como novo segmento a ser agregado à atividade econômica principal da propriedade (MACHADO, 2005, p. 37)

Com base nas definições apresentadas, observa-se semelhanças em cada um destes segmentos com o Ecoturismo. Na verdade, o Ecoturismo está deixando de ser definido como Turismo de Natureza para ser estabelecido como um conjunto de princípios que são aplicáveis a qualquer tipo de Turismo que se relacione com a natureza (WESTERN, 2001). Atualmente há a valorização do termo, mas concorda-se com Western quando se observa que ele se aplica a qualquer tipo de Turismo relacionado à natureza. Na verdade, o que difere uma classificação de outra são as motivações dos turistas para interagir com a natureza.

O Ecoturismo se caracteriza fundamentalmente pela relação com o meio, de forma a atender os princípios da sustentabilidade. Segundo Ruschmann citando Holder (1991) como meio ambiente “entende-se a biosfera, isto é, as rochas, a água e o ar que envolvem a Terra, juntamente com os ecossistemas que eles mantêm” (RUSCHMANN 1997, p. 19). Para a autora o meio ambiente inclui todas as atividades e comportamentos do homem, que contribuem para a constituição do meio. Portanto, o Ecoturismo se caracteriza também pelo envolvimento físico e psíquico de seus participantes durante a viagem.

Para que os princípios de sustentabilidade sejam respeitados os produtos turísticos naturais devem basear sua venda em aspectos ambientais. Assim, a estrutura receptiva deve ser pequena, refinada, integrada e harmoniosa em relação ao meio (RUSCHMANN, 1997). Deve-se, porém, considerar que o Turismo, assim como qualquer atividade humana, causa impactos sobre o meio ambiente.

O Ecoturismo, segundo Machado (2005), se caracteriza por ser baseado na conservação²³, ocorrer em áreas preservadas, estar diretamente relacionado com a manutenção do meio ambiente, trabalhar com cuidados extremos a partir do conhecimento do local objetivando um conhecimento amplo do ambiente natural e cultural. O Ecoturismo trabalha com grupos reduzidos, onde sempre há o envolvimento local, tanto por parte das comunidades como dos agentes de Turismo, que são também envolvidos com projetos ambientais. Seu

²³ “O termo conservação é utilizado para áreas que possibilitam a visitação pública e a prática de determinadas atividades compatíveis com a manutenção dos espaços. Já a preservação diz respeito às áreas inatingíveis para o visitante, nas quais nenhuma possibilidade de visitação é oferecida” (MACHADO, 2005, p. 25).

público busca envolvimento cultural e é preocupado com as questões ambientais, buscando causar o mínimo de impactos ao meio natural e cultural.

Verifica-se um aumento dos adeptos desta nova modalidade do Turismo, o que requer planejamento dos órgãos públicos e das empresas privadas, e a conscientização das comunidades receptoras para que a atividade seja benéfica e atenda às necessidades de turistas e de moradores locais na exploração sustentável da natureza. Segundo CESAR et al (2007), no mundo, aproximadamente 50 milhões de pessoas praticam o Ecoturismo, enquanto que no Brasil, esta representatividade é de apenas meio milhão de pessoas. O crescimento anual da atividade é de 20% no mundo e 10% no Brasil. Esta representatividade ainda é pequena considerando o potencial que o país possui para desenvolver os segmentos do Turismo ligado à natureza (CESAR et al, 2007).

Sobre estas questões, nos questionamos como está se dando a percepção do Turismo no Vale do Taquari, quando se observa que a comunidade percebe a importância em desenvolver a atividade, porém, muito pouco foi feito até o momento. Supõe-se que uma das razões é a noção de que o Turismo não traz retornos rápidos. A atividade, se planejada a longo prazo, pode levar aproximadamente 15 anos ou mais para trazer resultados, como ocorreu com a região de Gramado e Canela. Porém, este não deve ser um fator que desmotive a comunidade a investir na atividade, pois o desenvolvimento regional sustentável vai além da simples busca por obtenção de lucros imediatos.

5 ECOTURISMO NO VALE DO TAQUARI: ESTUDO DE CASO NO MORRO GAÚCHO EM ARROIO DO MEIO

A contextualização histórica do Turismo no Vale do Taquari fez verificar que este campo social é ainda embrionário na região, apresentando limitações referentes à percepção das potencialidades desta “cadeia produtiva” para desencadear ações de desenvolvimento regional sustentável. Apesar deste cenário político-cultural, o estudo dos atrativos turísticos demonstra uma aptidão para os aspectos naturais na maioria dos municípios.

Para analisar como estão sendo implementadas as ações voltadas para o Turismo no Vale do Taquari opta-se pelo estudo de caso no Morro Gaúcho, já que um estudo aprofundado em toda a região apresentar-se-ia inviável. A partir das percepções dos atores que atuam no local, pode-se estabelecer uma relação da forma como o Turismo é visto pelos demais atores sociais em nível regional, além de encontrar algumas respostas que podem explicar por que o Turismo ainda não se viabilizou.

A análise dos atrativos turísticos do Vale do Taquari indica alguns municípios com considerável potencial turístico:

TABELA 3 – Cidades com maior potencial turístico no Vale do Taquari²⁴

Município	Número de Atrativos
Estrela	23
Arroio do Meio	21
Lajeado	21
Teutônia	19

²⁴ Os dados detalhados desta tabela encontram-se no ANEXO B – Atrativos e Eventos do Vale do Taquari, por município.

Marques de Souza	16
Imigrante	16
Encantado	15
Poço das Antas	15

A escolha por Arroio do Meio se justifica porque é o município que apresenta maior quantidade e diversidade de atrativos, 21 atrativos de quatro tipos diferentes entre as cinco opções. Entre os principais atrativos do município, estão: o Morro Gaúcho, Ponte de Ferro, camping do Umbu, camping do Irineu, pesque-pague, Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Praça Flores da Cunha, Igreja Evangélica, entre outros. Apesar da maior representatividade dos atrativos ser histórico-cultural (8 no total, enquanto o município possui apenas 4 naturais) o Morro Gaúcho é um local que apresenta conflitos entre os atores sociais em torno da questão ambiental. Deste modo, reúne as condições que se aliam ao propósito desta pesquisa de compreender representações sociais sobre o Turismo de diferentes atores que interagem neste campo social.

Os demais municípios apresentam algumas características que merecem ser comentadas. Estrela possui 23 atrativos centralizados em histórico-culturais, com 11 atrativos em específico. Esta representatividade é marcada pela influência da cultura alemã, que oportunizou construções de arquitetura civil, religiosa, instituições culturais, de pesquisa e lazer.

Lajeado e Encantado têm grande número de atrativos, mas poucos naturais. Em Encantado predominam atrativos de manifestações e usos tradicionais populares, categoria na qual enquadram-se festas, comemorações, atividades e gastronomia típica. O município realiza, anualmente, um dos maiores festivais de música nativa do Estado: o Canto da Lagoa, além de festas como a Suinofest. Em Lajeado a representatividade está nos atrativos histórico-culturais de influência das culturas alemã e italiana. O município possui apenas 3 atrativos naturais, resultado da emancipação de localidades que correspondiam à sua zona rural, restando apenas os atrativos do centro urbano.

Marques de Souza apresenta grande número de atrativos naturais, representados em sua maioria por campings. A proximidade com o Rio Taquari oportunizou a criação deste tipo de atrativos. Apesar do número significativo de atrativos naturais, o município não reúne as condições necessárias para a análise das interações entre os atores sociais, como se evidencia

em Arroio do Meio. Imigrante, Poço das Antas e Teutônia possuem um considerável número de atrativos (16, 15 e 19, respectivamente) de todos os tipos, mas também não oferecem a oportunidade de pesquisar conflitos em torno de um atrativo turístico, como o caso do Morro Gaúcho.

5.1 Descrição do objeto de estudo: Morro Gaúcho

O Morro Gaúcho fica localizado no município de Arroio do Meio, distante 6km de Lajeado e 123km de Porto Alegre, estando próximo das margens do Rio Taquari, entre as coordenadas geográficas 6756 a 6750 e 406 e 412 (Lau et al, 2003). Segundo o autor, a leste do Morro Gaúcho está o Rio Taquari; a oeste, o vale formado pelo rio, com elevações de origem geológica e o vale do Arroio Forqueta; a norte, o vale do Arroio Bicudo; e ao sul, a Depressão Central.

O mapa municipal estatístico²⁵ (FIGURA 1) indica a localização do Morro Gaúcho em Arroio do Meio. O município possui dois distritos: Forqueta e Palmas, além da sede. A partir das indicações do mapa, o Morro Gaúcho fica localizado na divisa com o distrito de Palmas. A população residente em Arroio do Meio é de 18.079 habitantes, sendo que 4094 pessoas residem na zona rural do município (ANEXO C). No distrito de Palmas a população residente é de 818 pessoas e em Forqueta 1023 (IBGE, 2000)²⁶. Segundo informações da prefeitura municipal, residem atualmente no Morro Gaúcho, aproximadamente 20 pessoas²⁷.

O município de Arroio do Meio se caracteriza como os demais municípios do Vale do Taquari, estando localizado na encosta inferior do nordeste, região colonial do vale (SCHERER; THEVES, 2000). Além de sua caracterização colonial, o município é rodeado por morros, sendo irrigado por rios e arroios de diversos portes e afluentes de rios que descem a encosta da Serra Gaúcha (ARROIO DO MEIO, 2002 ou 2003).

A origem do nome do local se deve ao fato de que passavam por ali tropeiros que descansavam ao pé do morro. O local era referência para eles que o chamavam o “Morro dos

²⁵ O Mapa Municipal Estatístico (IBGE, 2000) encontra-se detalhadamente no ANEXO I.

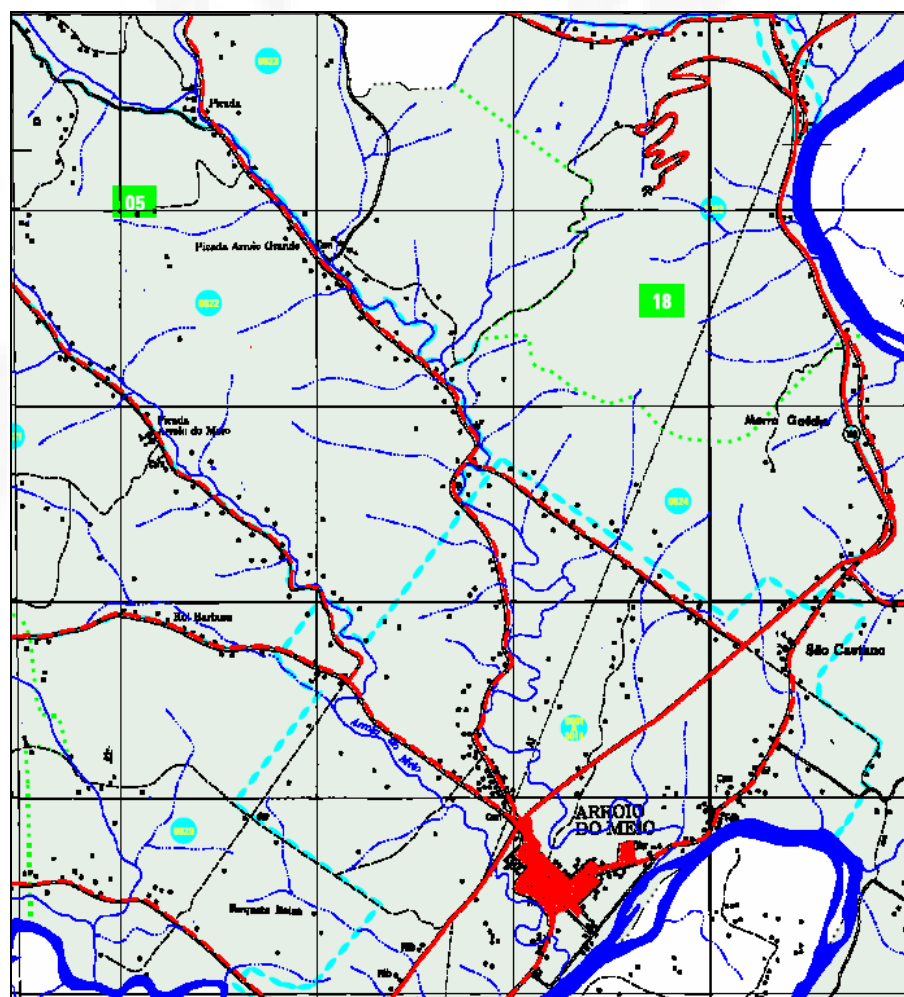
²⁶ Conforme dados recebidos de Gustavo Reginatto, técnico de informações geográficas e estatísticas do IBGE Lajeado, ainda não estão disponíveis as informações referentes a contagem da população 2007 por distrito e bairro, sendo que os dados oficiais correspondem ao ano de 2000.

²⁷ Dado informado pelo Secretário de Planejamento e Obras da Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, em abril/2008.

Gaúchos”, ficando, então, o nome de Morro Gaúcho (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO, 2007).

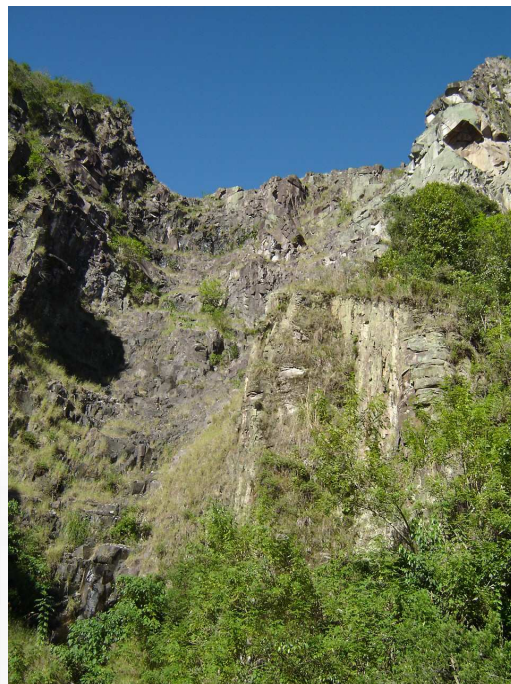
O Morro Gaúcho possui 584 metros de altitude, sendo considerado um dos mais altos morros do Vale do Taquari, o que privilegia o local como atrativo turístico devido à bela paisagem do vale que se tem de seu topo (ARROIO DO MEIO, 2002 ou 2003). A característica singular do local se dá pelo fato de ter existido uma pedreira que extraía basalto para a construção da RS-130, a qual atravessa Arroio do Meio, além de alguns trechos da BR-386. Conforme relato de alguns moradores locais, a extração de basalto ocorreu na década de 60, sendo que nos anos 90 foi interrompida devido à forte campanha contra o impacto ambiental que causou. A vista do Morro Gaúcho deixa entrever uma enorme fenda criada pela retirada do basalto, que pode ser observada nas figuras abaixo:

FIGURA 1 – Mapa Municipal Estatístico – Localização do Morro Gaúcho em Arroio do Meio



Fonte: IBGE, 2000

FIGURA 2 – Fenda no Morro Gaúcho.



FONTE: Ana Krüger, 22/05/2005.

FIGURA 3 – Vista da fenda a partir da estrada que dá acesso ao topo do Morro Gaúcho.



FONTE: Ana Krüger, 22/05/2005

FIGURA 4 - Grupo de esportistas fazendo rappel na fenda.



FONTE: Ana Krüger, 22/05/2005.

FIGURA 5 - Grupo de esportistas fazendo rappel na fenda.



FONTE: Ana Krüger, 22/05/2005.

Atualmente, a prefeitura conta com uma área de 2 hectares no Morro Gaúcho, sendo que o restante das propriedades é particular. O topo do Morro é de propriedade da mesma empresa que extraiu o basalto nas décadas de 1980 e 1990.

A vegetação existente no local corresponde à Floresta Estacional Decidual de Encosta, recebendo influência da vegetação característica do norte e nordeste do estado (Floresta

Ombrófila Mista e Floresta Ombrófila Densa). Segundo o projeto para a criação da área de preservação no Morro Gaúcho:

A área sub-montana (entre 30 e 400 metros A.N.M²⁸) apresenta principalmente vegetação secundária em vários estágios sucessionais e manchas na mata primária. A aérea Montana (acima de 400 metros A.N.M) apresenta principalmente vegetação primária, rupestre e algumas manchas de vegetação secundária em avançado estágio sucessional (LAU et al, 2003, p. 5).

Scherer & Theves (2000) concordam que a área pode ser caracterizada como uma floresta primária e secundária em recuperação, em virtude do difícil acesso a diversos pontos do Morro Gaúcho, o que impede a degradação da vegetação.

A população que reside próxima ou no Morro Gaúcho é basicamente formada por minifundiários, sendo a agricultura familiar a sua principal fonte de renda. Existem alguns proprietários que possuem áreas maiores, onde são criadas aves de postura e pequenos animais. Conforme constatação dos moradores, nas últimas décadas a atividade agrícola não tem sido intensa no local, o que justifica a recuperação da vegetação nos pontos mais altos do morro.

Pelo fato do Morro Gaúcho ter sido explorado durante décadas pela agricultura e também pela extração de basalto, o meio ambiente local foi degradado. A situação piorou quando em sua base foi criado o depósito de resíduos sólidos domésticos de Arroio do Meio. Além da degradação por esta atividade, conforme documento expedido pela ONG Ecobé, o local vinha sofrendo com a derrubada de mata nativa, caça e aprisionamento de animais silvestres, além da extração vegetal ilegal. Apesar da fiscalização por parte das autoridades, visando a minimização destes crimes, os mesmos continuam acontecendo (ECOBÉ, 2002 ou 2003). Uma iniciativa importante já foi tomada por parte do poder público municipal, a desapropriação do lixão.

Segundo a coordenadora do Departamento de Meio Ambiente da prefeitura, o lixão foi transformado numa estação de transbordo. No local, é acumulado o lixo doméstico por aproximadamente 2 a 3 dias, até que seja reunida uma quantidade suficiente para encher um *container* e este ser mandado para Minas do Leão. O local se tornou um depósito de lixo temporário. Segundo a responsável pelo departamento de meio ambiente da prefeitura, são

²⁸ ANM: acima do nível do mar.

recolhidas, mensalmente, 180 toneladas de lixo. Apesar de se encontrar em um ecossistema rico em diversidade, a estação de transbordo recebeu todas as licenças necessárias dos órgãos de meio ambiente. A área onde antes o lixo ficava acumulado, hoje está em fase de recuperação, sendo que foram implementados drenos para os gases que são gerados pela decomposição do lixo, além da implantação de uma cobertura vegetal para evitar o mau cheiro.

Além da população que reside no local, pessoas de outros municípios costumam frequentar o Morro Gaúcho, seja para atividades de lazer ou para a prática de esportes de aventura. Foi assim que um grupo de “amantes” da natureza que frequentava o Morro Gaúcho e praticava trilhas, *rappel*²⁹ e escalada, verificou a necessidade em preservar o local. Nestes encontros surgiu a idéia de criar uma associação de proteção do morro. Logo, se verificou que não somente o Morro Gaúcho sofria agressões ambientais, e assim, criou-se uma ONG que atuasse em todo o Vale do Taquari em favor do meio ambiente. Deste modo, surgiu a ONG Ecobé.

A Ecobé é uma associação civil sem fins lucrativos, suprapartidária, com caráter socioambientalista, cujo objetivo é a promoção de ações que tenham como fim a preservação do meio ambiente, além da promoção de atividades ligadas à natureza e aos esportes de aventura. Atualmente, a principal atuação da ONG tem sido desenvolver trabalhos de educação ambiental nas comunidades, principalmente entre crianças e jovens.

Neste sentido, a instituição se caracteriza por ser um foro de debate sobre as questões ambientais no Vale do Taquari, sendo seu principal patrimônio, o capital humano. A maior parte dos membros da ONG é composta por pessoas ligadas às áreas da biologia, direito, professores, agrônomos, engenheiros, entre outros. Porém, existem também membros de outras áreas, tais como artistas, estudantes, etc. Por meio de seus membros, a ONG atua na comunidade, participando dos conselhos de meio ambiente e estabelecendo parcerias com instituições da iniciativa privada, a fim de desenvolver projetos de educação ambiental. Além destas parcerias e dos trabalhos realizados na área de educação ambiental, a ONG também encaminha denúncias ambientais aos órgãos competentes, tais como Ministério Público. Seu principal papel é cobrar para que o poder público exerça as suas responsabilidades ambientais.

²⁹ “Montanhismo em paredes rochosas, de forma controlada, por cordas ou cabos” (MACHADO, 2005, p. 194).

Segundo o relato de alguns membros da instituição, o trabalho da Ecobé é encaminhar as denúncias. A ONG recebe denúncias da comunidade, onde a principal reclamação é o não cumprimento da legislação ambiental por parte dos órgãos responsáveis.

No intuito de preservar permanentemente o Morro Gaúcho, a ONG Ecobé encaminhou uma proposta de criação de uma área de proteção ambiental (APA) no Morro Gaúcho, em 2003. A iniciativa já vinha sendo estudada desde o ano de 2000. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em seu art. 2º, definem-se oficialmente as unidades de conservação como:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

As áreas de proteção ambiental (APAs) diferem das demais categorias de unidades de conservação por serem áreas, em geral, extensas, com grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos e bióticos, estéticos ou culturais, importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Seu objetivo básico é proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000). As características das áreas de proteção ambiental, segundo o SNUC são:

constituídas por terras públicas ou privadas; respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma área de Proteção Ambiental; as condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sobre domínios públicos serão estabelecidas as exigências e restrições legais; nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observada as exigências e restrições legais; a área de produção ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente [...] (BRASIL, 2000).

A iniciativa de instituição da APA gerou no Morro Gaúcho conflitos entre a comunidade que reside no local, moradores das proximidades, bem como pessoas da iniciativa privada e poder público municipal. O conflito originado pode ser compreendido através dos diferentes interesses que todos estes atores têm sobre o local. A APA iria, de um modo geral, mudar aspectos do cotidiano dos moradores.

Segundo relato dos atores envolvidos no processo foi realizado um encontro com os moradores e autoridades competentes no Centro Cultural de Arroio do Meio, em 05/11/2002. O objetivo era esclarecer o que é uma APA e quais os benefícios locais que ela pode trazer à população. A partir desta reunião foram realizados encontros nas comunidades de Palmas e Arroio Grande. Em cada localidade foram escolhidos dois representantes das comunidades, que participavam das demais reuniões e, posteriormente, encaminhavam as informações para os outros moradores. Maiores detalhes sobre a divulgação realizada pela ONG para esclarecimentos sobre a APA e quais as diferenças deste tipo de unidade em relação às demais podem ser encontrados no ANEXO H.

Com base no material divulgado pela Ecobé e segundo o SNUC, se verificou que os moradores não seriam obrigados a ter suas terras desapropriadas ou mesmo abandonarem suas atividades econômicas, porém, ao longo dos encontros surgiu um movimento contrário à criação da APA, que culminou com a desistência temporária para criar a unidade de conservação. Os favoráveis e contrários a APA dividiam-se conforme a localização de suas terras. Relatos de moradores locais indicam que a população do distrito de Palmas se mostrava favorável à criação da APA, enquanto que alguns proprietários de Arroio Grande eram contrários. Alegava-se que, apesar da divulgação por parte dos órgãos ambientais sobre os benefícios da unidade de conservação, os moradores locais seriam prejudicados.

Aconteceram dois encontros que geraram discussões entre moradores, poder público municipal e a Ecobé até que o processo de instituição da APA fosse completamente parado, sob a alegação de que não havia condições para continuar. Desde então, o Morro Gaúcho continua sendo um atrativo turístico regional que sofre com a degradação ambiental, principalmente pelo lixo deixado pelos turistas.

Neste sentido, um estudo sobre as representações sociais que os atores constroem sobre o local poderá servir para compreender como os atores se relacionam com o local e a partir daí possibilitar novas propostas de utilização, entre elas o Ecoturismo, que alia o Turismo à educação ambiental. O Ecoturismo pode ser uma alternativa de desenvolvimento sustentável para o local já que possibilita o acesso da comunidade com desenvolvimento sustentável.

5.2 A teoria das representações sociais de Serge Moscovici

O conceito de representações sociais teve suas primeiras abordagens na Sociologia e Antropologia, através das obras de Durkheim e Lévi-Bruhl. Durkheim estabeleceu uma diferença entre representações individuais e coletivas, uma vez que o coletivo não pode ser reduzido ao individual. A consciência coletiva ultrapassa o aspecto individual e se constitui através de mitos, da religião, crenças, etc. (MORA, 2002). Produtos culturais coletivos são modos de pensar exteriores aos indivíduos, construídos enquanto produtos sociais. O interesse de Durkheim era verificar o que fazia com que as sociedades se mantivessem coesas e quais eram as forças e estruturas que conservam o todo social longe da fragmentação ou desintegração (MOSCOVICI 2003).

A partir das idéias de Durkheim, Moscovici estudou a forma como as coisas mudam na sociedade. Seu estudo é voltado para a variação e diversidade das idéias coletivas nas sociedades, estabelecidas pelas diversas formas de pensar dos indivíduos (MOSCOVICI, 2003), a partir da construção do senso comum determinado por referenciais que se constituem desde a infância. Estes referenciais e formas de pensar denominam-se representações sociais. Oliveira e Werba (1998), explicam que as representações sociais:

[...] são 'teorias' sobre saberes populares e do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Por serem dinâmicas, levam indivíduos a produzir comportamentos e interações com o meio, ações que, sem dúvida, modificam os dois (OLIVEIRA; WERBA, 1998, p. 105).

Para as autoras, o estudo das representações sociais é relevante já que busca conhecer o modo como um grupo humano constrói saberes que expressam sua identidade, além de estabelecerem um conjunto de códigos culturais que definem as regras de uma comunidade (OLIVEIRA; WERBA, 1998). Wagner esclarece que:

[...] a representação social é sempre uma unidade do que as pessoas pensam e do modo como fazem. Assim, uma representação social é mais do que uma imagem estática de um objeto na mente das pessoas; ela compreende também seu comportamento e a prática interativa de um grupo (WAGNER, 2000, p. 11).

Neste sentido, o autor coloca que se trata de um conhecimento representado e ao mesmo tempo, a construção do mundo, da realidade social de um determinado grupo. Moreira e Oliveira (2000), por sua vez, afirmam que as representações sociais podem ser entendidas

como idéias, concepções e visões de mundo construídas pelos atores sociais a partir de sua realidade e vinculadas à prática social. Para além das contribuições destes autores, é Moscovici que aprofunda a teoria das representações sociais. O autor explica que:

as representações sociais emergem, não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico [...] (MOSCOVICI, 2003, p. 20-21).

Para o autor, o valor simbólico pode ser expresso a partir de uma imagem/significação, pois “as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já conhecemos” (MOSCOVICI, 2003, p. 46). Para o autor as representações equiparam as imagens a uma idéia e as idéias a uma imagem. O conhecimento baseado no senso comum é constantemente alterado a partir de novas informações/percepções que, somadas ao conhecimento já existente, oportunizam novas idéias (objetivação/ancoragem). Estas, por si só, dão forma e explicam os acontecimentos e objetos de modo que se tornem acessíveis dentro de nosso conhecimento, pois são constituídas, essencialmente a partir do senso comum.

Para Jovchelovitch, que teoriza a partir de Moscovici, a gênese das representações sociais é a de que ela faz parte da vida social, envolvendo a experiência individual, porém, não é *produzida* (grifos da autora) pela experiência individual, ela “dirige-se ao social como um todo, e é ao entendimento desta totalidade – enquanto espaço produtor de sentidos e experiência simbólica – que a teoria das representações se dedica” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 180). O individual e coletivo mantêm um diálogo constante e inseparável na construção das representações. Esta interação identifica as representações sociais como dinâmicas “operando em um conjunto de relações e comportamentos que surgem e desaparecem [...]” (MOSCOVICI, 2003, p. 47).

Para o autor além da dinamicidade, as representações constituem um tipo de realidade, pois é através delas que se constitui um olhar sobre o mundo e um agir a partir destas percepções. Ou seja, o que é estabelecido como real é constituído a partir das representações sociais construídas. Para Moscovici (2003), as representações sociais devem ser consideradas como meios de “re-criar a realidade”, sendo que estas não são recém-criadas, mas re-feitas.

Jovchelovitch (2000) defende que as representações sociais são construções de um objeto, ocupando o lugar de alguma coisa ou então, re-apresentando alguma coisa. Neste sentido, elas “re-constroem a realidade, de uma forma autônoma e criativa” (Jovchelovitch, 2000, p. 41). Desta maneira, a autora afirma que as representações sociais correspondem aos espaços do sujeito social, local nos quais se luta para dar sentido, interpretar e construir o mundo em que sujeitos se encontram.

O papel fundamental das representações sociais é tornar o não-familiar em familiar, o que ocorre a partir da ancoragem e objetivação, processos geradores das representações sociais. Para Mora (2002), estes dois conceitos se referem à elaboração e ao funcionamento de uma representação social. Já Jovchelovitch, explica que o processo de ancoragem e objetivação “são formas específicas de mediação social das representações sociais, que elevam para um nível ‘material’ a produção simbólica de uma comunidade” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 81).

Moscovici (2003) explica que a ancoragem é um processo de classificação, de dar nome ao que é estranho, ou seja, familiarizá-lo. Isto ocorre a partir da apropriação de paradigmas familiares estabelecendo-se uma relação com o novo, o estranho. A ancoragem não é um meio de corrigir ou rotular pessoas ou objetos. Seu objetivo é “facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões” (MOSCOVICI, 2003, p. 70).

Já o processo de objetivação transforma o abstrato em concreto, ou o que existe na mente, e transfere-o para o mundo físico. A objetivação torna aquilo que é não-familiar real, ou “torna-se a essência da realidade” (MOSCOVICI, 2003, p. 71). O autor define o processo de objetivação em “reproduzir um conceito em uma imagem” ou ainda tornar “as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido”.

A partir disto, verifica-se que as representações sociais se formam a partir de coisas que não são familiares, assimiladas com paradigmas familiares para, então, criar imagens e tornar esta familiaridade “real”. Os paradigmas familiares são constituídos a partir de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, baseados em teorias científicas e acontecimentos correntes. Em relação direta a estes conhecimentos, está o senso comum, que liga os indivíduos ou objetos ao mundo real.

Neste sentido, entende-se que as representações sociais são construções a partir do coletivo, a partir de crenças e do senso comum que circulam na sociedade e que incluem, além de comportamentos e atitudes no meio social, saberes que os sujeitos elaboram sobre a realidade. Além de formas de conhecimento, as representações sociais também são meios de compreensão e comunicação de uma sociedade, não representando somente opiniões sobre imagens ou objetos, mas teorias do conhecimento. São saberes que circulam com dinâmica no meio social e expressam os valores simbólicos de grupos e indivíduos. São estas formas de conhecimento expressas nos discursos dos atores do campo turístico que vamos analisar a partir de agora.

5.3 As representações sociais dos atores envolvidos no Morro Gaúcho³⁰

Os atores constroem diferentes representações sociais sobre o Turismo na região, as quais podem ser analisadas a partir das falas/discursos de quem participa do processo histórico de construção do campo turístico, especificamente em Arroio do Meio: o poder público, a ONG, a comunidade e a iniciativa privada. O estudo das representações sociais contribui para a compreensão sobre a situação do capital social no Vale do Taquari e na busca por alternativas de desenvolvimento regional sustentável. O objetivo das análises é identificar quais saberes sobre o Turismo e sobre o Ecoturismo são dados a conhecer e a relação que estes saberes têm no fortalecimento do capital social e da cidadania ambiental. Neste sentido, foram construídas quatro categorias de representações sociais: o Turismo, o Morro Gaúcho, a APA e o meio ambiente.

5.3.1 Representações sobre o Turismo

A primeira categoria de representações sociais refere-se ao Turismo a fim de verificar quais são os conhecimentos que os atores possuem sobre a atividade turística e de que forma estas representações influenciam no desenvolvimento do Turismo no Morro Gaúcho. As perguntas relacionadas ao tema foram feitas de forma direta, baseadas em um questionário semi-estruturado.

³⁰ No anexo K, encontra-se um quadro síntese com as representações sociais dos atores envolvidos no Morro Gaúcho.

Poder público

Quando questionados sobre o que é o Turismo e o Ecoturismo os integrantes do poder público formulam diferentes representações. O sub-prefeito de Palmas considera “bom” o intercâmbio para ver coisas “naturais”.

Ah... eu acho que isso é bom tu conhecer essas coisas assim **naturais**, né, ou um lugar diferente, né, porque a gente **também sai fora**, outros lugares para ver, por exemplo, vai a Garibaldi [...]. (Sub-Prefeito de Palmas).

Enquanto o sub-prefeito ressalta o aspecto social e natural, o prefeito destaca o econômico. Para o prefeito o Turismo é uma indústria não poluidora, que ajuda a vender uma boa imagem do município.

O Turismo é uma **indústria**, talvez não poluidora, uma indústria que as pessoas vem e ajudam **a vender a boa imagem** do município, só que infelizmente hoje nós não conseguimos ainda preparar as pessoas para ter essa consciência (Prefeito Municipal de Arroio do Meio).

A representação do Turismo como uma “indústria limpa” pode ser resultado do processo de ancoragem e objetivação que originam as representações sociais. Estas são influenciadas pela mídia, quando divulga o Turismo de tal maneira, conforme expõe o discurso do prefeito. No entanto, é preciso fazer uma ressalva, já que uma indústria emprega recursos que utilizam matérias-primas ou produtos industriais intermediários, o que é diferente do setor turístico. Boullón (2001, p. 32), questiona este fato, pois “se o Turismo fosse uma indústria, deveriam existir, mas não existem, fábricas turísticas ou processos industriais cujo produto final ou intermediário fosse o Turismo”. A origem dos produtos utilizados pelos turistas é fornecida por vários tipos de indústria (metalúrgica, têxtil, plástica, entre outras), porém, não de uma em especial, a do Turismo. O que ocorre, é geração de valores agregados aos diferenciais turísticos naturais e culturais, não ocorrendo uma transformação tangível e concreta na matéria-prima agregada.

Para a responsável pelo departamento de Turismo na prefeitura municipal de Arroio do Meio o Turismo é relacionado a viagens, e considerado uma atividade separada por setores.

Tem tanta coisa, sei lá... É que a gente que lida com isso tu já imagina **cada setor separado**, cada coisa, né? Não sei... é complicado... Mas quando tu fala em Turismo, assim, no geral, a maioria das vezes vem **viagem**, esse tipo de coisa, né?

Eu não sei... Para mim quando eu penso, eu como profissional, Turismo, para mim junto já **vem desenvolvimento, preservação, evolução. Criatividade**, esse tipo de coisa, eu gosto de **coisas novas**, eu gosto de desafios nessa área de Turismo, mas é uma área tão ampla, sabe? A gente sabe o que é, mas para ti **explicar assim é complicado**. (Responsável pelo departamento de Turismo na prefeitura de Arroio do Meio).

Turismo para ela ainda representa “desenvolvimento, preservação, evolução e criatividade”, o que indica uma representação de sustentabilidade.

O discurso do atual presidente da Amturvaes mostra o perfil de Turismo que a instituição busca desenvolver regionalmente, enquanto um negócio. Sua fala aproxima-se da concepção do prefeito de Arroio do Meio (o Turismo como uma indústria): “É uma oportunidade de **negócios** para muitos, para **agregar valor** a empresas e proprietários” (Presidente da Amturvaes).

Esta representação sobre o Turismo pode ser semelhante em diferentes regiões que buscam desenvolver a atividade. Baseia-se numa racionalidade econômica, que observa o Turismo como um setor a prosperar a curto prazo. Não se identificam nos discursos da instituição projetos que busquem o desenvolvimento sustentável da atividade baseada nas características naturais do Vale do Taquari. Isto pode ser observado quando o presidente da Amturvaes evidencia a importância em trabalhar o Turismo de Eventos:

Os nossos eventos eles têm que **atender a demanda** estadual e nacional. Em cima dos nossos eventos, nós temos que montar também os pacotes turísticos para aproveitar esse pessoal que vem para os eventos e também levar para conhecer os nossos atrativos turísticos (Presidente da Amturvaes).

Como percebe a atividade enquanto “negócio”, “demanda”, “valor”, para o presidente da Amturvaes, a presença do meio empresarial é condição essencial para que o Turismo possa ser viabilizado na região, já que é este setor que irá definir as estratégias. Isto pode ser observado na fala abaixo:

Que é uma visão séria, uma visão responsável, comprometida com **resultados**, né? E que nós precisamos envolver os secretários porque os municípios têm interesse. Infelizmente **o Turismo só vai acontecer se o meio empresarial apostar nele**, definir estratégias, e concretizá-lo (Presidente da Amturvaes).

Apesar da confiança da Amturvaes e do prefeito, verifica-se que ainda não existe uma tradição empresarial no setor turístico no Vale do Taquari, apesar deste campo possuir as

características necessárias para interagir e influenciar com o campo político e turístico em direção ao desenvolvimento regional. Esta falta de tradição empresarial no campo turístico pode ser justificada pelo baixo grau de capital social entre os atores envolvidos.

A fala do presidente da Amturvaes também indica uma transferência de responsabilidades no que diz respeito ao comprometimento com a implantação de ações turísticas quando reconhece que “o Turismo só vai acontecer se o meio empresarial apostar nele, definir estratégias, e concretiza-lo”. Tal situação também foi observada a partir das falas de outros entrevistados, que concordam sobre a necessidade do engajamento social. No entanto, transferem a responsabilidade para outros atores quando são questionados sobre a viabilização de ações.

Quando questionados sobre o Ecoturismo, a responsável pelo departamento de Turismo na prefeitura apresenta a seguinte definição.

Ecoturismo? Eu acho que é... as coisas do Turismo, de... assim... de envolvimento desse conhecimento com... dessa interação nossa, né? Com a **natureza**, nunca esquecendo esse lado da **preservação**. Que isso é o que eu mais bato em cima ali, dentro da prefeitura, eu acho que a gente tem um grande trabalho ainda pela frente desta **conscientização**, que nem eu te falei, então Ecoturismo para mim sempre quando eu penso... claro, tem toda essa parte da natureza aliada, **de belezas naturais**, mas por trás disso a **sustentabilidade** e a **conscientização** das pessoas **para que isso fique para as gerações futuras**, né? (Responsável pelo departamento de Turismo na Prefeitura Municipal de Arroio do Meio).

Na representação deste ator social, o Ecoturismo é associado às coisas da natureza e ao mesmo tempo, transpassa a idéia de conscientização e preservação. O discurso aponta para uma relação entre o Turismo como estratégia de educação ambiental e de dever com as gerações futuras. Em sua fala, é possível identificar uma representação ecológica, já que para ela, o Ecoturismo é relacionado à “natureza”, “preservação”, “belezas naturais”, “sustentabilidade” e “conscientização”, características que estão diretamente aliadas ao Ecoturismo. Mesmo construindo uma representação ecológica sobre o Ecoturismo, o município ainda não desenvolve ações neste sentido.

ONG Ecobé

Outro grupo de atores sociais entrevistados foi o dos membros da ONG Ecobé. As pessoas envolvidas no movimento socioambiental constroem uma representação sobre o

Turismo que se aproxima dos atores do poder público, mas inclui uma preocupação com a questão ambiental, o que caracteriza estas representações como ecológicas.

Às vezes eu me sinto praticante de Ecoturismo porque eu tô mais para turista do que para montanhista e tal, mas está crescendo em todo mundo, nos lugares que a gente vai, pelo menos, eu vejo crescer e é uma **indústria limpa**, então dizer não, nós não queremos é fechar as portas para o futuro, porque eu acho que as pessoas que estão vivendo hoje nas cidades vão querer se deslocar, vão querer ter mais contato com a natureza [...] isso **é super importante para o desenvolvimento do ser humano**, isso é extremamente importante. E aqui na região, eu não sei se tu viu no IBGE, mas Lajeado cresceu na proporção de mais de 1000 pessoas por ano, mais de 1000 habitantes por ano, então já é uma cidade grande e **as pessoas vão querer cada vez mais**. Não é só o pessoal de Porto Alegre, mas o pessoal daqui também vai procurar isto. Eu acredito nisto. Só que **infelizmente os investidores, o poder público o pessoal que poderia fazer alguma coisa não tá porque... alguma coisa falta** (Membro A, ONG Ecobé).

O discurso acima relaciona o Turismo como “indústria limpa” que é importante para o desenvolvimento humano, e que tende a crescer porque “as pessoas vão querer cada vez mais”. No entanto, este ator evidencia a falta de ação do poder público e dos investidores (setor privado). Apesar de representar o movimento ambientalista na região, na sua fala há uma ausência de representações sobre os impactos ambientais que o Turismo poderá provocar se não for encarado como atividade sustentável. Já outro ator da mesma ONG salienta a necessidade de certos cuidados na exploração da atividade, o que pode incluir até mesmo penalizações.

Eu acho que **não pode ser aquele Turismo predatório**, exploratório demais, eu sempre tomo como exemplo a região dos Aparados da Serra, o antes e o depois da interferência do Ibama ali naquela... no Itaimbezinho. Enfim, fecharam por um bom tempo e ali tu só entra pagando e aquela coisa toda, né? Mas hoje tem infraestrutura, né? Coisa que não existia antes. Ah... mexeu em certos aspectos, sim, sabe, paisagísticos até, então, **depende também o tipo de ecoturista**. Eu fazia Ecoturismo lá naquela região quando a gente podia acampar lá, sabe, tudo bem, nós **tínhamos uma consciência**, não deixava lixo, sabia o lugar onde a gente podia ir, mas **nem todo mundo tem essa visão**... Então, nestes ambientes eu acho que, enfim, ainda é a **melhor solução tu criar regras**, porque claro que, **talvez tu penalize alguns** que se comportariam bem, que tem algumas atitudes bem conscientes, né, mas a maioria não tem... (Membro B, ONG Ecobé).

Nas falas dos membros da ONG verifica-se uma representação sobre o Turismo que se aproxima com as dimensões de sustentabilidade propostas por Sachs (2007). A aproximação da sustentabilidade econômica é observada através das oportunidades de gerenciamento eficiente de certos recursos através do Turismo, como o natural, por exemplo, e a oportunidade de gerar um fluxo de investimentos públicos e privados. Se bem planejado, o Turismo pode ser um meio de reduzir a distância entre os padrões de vida dos ricos e pobres,

pois através do capital social pode gerar oportunidades para aqueles que são menos favorecidos por outras atividades econômicas. Neste sentido, observa-se a aproximação com a dimensão social. A dimensão ecológica pode ser identificada a partir da preocupação com o Turismo Predatório e da sugestão de criação de normas para uma adequada proteção ambiental e uso sustentável dos locais, como afirma o membro B.

Segundo ele existe uma perspectiva de crescimento do Ecoturismo, já que os centros urbanos estão cada vez maiores e com menos áreas propícias para as práticas de lazer junto à natureza. “A natureza está aí para todos. Então o ser humano também tem que aproveitar, [...] Nós também nessa selva de pedras tem mais que sentar e curtir um pouco esses ambientes, né?” (Membro B, ONG Ecobé). Esta representação da natureza à disposição para todos, o que também inclui o ser humano, indica uma visão do meio ambiente como um bem coletivo, que diz respeito a todas as espécies, além da humana.

Quando questionados sobre a participação do setor público em iniciativas de Turismo no Vale do Taquari, os membros da Ecobé têm uma representação sobre a ausência de ações:

Uma vez, fazem... Logo no começo da ONG, fazem uns 5 ou 6 anos atrás, teve um levantamento dos pontos turísticos do Vale e a gente participou, principalmente para elencar os atrativos naturais. Bom, a gente teve esta participação só que em virtude de **pouco ter sido feito no sentido de valorizar estes pontos naturais** a ONG tinha outras prioridades, então nós acabamos não mais nos envolvendo. Inclusive eu não sei quem, mas acho que era o núcleo de Arroio do Meio que fez essa... **eu participei de algumas reuniões da Amturvaes, mas não vi prosperar a questão dos locais naturais, não era o interesse deles.** Eu via pelo seguinte tinha o Refúgio Explorar lá em Vespasiano que é uma iniciativa fantástica do Silvio Zonatto, que tentou agitar a cena lá e tal, e a proposta dele merecia assim um apoio que eu não sei se ele teve, por causa desses acontecimentos **a gente meio que se “desencantou” da questão do Ecoturismo.** (Membro A, OBG Ecobé).

A ONG observa que não existe nenhum projeto especificamente de Ecoturismo, o que mostra que os interesses em explorar a atividade têm outro foco. A falta de valorização dos aspectos naturais pelo poder público “desencantou” a ONG. A fala dos atores deste campo social aponta para a falta interação e confiança, reflexo da existência de um baixo grau de capital social na região. Segundo Baquero (2006), as pessoas têm conhecimento sobre as deficiências institucionais, como pode ser observado na fala do membro A da Ecobé. No entanto, internalizam a idéia de que não adianta participar ou se envolver em questões que dizem respeito aos interesses civis, pois é criada uma crença de que somente as soluções impostas de cima para baixo podem resolver os problemas. Segundo o autor, a noção de

capital social torna-se relevante, pois a organização social e cultural pode melhorar a eficiência da sociedade, por meio da facilitação de ações coordenadas.

Setor privado

A falta de interesse das instituições públicas em investir no Ecoturismo também pode ser verificada nas falas das agências de viagens em Arroio do Meio. Ambas as empresas afirmam que não existe demanda para pacotes com esta finalidade no município, apesar do potencial da região. Para o entrevistado A, falta “conhecimento” dos envolvidos:

Eu vejo assim, **potencial nós temos...** Eu acho que as autoridades não caíram na realidade ainda de ver da forma como você já vê. Eu acho que **tá faltando um pouco as pessoas ter mais conhecimento sobre isso** (Entrevistado A, agência de viagens de Arroio do Meio).

Observa-se neste fragmento que a iniciativa privada e a ONG esperam pelo poder público, que espera pela iniciativa privada. O entrevistado segue afirmando que a demanda de pacotes, hoje, é para o nordeste brasileiro, devido ao baixo custo e às condições de pagamento existentes no mercado. No Rio Grande do Sul, a demanda é por pacotes para a Serra Gaúcha, especialmente por roteiros tradicionais como Gramado, Canela e Bento Gonçalves.

Outra agência, que trabalha com Turismo Receptivo no Brasil, afirma que já existe envolvimento das pessoas com a questão ambiental. Para o entrevistado B, alguns destinos turísticos, tais como Termas de Jurema, já exploram este segmento do Turismo.

Até eu acho que muitas pessoas já estão se envolvendo com isso. Tem certos lugares que se envolvem já com isso hoje, um que digamos que eu conheça, um lugar que tá para esse tipo de caminho para o Ecoturismo é Termas de Jurema, **passeios ecológicos**, fazer coisas que não... **Passeios de cavalo, charrete...** até explicando o **tipo de mata que é preservada**, eu acho que todo mundo tinha que ir para esse lado [...] (Entrevistado B, agência de viagens de Arroio do Meio).

A representação construída sobre o Ecoturismo, para o entrevistado B, é associada a passeios a cavalo, de charrete e mata preservada. No entanto, cabe ressaltar que pacotes voltados especificamente para este segmento, trabalham e envolvem também aspectos aprofundados das questões ambientais, tais como a educação e preservação ambiental e cultural.

Para as agências, não existe iniciativa por parte de empreendedores em relação a investimentos turísticos e, tampouco, por parte do poder público, pois alegam que não existe apoio.

Pois é, nós já fizemos algumas reuniões ali... Verdes Caminhos ou como é que é, Caminhos do Vale, até já fizemos reunião, mas o problema é que não tem um Dallonder da vida que nem em Bento ou Giordani da vida de Bento, que chega eu vou assumir, que tem dinheiro para investir, aqui na região é... a prefeitura isso... se é para **esperar alguma coisa de alguma prefeitura**, de chegar e assumir e dizer vamos investir, vamos fazer, eles dizem que ah... vamos lá botar uma pessoa do Turismo e vamos fazer uma... mas **eles fazer, investir, fazer uma estrutura, digamos no sentido de preservar as coisas, aí não tem ninguém em casa, sabe?** (Entrevistado B, agência de viagens de Arroio do Meio).

A fala deste ator indica pouca confiança da iniciativa privada no poder público, além da crença de que a solução para o problema do Turismo virá de uma iniciativa externa ou proposta pelo campo político. No entanto, esta parceria pode ser fortalecida, caso a comunidade se mobilize em prol do Turismo, como estratégia de desenvolvimento regional sustentável. As parcerias podem ser estimuladas a partir das relações de confiança oportunizadas pelo capital social, quando instiga as comunidades a criarem mecanismos de sociabilidade e interação econômica.

Em virtude da falta de interação entre poder público e iniciativa privada, as agências buscam elas mesmas explorar alguns pontos turísticos do Vale do Taquari. Neste sentido, desenvolvem roteiros adequados às necessidades de seus clientes. O entrevistado A cita roteiros para Arvorezinha, no Natal no Morro. Segundo ele, o município estruturou-se de forma que já atende às expectativas dos clientes, além da beleza cênica do espetáculo. A Lagoa da Harmonia também é citada pelo entrevistado A como um local que agrada os turistas, pela beleza natural e infra-estrutura existente. O entrevistado B, cita alguns pontos turísticos da região como atrativos apresentados aos visitantes: Arroio Abelha, em Forquetinha; Igreja de pedra e ponte suspensa, em Arroio do Meio.

Outros atores entrevistados, também da iniciativa privada, são pessoas que possuem atividades econômicas no Morro Gaúcho. As representações destes atores sobre o Turismo são distintas, conforme se pode observar:

Bom, Turismo, para nós é uma coisa bem **complicada, no aspecto ambiental, não só pelo transtorno, mas pelas pessoas. Não acrescenta muito para a gente o Turismo.** Pessoas vêm aqui, enchem os olhos, tudo muito bonito, bom, mas para

nós aqui, **nosso dia-a-dia continua igual**, sabe, não muda nada não (Entrevistado C, proprietário em Arroio Grande).

Para o entrevistado C, o Turismo não é visto como uma atividade benéfica para o local, mas como um fator complicador, pois seu interesse é voltado para a sustentabilidade de seu negócio. Neste sentido, o Turismo pode “atrapalhar” seu empreendimento, pois a partir da divulgação e conseqüente aumento de visitantes no local, pode haver insegurança. Segundo ele, existem pessoas boas, mas também com má intenção.

As mesmas representações são encontradas no discurso do entrevistado D, para quem o ideal é que o local fique da forma como está, sem ser divulgado, pois isto mantém a tranquilidade do lugar. A representação central é que a divulgação do Morro Gaúcho, através da promoção turística, acabará com o sossego em sua propriedade. Os entrevistados C e D concordam que quanto menos pessoas souberem da existência do Morro Gaúcho, mais tempo ele será preservado, visto que não existe uma consciência de preservação entre a população de forma geral, e mais tranqüilas serão suas vidas. Deste modo, eles ocupam apenas 30% da área da propriedade, mantendo o restante preservado. A representação de preservação pode ser observada na fala abaixo, quando o entrevistado D comenta que ainda não existe consciência por parte da população de modo geral.

O melhor jeito de preservar é quanto menos o pessoal souber que aqui tem coisas bonitas, mais tempo isso aqui vai durar. Infelizmente é verdade, porque o pessoal **não tem consciência** para... tipo, na nossa região eu acho que o pessoal não tem consciência para começar a desenvolver esse negócio de Ecoturismo, eu acho que **o pessoal ainda é muito burro para essa coisa** (Entrevistado D, proprietário em Arroio Grande).

O fragmento “o pessoal é muito burro para essa coisa” mostra que a percepção entre os atores não predispõe ações coletivas em prol do Turismo. No entanto, por trás do discurso da preservação e da falta de conscientização, existe uma representação econômica e uma fala “contraditória” no que diz respeito à questão ambiental, pois a atividade na propriedade destes entrevistados causa impacto ao meio ambiente (criação de aves).

O entrevistado E, também da iniciativa privada, possui uma representação diferente sobre o Turismo. Para ele, a atividade se define como a indústria sem chaminés, sendo uma fonte de renda e opção econômica para muitas pessoas. Apesar de verificar o Turismo como

uma atividade econômica, uma “excelente fonte de renda”, o ator identifica a necessidade de uma interação entre a iniciativa privada e o poder público.

E nós temos entendimento de que o Turismo, ali como em qualquer lugar, necessariamente o entendimento é que **tenha que haver uma integração. Ele não pode ser uma ação isolada nossa, né, e lamentavelmente assim, a prefeitura de Arroio do Meio, com todo respeito, faz muito pouco ou nada**, porque ela **mal consegue conservar aquela estrada** para que seja trafegável (Entrevistado E, proprietário no Morro Gaúcho).

A representação do entrevistado E é distinta em relação às demais, pois está relacionada às suas expectativas, já que viajou para destinos de Ecoturismo no Brasil e teve a oportunidade de construir uma representação a partir de suas experiências. Quando questionado sobre o Ecoturismo, este proprietário mostra ter uma representação econômica, mas com preocupação com a preservação do meio ambiente.

Além de desenvolver a consciência de preservação, né, e as pessoas hoje estão muito preocupadas com isso, e locais como o Morro Gaúcho serviriam muito bem para isso, para as pessoas terem a oportunidade de preservar, eu vejo uma possibilidade de renda, economicamente falando, quer dizer, e eu penso isso lá... E **compramos com esta determinação**, um projeto de médio e longo prazo visualizando exatamente esta questão de **exploração do Turismo, por causa desse engajamento da natureza**, que tu vê assim é uma coisa que chama muito a atenção (Entrevistado E, proprietário no Morro Gaúcho).

A fala acima caracteriza uma representação ambiental/econômica do Turismo em que o lucro e a preservação do meio ambiente são vistos como uma consequência da exploração turística. O meio natural é representado como um negócio. No entanto, o ator evidencia a importância em preservar o meio ambiente e, através do Turismo, oportunizar esta vivência a outras pessoas, o que pode ser identificado abaixo, quando comenta sobre o departamento de Turismo na prefeitura municipal:

Colocar o departamento de Turismo dentro da indústria e comércio e não dentro da educação ou esportes e lazer... Tem que parar com isso tem que **ver o negócio** (Entrevistado E, proprietário no Morro Gaúcho).

A partir da análise dos discursos destes atores, observamos a construção de uma representação econômica do Turismo divulgada pelo poder público de Arroio do Meio, pela Amturvaes, assim como na iniciativa privada. No entanto, verificamos que a atividade ainda não é tratada desta maneira, já que requer planejamento, investimentos e estratégias, o que não fica evidenciado nos discursos analisados. Isto indica que o Turismo em nível regional é

tratado como negócio apenas no discurso. Tampouco a ONG Ecobé que elege como um dos objetivos do Morro Gaúcho o Ecoturismo passa do discurso “desmotivado”. Mesmo quando divulgou sobre quem deve assumir o Turismo no município, apesar do poder público ter predominantemente apontado, todos convergem que se trata de um setor com potencial principalmente econômico, e não outro, como poderia ser o potencial pedagógico, experimental, social, etc.

Comunidade

O último grupo de entrevistados é formado por moradores de comunidades do Morro Gaúcho, Palmas e Arroio Grande. As representações construídas por estes atores vão desde considerações sobre o Turismo ser “bom”, “legal”, estar relacionado a viagens e “passeios a locais bonitos”.

Para o morador A, Turismo está associado a conhecer lugares, enquanto que para o morador B representa “algo legal”. Para o morador C, o Turismo é visto como “algo que vem para o bem” e ele espera que continue sendo desenvolvido. Este morador acredita que já existam ações de desenvolvimento da atividade na região, pois identifica alguns trabalhos realizados no Morro Gaúcho, tais como caminhadas contemplativas e ações de plantio de mudas nativas. Para o morador D, o Turismo é uma atividade “bonita”, porém realizada por pessoas que podem e têm tempo para isto, onde ele não se inclui.

Identifica-se também uma representação como uma atividade prazerosa, pois associam o Turismo a coisas boas, como conhecer lugares. Estes moradores constroem uma representação do Turismo como algo distante, que não os atinge diretamente, pois não se incluem quando falam sobre o assunto. Neste sentido, a pouca interação entre os atores do campo turístico pode estar relacionada à falta de conhecimento sobre a atividade, pois cada um possui representações diferentes, sendo que a comunidade que reside no local, apesar de reconhecer alguns benefícios, se exclui do processo.

O morador E pensa na atividade turística como uma oportunidade de revitalizar o Morro Gaúcho, sugerindo ações e fazendo comentários sobre os problemas do local, tais como a estação de transbordo e uma casa de prostituição que existem no acesso ao morro. Esta fala se aproxima da representação do morador C para quem o Turismo é uma “atividade que vem para o bem”, no sentido de que promove melhorias locais.

Eu acharia começar aqui de baixo **plantando umas hortênsias**, umas flores, umas coisas mais chamativas, agora tem o **lixo ali** que ele já tira uma visão, tem a **zona ali...** como é que tu vai... então a princípio o lixo é para sair, não sei se vai sair, então eu começaria aqui em baixo, faria uma coisa mais limpa, mais diferente... (Morador E).

Este morador tem uma representação de Turismo relacionado à Serra Gaúcha quando sugere o plantio de hortênsias. Já o morador F faz uma relação da atividade ao fato de viajar. Ele, quando visita os locais, diz gostar de ver a fauna e flora local. Observou-se nas suas falas, uma representação associada ao lado natural do Turismo. O morador usa o Morro Gaúcho como referência, o que também indica a existência de uma representação subjetiva, que evidencia a importância que o local tem para ele,

Ah... eu já sou, vamos dizer, gosto também de viajar, vê outros lugares e vê a vegetação, a flora e a fauna, os pássaros, que nem lá no morro tem bastante pássaros, a natureza, tudo o que é plantas, né, que nem o capim ali do perau... (Morador F).

O morador G constrói uma representação técnica do Turismo quando se observa em sua fala aspectos da complexidade do fenômeno turístico, no que diz respeito ao deslocamento de pessoas e ao fato de ver coisas diferentes e especiais.

Bah... **Turismo é bastante complexo**, o que é Turismo? Até **Turismo para mim e para algumas pessoas é sair** daqui para um camping, sair daqui para o Morro Gaúcho, depende a amplitude que eu vejo para o Turismo. Mas... sei lá, **o Turismo é o deslocamento da pessoa**, se tu vai fazer Turismo, tu vai fazer um passeio, viajar, olhar lugares diferentes, especiais, enfim, o Turismo se presta justamente para a gente **ver coisas diferentes e coisas especiais**. Sou leigo no assunto em Turismo [...] (Morador G).

Para o último entrevistado, morador H, existem dois lados a serem observados no Turismo, o lado positivo, no qual as pessoas poderão visitar o Morro Gaúcho, fazer as trilhas e a divulgação do município, e o lado negativo, em que pessoas de má índole irão ao local para destruir o que está preservado. Para ele o Turismo acontece somente em Arroio do Meio e no Morro Gaúcho. Não há uma percepção de que o fenômeno acontece em níveis local, municipal, regional, estadual, nacional e internacional. Sua fala também aponta para uma representação de apropriação do local, quando existe a preocupação da perda de propriedade. Esta visão se aproxima com a do entrevistado C (proprietário em Arroio Grande). Para o morador H existem os dois lados no Turismo:

O Turismo tem dois lados. Tem o **lado bom**, que também, do meu ver, eu vejo assim, vai ter trilhas, vai ter pessoal para conhecer, eu acho que tem a própria propaganda para

o município, eu acho ótimo. E eu acho que o **lado ruim** é que depois que estas trilhas estão abertas vai vir gente boa, como em todo lugar, e vai vir gente ruim. Então o que é que vai acontecer, daqui a pouco o que foi preservado por 200, 300 anos ou mais tempos pelos velhos, vai acabar na mão de gente indo lá tocando fogo, sabe, **tem gente boa e tem gente ruim** (Morador H).

As falas dos moradores apontam para diferentes representações sobre o Turismo relacionadas ao convívio social de grupos e, apesar de algumas diferenças, um negócio. Esta representação é construída quando se identifica a importância dos possíveis rendimentos econômicos que as comunidades podem vir a ter. No entanto, não são observadas representações da atividade turística como estratégia de desenvolvimento regional, quando é necessário atenção para a preservação do meio ambiente, segurança e conhecimento para que a atividade se desenvolva. Segundo Moscovici (2003), as representações sociais unem idéias e comportamentos de um coletivo, representações que são formadas ao longo do tempo e às quais as pessoas aderem de forma pública.

As representações sobre o Turismo construídas pelos atores dos diferentes campos sociais são baseadas no senso comum. Segundo Moscovici (2003), o senso comum continua a ser concebido predominantemente como um estágio arcaico de compreensão, que inclui uma amplitude de conhecimento que não mudou há muito tempo e que nasceu da percepção direta das pessoas e das coisas.

Quando questionados sobre as perspectivas do Turismo e Ecoturismo no Vale do Taquari, os entrevistados de todos os grupos sociais responderam que existem expectativas de crescimento para a atividade. Para alguns, como o morador G, o Vale possui potencial ecológico, porém, a atividade ainda é “embrionária”, já que ainda não foi totalmente desenvolvida.

Ecoturismo é embrionário, mas eu acho que nós temos potencial. **Nós temos um potencial muito grande turístico** [...].Eu acho que a nossa região deve ter, dentro do RS, a maior cobertura vegetal, talvez nós perdemos ali para a região de Gramado e Canela, mas no geral do RS **com certeza nós temos a maior cobertura vegetal**. Eu não sei, alguém comentou esses dias, eu não sei qual é a fonte [...], mas me parece que nós estamos aqui hoje com 37% de cobertura. Isso é bastante. É tu podes ver pelos morros, todos eles estão com uma cobertura bastante boa, houve uma regeneração muito grande (Morador G).

Novamente observamos em sua fala uma representação técnica sobre o Turismo e Ecoturismo, quanto ao potencial da região indicado a partir de dados estatísticos sobre a

cobertura vegetal. Esta informação pode servir como sinalizador para os gestores públicos do Turismo quando pensam em desenvolver a atividade. O conhecimento deste morador se deve ao fato de trabalhar há aproximadamente uma década na prefeitura, além de morar em Palmas há mais de 20 anos. Apesar de ser funcionário da prefeitura de Arroio do Meio, verificou-se que suas representações não se aproximam de representações políticas, mas são baseadas em dados que foram levantados ao longo de sua vivência na carreira pública e experiência empírica no Morro Gaúcho³¹.

O poder público observa o Turismo com perspectivas para o futuro, alegando que não é possível realizar um trabalho sem a participação da comunidade local e de empreendedores.

Nós vemos nisso um futuro bom e que hoje a terra está bem, bem adiantada, né, eles tiveram um dia de começar, então, acho que nós, região, Arroio do Meio, tem uma caminhada muito grande para fazer, né, mas temos hoje já os campings que são reconhecidos, o próprio pesque-pague parece que cada ano está melhorando e as pessoas acreditando mais, porque às vezes não adianta as coisas virem de cima para baixo, **tem que ser feito um trabalho com a própria comunidade local e regional**, para que eles comecem a acreditar que devem colaborar, contribuir, hãã, participar com os empreendedores. Então eu vejo isso que a nossa caminhada mal e mal está começando (Prefeito Municipal de Arroio do Meio).

A visão do prefeito municipal sobre as perspectivas do Turismo indica uma representação política, baseada no reconhecimento da necessidade em se trabalhar com a comunidade local e regional, ainda que não exista um trabalho efetivado neste sentido. Conforme o prefeito municipal e a responsável pelo departamento de Turismo, existem idéias, sendo que algumas já colocadas no papel.

Já a responsável pelo departamento de Turismo em Arroio do Meio vê perspectivas do Vale do Taquari se tornar o segundo pólo turístico do Rio Grande do Sul. Para ela, é fundamental trabalhar o Turismo Rural e o Ecoturismo, pois estes são os aspectos com maior potencial para a região.

Eu acho que a **gente vai ser a segunda região de Turismo** [...]. Eu acho que se nós nos **apoirmos nessa parte de Turismo Rural e Turismo Ecológico**, a gente tem tudo para estourar, porque eu acho que **belezas naturais que nem nós temos aqui no Vale tu não encontra** (Responsável pelo Departamento de Turismo na Prefeitura de Arroio do Meio).

³¹ O morador G foi entrevistado com base na indicação de outros moradores de Palmas e do Morro Gaúcho, que o referenciaram como conhecedor dos aspectos locais. Quando foi entrevistado, não se sabia do cargo ocupado na prefeitura municipal, sendo que esta informação foi afirmada ao longo da entrevista.

Esta representação indica uma perspectiva otimista para o Vale do Taquari, baseada no discurso da Amturvaes, a qual objetiva tornar a região o segundo pólo turístico do Estado, até o ano de 2014. Apesar desta perspectiva e do reconhecimento do potencial para o Ecoturismo e Turismo Rural, baseado na análise dos discursos dos atores sociais entrevistados, verificamos que existem dificuldades para o estabelecimento de estratégias e ações de desenvolvimento destas atividades no Vale do Taquari.

Apesar do potencial da região, o morador G verifica que hoje existem ações isoladas de Turismo, e desta forma, haverá maior dificuldades em desenvolver a atividade. Para ele, o Turismo deve envolver vários municípios.

Eu acho que os municípios, individualmente, não vão conseguir dar o impulso, tem que ser a **visão regional**. Nós temos que **ver o Turismo hoje não individualmente**, cada município, **mas dentro da região**, porque individualmente vai ser muito complicado. **Até os próprios administradores municipais, às vezes não tem tanto interesse na questão turística porque o retorno ele não é a curto prazo**. Ele é um investimento a longo prazo. Agora, eu acho que tem que ser cuidado, a nível regional, toda a questão, e aí sim, com o apoio do município nas questões mais pontuais. Por exemplo, **digamos que a nível regional se crie uma rota que envolva o Morro Gaúcho, aí o município de Arroio do Meio pode... deve, né, apoiar esta iniciativa**. Assim como foi criada a rota da erva-mate, na região alta, em Ilópolis, nesta região, que hoje, não sei como está o acesso a esta rota, se está criando corpo isso ou não, mas **é uma iniciativa que passa por vários municípios**. Eu não vejo prosperar iniciativas sóbrias, até pode ocorrer, agora não assim com apenas um lugar certo, tem que ser a nível regional (Morador G).

O discurso acima indica uma representação passiva sobre o Turismo, quando se espera que alguém faça algo pela região ou crie opções de desenvolvimento. No entanto, o morador G reconhece a necessidade da interação dos atores sociais no que diz respeito a sucesso em ações turísticas.

Outros moradores também verificam perspectivas para o Turismo e Ecoturismo, a partir do potencial ecológico que existe no Vale do Taquari, porém, afirmam que as autoridades locais não reconhecem este potencial. A fala do morador A aponta para o desenvolvimento do Turismo a partir de fora e não de uma organização local, o que indica falta de confiança nas instituições locais, evidenciando um baixo grau de desenvolvimento de capital social na região. Isto pode ser justificado porque “as regras de confiança entre a comunidade e governo são essenciais para a efetiva responsabilidade das instituições” (NAZZARI, 2006, p. 209).

Eu vejo que tem **mais pessoas dos municípios de fora de Arroio do Meio que pretendem implantar projetos do que pessoas do próprio município**. São pessoas de fora que tem, meu Deus, projetos ótimos, sabe, não que não tenha, mas meu Deus, tem que vim as pessoas de outros lugares para abrir os olhos destes que estão aqui... (Morador A).

O morador C reconhece que Arroio do Meio possui condições favoráveis para o desenvolvimento do Ecoturismo, pois observa a potencialidade no patrimônio natural do município, a partir do local que conhece, o Morro Gaúcho. Este morador constrói uma representação do Turismo benéfico para a comunidade. Neste sentido, é favorável ao desenvolvimento de ações, já que estaria direta ou indiretamente sendo beneficiado.

No entanto, existem moradores residentes do Morro Gaúcho que constroem uma representação diferente quando se trata de Turismo no local. Para eles, a atividade não deve interferir em seu cotidiano.

Como tem acesso para o Morro Gaúcho na parte de lá, eu acho que dá para **fazer um Morro Gaúcho com trilhas sem mexer com o pessoal que mora**, porque tem acesso lateral, vai por cima então, a parte que interessa é o morro mesmo, é o mato, **então tem como fazer isso sem mexer com a população** (Morador H).

Também para o morador D o Turismo deve respeitar os proprietários de terra.

Seria bom se o **Morro Gaúcho fosse um lugar de Turismo, mas sem invadir as áreas que são dos colonos**, né, e cuidar do local, não sei se foi feito, falaram que já foi encontrado javali, que já foi encontrado qualquer tipo de bicho, e isso é muito perigoso para os colonos, né? Não sei se é verdade, mas... (Morador D).

As representações dos moradores D e H se aproximam da fala do entrevistado C, proprietário em Arroio Grande. Para estas pessoas, o Turismo pode representar a perda da propriedade de terras, uma ameaça. Deste modo, um projeto de Turismo, quando elaborado, deve levar em consideração estas representações, para favorecer aqueles que apóiam a atividade turística.

Com base no discurso dos atores sociais, verificam-se perspectivas interessantes para o desenvolvimento do Turismo em Arroio do Meio, já que todos reconhecem o potencial da região e os benefícios que podem ser oportunizados. No entanto, são necessários investimentos em planejamento e um maior engajamento da comunidade no desenvolvimento

de ações turísticas, levando em conta suas necessidades e suas ressalvas quanto à interferência do Turismo nas suas atividades tradicionais.

A pesquisa de campo oportunizou contato com todos os atores envolvidos no processo de formação do campo turístico, o que evidencia um campo social em formação no Vale do Taquari, devido a alguns aspectos que merecem ser comentados.

A formação do campo turístico indica que ainda não foi construído um *habitus* específico. Entende-se como *habitus* “o conjunto dos saberes e do saber-fazer acumulados e, todos os conhecimentos” (BOURDIEU, 2000, p. 64). A noção de *habitus*, segundo o autor, deve incluir a idéia de um “sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2004b, p. 191). Observamos que ainda não existe este princípio gerador e unificador das práticas e ideologias entre os atores e entre os grupos de agentes sociais. Identificam-se construções simbólicas sobre o Turismo isoladas entre os grupos de atores, sem uma unificação para construção de um *habitus* que oportunize um jeito próprio de ser e fazer o Turismo no Vale do Taquari.

O *habitus* observado nas falas dos atores sociais indica um conjunto de práticas e ideologias diversas entre as quais o Turismo é considerado uma atividade de lazer que propicia acesso a locais naturais, viagens e lazer, além de ser possível identificar um *habitus* voltado para a preservação, conscientização e sustentabilidade a partir do Turismo. No entanto, a prática e ideologia predominantes, atualmente, apontam para a representação do Turismo como um negócio, o que também faz parte do *habitus* em formação.

A racionalidade econômica influencia a exploração e o desenvolvimento de estratégias de Turismo no Vale do Taquari, sob a perspectiva de tornar a região o segundo pólo turístico do Rio Grande do Sul, no entanto, não são observadas nos discursos dos atores falas sobre ações que visem o desenvolvimento regional a partir da exploração turística. O Turismo é trabalhado em setores desintegrados o que reflete o baixo grau de capital social, além da ausência do poder público no estabelecimento de estratégias de desenvolvimento do Turismo. Retomemos a fala de Baquero (2006) quando diz que a falta de confiança dos atores nas instituições democráticas oportuniza uma crença de que a solução dos problemas é imposta de

cima para baixo, o que se reflete num baixo grau de envolvimento em ações de participação cívica a fim de mudar a realidade social existente. Neste sentido, Dotto et al (2003) afirmam que deve ser realçada a relação entre o capital social e o desenvolvimento. Segundo a autora,

uma política de desenvolvimento regional deve também ter presente uma estratégia que procure fomentar, manter e ampliar o estoque de capital social, fortalecendo, dessa forma, a auto-organização social e a prática de soluções colaborativas para os problemas comuns [...] (DOTTO et al, 2003, p. 243).

Para Valentim (2003), depende da competência dos governos locais e da sociedade a criação de condições para estimular o capital social. No Vale do Taquari, observa-se o Turismo como uma destas condições, desde que estimule a confiança dos atores sociais em ações de governabilidade, e desemboque no fortalecimento do capital social, com a cooperação da sociedade no planejamento, nas ações e formações de políticas para o desenvolvimento local (VALENTIM, 2003). Para chegar a este objetivo, a autora afirma ser necessário formar, a longo prazo, comunidades voltadas para o aprendizado e o ensino, onde os indivíduos sejam capazes de entender a importância da participação, do trabalho conjunto, da confiança e da cooperação (VALENTIM, 2003). Os dados da pesquisa apontaram para a necessidade do uso de metodologia participativa para fortalecer o capital social e incluir a sustentabilidade ambiental no desenvolvimento de projetos e do setor de Turismo como um todo.

Neste sentido, entende-se que a comunidade de Palmas tenha mais condições para desenvolver o Turismo na região do Morro Gaúcho, já que é favorável a ações turísticas e os discursos evidenciam a importância que o Morro Gaúcho tem, o que se pode observar nas representações subjetivas. Alguns atores demonstram relações de confiança no poder público quando afirmam que o Turismo já vem sendo trabalhado no município, no entanto reconhecem que ainda há muito para ser feito. O envolvimento da comunidade em questões coletivas também pode ser observado em relação à APA e ao interesse em manter o Morro Gaúcho preservado, e observam que uma das alternativas pode ser o Turismo. O que se verifica é que esta comunidade tem interesse em mudar os “rumos” do processo de desenvolvimento local a partir de novas escolhas feitas, conforme as condições que a realidade social oferece. Segundo Moraes (2003), estas “modificações ou rupturas podem provocar alterações nas relações sociais, permitindo a institucionalização de novos códigos

culturais e práticas sociais que promovam a formação do capital social” (MORAES, 2003, p. 273).

5.3.2 Representações sobre o Morro Gaúcho

A segunda categoria refere-se às representações sociais sobre o Morro Gaúcho. Considera-se importante esta análise sobre as representações que são feitas do local por cada grupo, bem como seus interesses, pois isto pode justificar as razões para os conflitos existentes.

O que se observa nas falas de praticamente todos os entrevistados são manifestações de carinho pelo local. Os moradores, iniciativa privada, a ONG e os membros do poder público revelam que existe uma interação muito forte com o Morro Gaúcho, o que se reflete na construção de representações de ordem subjetiva.

Poder público

Para o poder público municipal o Morro Gaúcho é um dos principais atrativos turísticos do município, visto como um atrativo pronto, criado pela natureza à espera de ações para sua utilização, considerado “adormecido”, esperando para ser acordado.

Na fala da responsável pelo departamento de Turismo de Arroio do Meio, identificam-se três tipos de representações diferentes sobre o Morro Gaúcho. A primeira delas é subjetiva, e indica um grau de afetividade com o local. A forma como é tratado indica que o Morro Gaúcho representa mais do que um atrativo turístico: representa um “presente que nós temos”, existindo “um carinho todo especial”, pois “ele é fantástico”. Esta afetividade influencia a representação estética que o ator possui, já que considera a vista do local “tão bonita”. Além disto, ainda identifica-se uma representação ambiental/ecológica, já que existe a preocupação com o lixo no local. A representação ecológica também está relacionada à afetividade com o local.

Mas é um presente que nós temos no município. E o pessoal de Arroio do Meio também gosta bastante. Eu acho que para nós, assim, o pessoal tem **um carinho todo especial** com o morro, como eu tenho. Eu sei da importância que ele é para o município, da importância que ele pode vir a ter com o município, porque ele é um ponto turístico adormecido e nós só temos que acordar ele. Ah... e eu acho **ele fantástico**. Eu quando eu posso estou lá em **cima olhando, é tão bom, é tão bonito**,

que não adianta... eu to para ver... bom aqui na região eu acho que não tem, sabe? Eu adoro... Quando eu posso eu estou indo lá **para ver se não está sujo**, etc... [...] (Responsável pelo departamento de Turismo na Prefeitura Municipal de Arroio do Meio).

A representação social da responsável pelo departamento de meio ambiente da prefeitura se aproxima com aquela construída pela responsável do Turismo, pois também indica a existência de afetividade pelo local. Além disso, o local promove “descanso” e a oportunidade de observar a paisagem do entorno.

Ah... **eu acho lindo**, eu acho que poderia perfeitamente ser explorado assim também num **Turismo Sustentável**, digamos assim, porque **é uma pena a área ficar intocada**, eu não acho que seria legal, mas eu acho que seria interessante um uso sustentável assim dela, porque é um local assim **para ti descansar, para ti meditar, tu enxerga a paisagem, tu vê toda a paisagem do entorno**, né, é um lugar assim que **tu te sente bem**, né, neste sentido assim eu acho que seria super interessante que também... a partir do momento... e tipo assim investigar o que é que ocorre lá para ver o quanto aquilo é importante, né? (Responsável pelo departamento de Meio Ambiente na Prefeitura Municipal de Arroio do Meio).

Além da representação subjetiva, é possível identificar uma representação ecológica, pois a área poderia ser utilizada para atividades relacionadas ao Turismo Sustentável. Esta representação aproxima-se com a fala da responsável pelo Turismo, para quem o Morro Gaúcho é um atrativo “adormecido” à espera de alguma utilização.

ONG Ecobé

O movimento para a criação da ONG Ecobé surgiu a partir das saídas de campo que seus membros faziam ao Morro Gaúcho, o que despertou o interesse em preservá-lo e atrair olhares para o local. A Ecobé constrói uma representação ecológica sobre o Morro Gaúcho. A preocupação com sua preservação foi um dos fatores que iniciou o processo de instituição da APA, além do interesse em criar alternativas de renda que não agredissem o meio ambiente aos moradores locais.

A questão fundamental é justamente a **preservação** do lugar como está, né? Isso além da fauna e flora, tem... não sei se tu chegou a fazer trilhas lá para dentro, tem áreas que **tu te impressiona** com o que tem lá dentro... Mas assim, mais no sentido de atrair mais olhares para aquilo ali. Hoje eu sei que tem pessoas que tu conversa e perguntam onde fica o Morro Gaúcho, **não tem nem noção de que existe aquilo que tem um lugar como esse, com a vista que tem lá em cima**... E também, como a gente atua junto à **população** também de alguma forma a gente sempre estava pensando no morador, né, numa forma para ele... porque tu vê ali pelas propriedades que o pessoal é muito humilde. Então **seria uma forma de tu agregar alguma coisa a mais para eles e em troca eles também cuidariam**. Então não seria só a Ecobé como ONG, de alguma forma a gente até pensou em trabalhar e ter depois lá

um centro de educação lá em cima para receber turistas, né, e tentar a gente se envolver de alguma forma, né? Fazer trilhas, mas também **pensando na comunidade local** (Membro B, Ecobé).

A partir da fala do membro B da Ecobé, identifica-se uma representação estética sobre o Morro Gaúcho, que se aproxima das representações dos atores do poder público. Também é possível verificar que existe uma representação relacionada à sustentabilidade sócio-econômica e ambiental quando o membro B sugere que no Morro Gaúcho poderia haver um centro de educação para receber visitantes e, ao mesmo tempo, envolver a comunidade. Esta representação se aproxima com a visão da responsável pelo departamento de meio ambiente, quando afirma a necessidade de dar um uso sustentável para o local.

Iniciativa Privada

A fala dos dois entrevistados da iniciativa privada aponta para um encantamento, um carinho existente pelo Morro Gaúcho, o que pode ser identificado como uma representação subjetiva. Em virtude disto, estes entrevistados acreditam que é preciso manter o Morro Gaúcho preservado. O entrevistado E admite que adquiriu terras no local a fim de desenvolver um projeto turístico, onde as pessoas pudessem se engajar com a questão ambiental.

Aquele local eu acho que transmite uma **energia positiva** [...]. O Morro Gaúcho... tem **um encantamento**, é uma coisa que tu não vê em qualquer lugar. As pessoas olharem aquele paredão e sentirem uma energia positiva, isso não existe, são poucos lugares que tu vê isso [...]. E compramos com esta determinação, um projeto de médio e longo prazo visualizando exatamente esta questão de exploração do Turismo, por **causa desse engajamento da natureza**, que tu vê assim é uma coisa que chama muito a atenção (Entrevistado E).

Além da subjetividade, o entrevistado E possui uma representação ecológica, pois um dos propósitos para a aquisição de sua propriedade foi o engajamento ambiental. Além deste engajamento, observa-se uma representação construída a partir da relação homem/natureza, pois ele afirma que buscam no local o “convívio com a natureza, sossego, tranquilidade e a proximidade com os animais e plantas”. Esta é a relação primordial que contribui para a construção de uma representação subjetiva.

A subjetividade e a relação criada com o Morro Gaúcho são observadas também na fala do entrevistado C, proprietário de terras em Arroio Grande. Para ele, existem raízes criadas com o local, o que contribui para a construção de representações subjetivas, estéticas e ecológicas.

Olha tchê, **eu criei raízes aqui** já... Trabalho aqui desde 1979, adoro o Morro Gaúcho, se olhar para o lado vai **ver essas árvores floridas, árvores nativas, Guabarovú, Jacarandá, Ipê, tudo plantado por nós aqui**, porque isso aqui era tudo uma capoeirona braba, então, tudo feito pela gente... Eu por mim viria morar aqui, não vim ainda por causa de a gente tinha filhos e colégio, faculdade, aí hoje trabalho no escritório do meu pai. Mas gostamos muito daqui, para nós é o **nosso lazer, nosso sossego**. Temos dois açudes na parte de trás dos aviários e deixamos o mato tomar conta e **preservar a nossa aérea**, porque **é o maior interesse que nós temos aí** (Entrevistado C, proprietário em Arroio Grande).

Estas representações se aproximam daquelas que o poder público e a ONG constroem no que diz respeito à afetividade do local. Apesar de possuir uma representação ecológica, para o entrevistado C o interesse é na preservação de sua propriedade e não em todo Morro Gaúcho em si. Isto nos leva a identificar uma representação individualista, já que não são mostradas manifestações da preservação de todo Morro em sua fala.

Comunidade

As comunidades do Morro Gaúcho e Palmas constroem representações estéticas primitivas sobre o local. Estas estão diretamente relacionadas às representações subjetivas que fazem alusão à afetividade pelo local. Eles se consideram privilegiados por morarem em um local cercado por mato, além do lugar ser agradável, bonito e possuir uma paisagem impressionante.

Identificamos que o morador B constrói a representação estética sobre o Morro Gaúcho quando comenta que um dos locais que mais chama sua atenção no morro é a trilha que inicia em sua propriedade.

Ah... para mim mais é aquela subida ali para cima (a trilha na propriedade dele). Lá tem... **passa um arroiozinho, ali é bonito...** Se sobe uma vez ali... quantos vem ali para subir. Às vezes vem de manhã e volta de noite, tem uns que leva umas corda, eu não sei se descem lá no pedrão... Tinha uns dormindo, às vezes, numas cabanas lá em cima (Morador B).

Além disto, é possível identificar uma representação de aceitação pelo Turismo, pois existem pessoas que sobem a trilha que passa em suas terras, o que para este morador é um fator de orgulho, pois considera importante as pessoas conhecerem o local.

A representação ecológica é identificada na fala do morador H, quando comenta sobre os animais silvestres que são avistados no local. Segundo ele, há algumas décadas não se viam com tanta frequência estes tipos de animais. Além disto, ele acredita que quando não há

alimento suficiente na mata, eles procuram as lavouras e pomares das partes mais baixas do morro.

O que mais chama a atenção **são os animais silvestres**. Animais que não existiam mais e que hoje **estão voltando**. Hoje, por exemplo, eu tenho árvores frutíferas lá em casa que eu vejo **tucano** vim lá comer. Sim, tem épocas que eu acho que quando aperta no mato, que eles não tem comida, eles vem né? Então **eu acho lindo**. **Arapuã**, de manhã cedo, nós temos ali um pé de **Guabiroba**, que tem as frutinhas, tu vê ali uns 10, 15 vim comer. **Então eu acho isso uma maravilha. Os bichos que antes tu não via, agora tu tá vendo. Meus filhos** que não trabalharam na agricultura, eu tenho aviário, então eles **nem conheciam esse tipo de bicho, e hoje eles estão vendo no pátio**, isto está do lado (Morador H).

Identifica-se na sua fala uma representação relacionada às memórias do passado, o que reforça a afetividade com o local e gera em seus filhos as mesmas relações subjetivas que ele tem com o morro.

A partir das representações subjetivas, relacionadas à afetividade, os atores esperam que o local continue sendo preservado, além de verificarem a necessidade de sua maior valorização, para que outras pessoas também possam usufruir as belezas naturais. Esta preocupação é refletida numa representação ecológica construída por estes moradores. No entanto, delegam a responsabilidade de preservação para a gestão pública. Neste sentido, não se observa um engajamento direto dos moradores na questão ambiental. Isto também pode ser percebido na fala abaixo, quando o morador F afirma que a prefeitura não faz a divulgação necessária do morro.

Que um dia tenha mais condições para o **peessoal de fora vim olhar o morro**, que a **prefeitura divulgue mais o morro** né, que dificilmente tu escuta alguma coisa do Morro Gaúcho, né? (Morador C).

Dois moradores que residem no Morro, afirmam que, apesar da beleza estética do local, existem dificuldades em viver em áreas como Morro Gaúcho, devido à existência de leis que impossibilitam que executem certas ações. Um deles alega a dificuldade em sustentar sua propriedade, principalmente no que se refere à construção de espaços ou a derrubada de algumas árvores. Isto pode ser verificado nas falas abaixo:

O lado positivo dele é que **é um lugar bonito**, eu que moro aqui acho que é um lugar bonito, moramos num **lugar privilegiado com tanta natureza**. E o outro lado, é o lado negativo. Assim, hoje nós temos terra e fica cada vez mais **difícil para construir alguma coisa** (Morador H).

As leis, como é que vou te dizer, **não deveriam ser tão rigorosas neste lugar para o desmatamento**. Como é que eu vou dizer, por **derrubar uma capoeira, por qualquer pezinho de Angico**, qualquer coisinha que é derrubada para construir alguma coisa **não se pode...** Se tu quer **abrir uma areazinha** que tenha alguma coisa para plantar, alguma coisa para comer, não pode porque não pode derrubar nenhum pezinho. Esse que é o **pior problema que tem**. Isto deveria ser considerado pelas lei, né? Como é que eu vou dizer, pelo Ibama, por essas coisas. Isso é muito rígido a lei (Morador D).

As falas acima indicam uma representação relacionada aos obstáculos das leis. Para estes moradores, as restrições por viverem em áreas de preservação permanente (APP), pela proximidade do rio, dificultam o manejo das propriedades. O morador H relatou que foi multado por derrubar uma árvore de Eucalipto próximo do Rio Taquari, mas dentro de sua propriedade. Segundo ele, a árvore deveria ser derrubada, pois estava obstruindo o acesso à propriedade. O órgão que aplicou a multa alega que foi derrubada uma árvore em área de preservação permanente (APP). A partir de acontecimentos como estes, as representações ecológicas para estes moradores se tornam diferentes. Observa-se que predomina mais o interesse pelo direito de uso da propriedade da terra do que a representação relacionada à sustentabilidade ambiental, representação também construída pelo entrevistado C. Estes moradores se sentem ameaçados e prejudicados em virtude da aplicação de leis ambientais. A representação ecológica é mais forte entre os moradores de Palmas, e de defenderem que deve haver a preservação do Morro Gaúcho. No entanto, vivem mais afastados do local e não convivem com o tipo de situação relatada pelo morador H, que tem propriedades nos arredores do Morro.

No que diz respeito a ações efetivas no Morro Gaúcho, o prefeito municipal afirma que ainda não foram realizadas, pois o município precisa contar com um empreendedor que se engaje no desenvolvimento do local. Para o prefeito, a prefeitura fez a sua parte ao ter licenciado o lixão, transformando o local em uma estação de transbordo.

[...] aí tem que se ter **um empreendedor que vai, que ia assumir isso**, né? Então acho que muito em **função disso até hoje nada aconteceu de fato**, de forma prática, né? **O município está procurando fazer a sua parte**, talvez que logo na entrada nós tinha aquele lixão e hoje já não tem mais, agora tem uma estação de transbordo, mas dentro das normas da Fepam, a empresa que está fazendo que é a Conesul está sendo fiscalizada, então hoje, para quem passa lá já, já terminou, então, com aquela imagem de **lixão**, então eu acho que isso foi **um passo importantíssimo** que foi dado (Prefeito Municipal de Arroio do Meio).

A fala acima explicita uma representação política, quando são informadas as ações já realizadas pela prefeitura no local, no entanto, justificando o porquê de que “nada aconteceu

de fato, de forma prática”. O prefeito admite que existe certo mal-estar porque a prefeitura não investe em infra-estrutura no local. Quando refere-se à iniciativa privada não fala em parceria, mas como ator principal do Turismo no Morro Gaúcho.

A gente se sente um pouco mal porque não tem nada para apresentar, além então, da vista que se tem o local. Então, o que nós realmente **precisaríamos de empreendedores**, tá? (Prefeito Municipal de Arroio do Meio).

A fala acima reflete a transferência da função de desenvolver o Morro Gaúcho para a iniciativa privada, já que a prefeitura não vem realizando nenhum trabalho no local, apesar do reconhecimento do potencial turístico do Morro.

As agências de viagens verificam a inexistência de infra-estrutura para o Turismo no Morro Gaúcho. Para estes atores o local representa apenas um atrativo turístico que precisa melhorias para se adequar à visitação turística.

Ter um restaurante, tem que ter banheiro, tem que ter acesso, tem que ter pessoas que oferecem souvenirs do lugar, fotos, ‘n’ coisas que tem que ser feitas [...] Para começar, nem devia deixar ninguém subir lá em cima.. Tem que ter alguma coisa, quer comer alguma coisa, tem que ter lixo, o certo seria pegar e **asfaltar até lá em cima, fazer um estacionamento amplo, onde um ônibus consegue fazer a volta, fazer restaurante, fazer banheiro, fazer uma infra-estrutura toda**, né? (Entrevistado B, agência de viagens de Arroio do Meio).

Esta fala reflete uma representação sobre o Turismo de Massa. O proprietário da empresa, não reconhece que existe potencial para se trabalhar o Ecoturismo no Morro Gaúcho, onde é possível a utilização do local sem descaracterizá-lo. Existe uma representação anti-ecológica na fala deste entrevistado, já que para ele é necessário “asfaltar” a estrada para que um ônibus possa fazer o retorno. As condições da estrada, em algumas situações, são precárias, no entanto, não é necessário asfaltá-la para que tenha condições de trafegabilidade.

As falas analisadas a partir das representações construídas sobre o Morro Gaúcho apontam para ligações com a história de vida destas pessoas, que sempre tiveram um convívio muito próximo com o local. Entre os moradores entrevistados, praticamente todos nasceram ou vieram, ainda crianças, morar no Morro Gaúcho, o que oportunizou que se criassem raízes com o local. Neste sentido, Abric (2000) afirma que as representações reestruturam a realidade para permitir a integração das características objetivas do objeto, das experiências anteriores do sujeito e do seu sistema de atitudes e normas, o que permite a um indivíduo ou

grupo dar sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências. Os sistemas de referenciais dos atores sociais apontam para a importância da preservação do Morro Gaúcho, o que pode ser percebido através das representações subjetivas e ecológicas construídas por eles. Segundo o autor, as representações sociais funcionam “como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu meio físico e social e vai determinar seus comportamentos e suas práticas” (ABRIC, 2000, p. 28). A pesquisa de campo apontou que as relações estabelecidas entre o Morro Gaúcho e os atores sociais são fortes, o que leva a diferentes representações sobre a preservação no local. No entanto, são observadas interações possíveis entre os atores sociais para o desenvolvimento do Turismo, com o fortalecimento do capital social entre os envolvidos.

Numa aproximação com a formação do campo turístico no Vale do Taquari, se observa que a questão ambiental é relevante nas discussões entre os atores sociais, o que é evidenciado quando existe uma área como o Morro Gaúcho, com potencial para a exploração turística e a possibilidade de dar um uso sustentável ao local. A relevância da questão ambiental tratada a partir das representações dos atores sociais também indica a existência de uma identidade que precisa ser trabalhada e desenvolvida, a fim de promover o desenvolvimento regional.

O cenário desenhado pela questão ambiental no Morro Gaúcho oportuniza um espaço de debate no meio social para a cidadania, entendida, segundo Loureiro (2005) como a oportunidade para dar significado ao pertencimento do indivíduo a uma sociedade. Acrescentar-se-ia a noção de que a cidadania ambiental estimula o pertencimento do indivíduo também a locais como o Morro Gaúcho. Neste caso, ainda não se identifica, com clareza, a existência da cidadania ambiental, mas se observam algumas características que podem ter como resultado a ação conjunta dos atores sociais em prol do desenvolvimento sustentável.

5.3.3 Representações sobre a APA

A terceira categoria de representações sociais analisada está relacionada à tentativa de tornar o Morro Gaúcho uma (APA). Conforme já abordamos este movimento teve início entre 2002 e 2003 e influenciou os moradores locais, além de envolver a ONG Ecobé e a Prefeitura Municipal de Arroio do Meio. Nas entrevistas realizadas, este assunto surgiu

espontaneamente, já que ainda traz lembranças para os moradores locais. Quando questionados alguns atores alegaram não se recordar sobre o que aconteceu, em virtude do passar do tempo. Identificam-se representações diversas sobre a APA.

O poder público municipal esteve presente na iniciativa de criação da APA desde o início do movimento, apoiando a idéia que partiu da Ecobé na preservação do Morro Gaúcho. Aos poucos a participação da prefeitura se tornou menos expressiva, até que deixou de apoiar o movimento. Para a responsável pelo departamento de Meio Ambiente o fato foi mal conduzido no começo e quando surgiram os primeiros conflitos com a comunidade local o poder público se retirou. Quando questionados sobre os planos da prefeitura em relação ao Morro Gaúcho, a responsável pelo departamento de meio ambiente de Arroio do Meio informa que existe a idéia de se retomar a APA, porém em outras circunstâncias. A idéia do departamento é transformar, num primeiro momento apenas a área que pertence à prefeitura, para num segundo momento verificar como se trataria o restante do morro. Esta idéia é baseada na possível restrição do uso da área, conforme pode ser observado na fala abaixo:

Porque essa preocupação que os agricultores têm, nós também temos, **tu vai restringir o uso das áreas circunvizinhas, e de que forma essa gente vai se manter, né, porque, é num raio de 10km**, se tu avaliar pega a cidade toda. Então assim, tem aquele lado a gente tem muita vontade de fazer, mas aí nós também temos receio quanto a isso, porque depois que transformou, tá transformado, embora muitas áreas foram transformadas unidades de conservação no papel e na prática a gente sabe que não tem nada de unidade de conservação. Mas a gente não queria que isso acontecesse lá. Se for transformado numa APA que realmente seja APA e tenha função de APA. Então, tem sempre os dois lados, né? **E a gente já foi em vários eventos que incentivam a criação dessas unidades que fala disso, que tem tantos recursos disponíveis, os municípios não pegam porque não querem.** Mas no fundo, é porque todos têm esse receio, né, porque pode ser um gol contra (Responsável pelo departamento do Meio Ambiente de Arroio do Meio).

A fala acima indica insegurança por parte da prefeitura em retomar a questão, já que envolve o município como um todo, o que exigiria mudanças locais para a adequação das condições ambientais à legislação prevista para uma área de preservação, além de novos conflitos com os moradores locais.

Em sua fala identificamos uma representação econômica quando comenta que existem recursos disponíveis para a criação de áreas de preservação. Segundo ela, com a duplicação da BR 386 haverá a liberação de recursos para a aplicação em unidades de conservação na

região. O Vale do Taquari não possui unidades de conservação com estas características, e neste sentido, esta poderia ser uma alternativa para o município ser beneficiado.

Porque na região, não tem nada. **Não tem nenhuma APA** e agora fala-se muito na **duplicação da 386**, esse trecho provavelmente vai ser duplicado, **só dali vai ter um dinheirão disponível** para isso porque o **dinheiro** destas obras de maior impacto eles devem ser aplicados em unidades de conservação (Responsável pelo Departamento de Meio Ambiente de Arroio do Meio).

A utilização de recursos federais destinados para a aplicação em unidades de conservação pode ser uma alternativa para indenizar os proprietários de terras e realizar ações de cercamento da área e investimentos em estudos sobre o local. No entanto, a intenção da ONG ao criar a APA, apoiada pela prefeitura, era o uso sustentável do local de forma a beneficiar os moradores.

Neste sentido, a Ecobé buscava implantar um tipo de unidade de conservação em que os moradores pudessem sustentar suas propriedades e diversificar as formas de exploração através do plantio de vegetais sem agrotóxicos ou através do Turismo. A Ecobé mostrava que era possível usar formas de exploração sustentável do local. A ONG realizava visitas às propriedades onde os membros da ONG orientavam sobre o plantio árvores, além de conscientizar sobre o corte e poda e a substituição de agrotóxicos por adubos orgânicos.

Apesar desta iniciativa, existiam questões que não estavam esclarecidas sobre o assunto, tais como a categoria de unidade de conservação que se buscava implantar. Em virtude desta falta de esclarecimento e da resistência por parte alguns moradores, o movimento se tornou secundário para a Ecobé. Cabe salientar, porém, que esta idéia não foi descartada pela instituição.

Não se observa um consenso no que diz respeito às representações sobre a APA, sendo que existe uma divisão entre os moradores e a iniciativa privada. Segundo observações levantadas, os moradores que residem em Palmas são favoráveis à implantação da unidade de conservação, enquanto que os moradores de Arroio Grande mostraram-se contra. A mobilização dos moradores de Arroio Grande interferiu na decisão dos moradores do Morro Gaúcho, cujas propriedades chegam até o topo do Morro. Essa troca de informações sobre a APA bem como as influências simbólicas que alguns moradores exerciam sobre os demais, oportunizou a construção de representações distintas.

O entrevistado E que adquiriu sua propriedade com fins de exploração turística é favorável à APA. A representação que ele constrói é ecológica, pois verifica a necessidade de preservar o Morro Gaúcho. Segundo ele, esta ação já deveria ter acontecido. Além da representação ecológica, existe uma representação econômica sobre o Turismo. Para o entrevistado E, existe o interesse em explorar comercialmente o Ecoturismo no local, e neste sentido, a instituição da uma APA pode valorizar seu negócio.

O entrevistado C, de Arroio Grande, é contrário, pois constrói uma representação econômica e de legalidade. Para ele, as restrições impostas por esse tipo de área iriam prejudicar a sustentabilidade de seu negócio, além de ameaçar o manejo da terra.

Participei. **Eu fui contra**, nosso lado todo aqui foi contra, nós fizemos um abaixo-assinado para que não saísse isso aqui no Morro Gaúcho, porque **não é de nosso interesse**. Cada vez que o cara quer roçar o terreno ele precisa pedir uma licença, para limpar o pátio da casa da gente, né? Eu planto tanta árvore aqui, se eu precisar derrubar uma, eu me sinto no direito. Uma que sou proprietário e outra que eu não tenho que pedir licença para ninguém. Então foi assim que nós nos posicionamos. Aceitamos tudo o que vem para nos ajudar, mas **o que vem para nos atrapalhar no nosso serviço eu acho que não tem um porquê**. Nós não tínhamos a necessidade disso aí (Entrevistado C, proprietário em Arroio Grande).

O fator que contribui para este ator se posicionar contra o momento é a atividade econômica exercida em sua propriedade. Neste sentido, a APA representava uma ameaça, pois considerava que seria prejudicado na manutenção de seu negócio. Para o entrevistado C, não foram esclarecidas adequadamente todas as implicações da APA, o que oportunizou a construção de representações de perda e insegurança.

A abordagem foi feita de uma maneira não muito... **não foram ditas todas as verdades**, nós tivemos que pesquisar, para dizer até no início nós éramos favoráveis, mas **quando a gente foi ver bem a fundo o que significa isso aí, nós achamos que tentaram nos enganar** com essa proposta deles. Foi uma proposta muito macia pelo que representa, na realidade, uma APA. Então, nós não quisemos isso, nos tornar propriedade pública, ninguém tem o direito de **se adonar do que é dos outros**, então foi uma coisa que para nós pesou muito, e as pessoas que tinham consciência, trabalhamos contra (Entrevistado C, proprietário em Arroio Grande).

A partir das representações criadas sobre a APA, gerou-se uma desconfiança que afetou o capital social que estava se formando nesta comunidade especificamente em relação a este tema. A falta de informações sobre as implicações de uma APA por parte da ONG e do poder público, provocou a construção de representações de insegurança aos moradores locais. Para alguns deles, na unidade de conservação seriam soltos animais selvagens, sendo que não

poderiam se defender, já que a legislação proíbe o abate de animais silvestres, além da possibilidade de limites sobre o uso da terra. No entanto, conforme a lei federal 9.985 de 18 de julho de 2000, as APAs são constituídas por terras públicas e privadas, sendo que em áreas privadas, o proprietário estabelece as condições de pesquisa e visitação do público. Neste sentido, não existe a desapropriação da terra, mas um uso limitado que visa proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais. Nos dois fragmentos que seguem se expressam os medos dos moradores.

Daqui a pouco nós vamos apoiar montar o Morro Gaúcho, tudo bem, aí o que vai acontecer? **Vão trazer animais para cá**, vão fazer isso, tudo a favor. Assim, eu sou um cara que gosta de natureza, que aprecia, mas eu acho que tu também tem que ter teu direto [...]. Porque **os bicho do mato que eles estão tocando**, colocando, eles vêm para fora e come tudo. Porque os macacos já vem até nas roças ali perto de casa, porque ninguém mais pode derrubar mato, ninguém mais pode fazer nada (Morador H).

Daqui a pouco **vão levar animais** lá para dentro. Qual o tipo de animal que vão largar? [...] Uma área de preservação, eles teriam que cercar a área para **botar os bicharedos e coisas**. Por que senão **ninguém mais é dono da sua própria casa**. Porque a terra é dos moradores. **A terra cada um tem seu dono**. E se fazem uma área preservativa, ninguém é mais dono da sua própria terra. Porque se eles querem fazer um Turismo no Morro Gaúcho é outra coisa, mas ocupar as áreas das terras que pertencem aos moradores, já é outra coisa. Ou eles teriam que indenizar os proprietários ou teria que cercar uma área e comprar. Porque assim, usar a terra dos colonos, e vai lá, isso é invasão (Morador D).

As falas dos moradores H e D identificam a representação sobre a insegurança e a perda da propriedade. No entanto, conforme a lei, o direito de propriedade é garantido em áreas privadas. Machado (2005) complementa que o órgão administrador da área pode estabelecer as normas e restrições de uso da área, mesmo dentro de propriedades privadas. E se houvesse uma restrição de uso para os moradores do Morro Gaúcho, haveria a possibilidade de trabalharem o Ecoturismo. Pode-se elucidar a questão do uso de unidades de conservação a partir da experiência da Ilha do Mel, localizada no Paraná. Visando a preservação das belezas naturais do local, em 1992, durante a ECO 92 a ilha foi elevada à condição de Reserva da Biosfera, e sua administração foi direcionada para o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). A criação da Reserva da Biosfera implicou em algumas restrições para a conservação do patrimônio, tais como a limitação do número de visitantes, a proibição de carros na ilha, além de um cadastro de todos os visitantes que chegam ao local. Apesar das restrições, a Ilha do Mel é um destino turístico, e a comunidade tem no Turismo uma de suas principais fontes de renda. No entanto, as características culturais dos nativos continuam sendo mantidas.

A representação sobre os animais selvagens refere-se a um boato que surgiu quando um morador relatou que havia sido largado um tamanduá-bandeira machucado nas imediações do Morro Gaúcho. Este animal estaria vivendo no local. Conforme relataram outros moradores, existem animais silvestres no Morro Gaúcho, tais como macacos, tucanos e quatis. No entanto, são animais que não ameaçam a segurança dos residentes. Estas representações refletem a falta de informação por parte da ONG, prefeitura municipal e dos moradores no que diz respeito ao levantamento da flora e fauna existentes no Morro Gaúcho e sobre como tornar público os tipos de espécies que habitam o local. O morador H relata a falta de clareza sobre as implicações da APA.

Essa é a maior preocupação minha e de todos. Vai ter preservação ambiental, certo, **eu acho que a maioria concorda**, ninguém aqui vai pegar a motosserra a moda louco e vai começar a derrubar árvores. Só que daqui a pouco, **a preservação ambiental o que é que é?** Não pode mais mexer, daqui a pouco eles vão dizer, ali passa a divisa, até aqui é a preservação ambiental. Sim, eu tenho 8 hectares de terra e daqui a pouco 6 vai ser preservação ambiental e daí? Esse é o grande problema, que **tá todo mundo preocupado, o que é que é, até onde vai e quais são os direitos que nós vamos ter**, porque hoje é assim, direito tem para todos, mas nós não temos mais. Se eu mexer numa vertente, eu me complico. E assim, tem a prefeitura, porque eles não botam um órgão que quer fazer um projeto ambiental ou alguma coisa, eles podiam incentivar neste sentido, para uma empresa tem, para nós agricultor não tem. Eu acho que **a questão não tá clara**. Porque ninguém sabe ao certo o que é ou o que vai acontecer (Morador H).

Os moradores A e E participaram do processo de instituição da APA, e foram escolhidos líderes da comunidade de Palmas. Segundo o morador E, a falta de informação era em virtude dos residentes do Morro Gaúcho serem “ignorantes”, o que explicita também a forma como os moradores se representam entre si, dentro da comunidade.

Eu acho o seguinte, o pessoal é meio **ignorante, eles era colono**, eles achava que eles tava perdido, que a terra não ia mais ser dele, então eles até fizeram assinatura, porque nós tinha reunião toda semana (Morador E).

Os moradores A e E informaram que as reuniões eram abertas à comunidade. Segundo eles, houve pouca participação da população local, sendo que apenas no último encontro compareceram mais pessoas. Neste sentido, é compreensível que a maior parte dos moradores fosse contra, pois as representações construídas se basearam no discurso de pessoas influentes, contrárias a APA. Apesar dos moradores serem favoráveis à preservação ambiental, a comunidade local não manifestou interesse em participar dos encontros. As reuniões ofereciam-se como espaços de construção de cidadania, onde teriam mais informações sobre a APA, além de uma oportunidade para fortalecer o capital social. Neste

sentido, observou-se que apesar da iniciativa, o Ecoturismo e a APA ainda não fortaleceram o capital social no local.

Os moradores de Palmas entendiam que a comunidade não perderia suas terras. O morador E referiu a possibilidade de criação de um selo de qualidade para os produtos produzidos no local. As representações dos moradores que participaram ativamente na implantação da APA apontam para um nível mais aprofundado de informação em relação aos demais moradores, pois entendiam que a unidade de conservação daria outro uso para a área.

O morador A, que também participou da implantação da APA, conta que eram realizadas visitas às propriedades para conscientizar os moradores e ensinar novas alternativas de uso e manejo da propriedade, que não eram conhecidas. Estas novas informações e conhecimentos foram bem recebidos pelos moradores, no entanto, sob influência de pessoas com maior poder econômico, acabaram se posicionando contra a APA, conforme mostram os depoimentos abaixo:

Eu até me admiro que não foi mais para frente essa historia de se criar a APA, **porque isso ia ser uma coisa boa**, ia ser uma maneira de eles **ensinar os agricultores a se manter através de uma... ia ser uma área sustentável**. Se tu cortar isso, tu mostra ali. Até eles adoravam, porque a gente ia na casa dos agricultores, vinha... mas eu não me recordo, isso faz tanto tempo, vinha um cara... um era de Porto Alegre eu acho, e a gente ia na casa deles e ensinava outras coisas que eles poderiam plantar que eles nem se imaginavam, e eles estavam adorando, sabe, só que como os maiores achavam que não poderiam mais produzir, largar esterco na valeta... Eles viram que eles podiam continuar a fazendo, só que de uma maneira que não se perdesse nada. Eles viram que dava certo (Morador A).

Não deu certo porque justamente duas pessoas que... **essas pessoas que hoje estão bem, bem de vida**, falaram não, a gente **não pode concordar com a APA por que nós não vamos mais produzir nada**, vocês não vão mais poder vender os animais de vocês, porque vocês não vão mais poder cortar uma árvore, porque vocês não vão mais poder fazer nada” (Morador A).

A APA gerou representações diversas. A comunidade de Palmas mostrava-se favorável à APA, já que a unidade de conservação não atingiria diretamente seu cotidiano. Por outro lado, os moradores do Morro Gaúcho, cujas terras seriam totalmente incluídas na área de preservação, se mostraram contrários, devido às restrições de uso e manejo da terra. Apesar da realização de reuniões e visitas a estas propriedades, o discurso do grupo dominante economicamente teve maior influência sobre estes moradores, o que culminou com um abaixo-assinado que estagnou o processo de implantação da APA. Observa-se que a

discussão em torno da APA revelou-se um espaço de conflito sócio-econômico entre estes moradores, na disputa pelo poder, para que os interesses do grupo dominante continuassem a ser mantidos. No entanto, a APA oportunizaria melhores condições de vida para aquelas pessoas que não têm o domínio econômico no local.

Segundo Moscovici, “classes dominantes e dominadas não possuem uma representação igual à do mundo que elas compartilham, mas o vêem com olhos diferentes, julgam-no de acordo com critérios específicos e cada um faz isso de acordo com suas próprias categorias” (2003, p. 87). A representação criada pelo grupo dominante e dominado no que diz respeito à APA possui diferenças devido as categorias que estes grupos têm para formar suas representações sociais. No entanto, cabe ressaltar que o pensamento do autor é questionável, já que se pode observar também indivíduos de grupos dominados com olhares dominantes e que criam categorias de representações que se aproximam dos interesses dominantes.

A partir das representações sobre a APA, observa-se a intenção de um grupo em promover um processo de mudança, no que diz respeito à utilização de uma área de valor ecológico que visa ser preservada. No entanto, conforme comenta o autor,

A modificação social não pode ser apenas vista em termos de técnicas e controles ambientais. Há sempre os dois fatores nela, que são os que iniciam as mudanças e os que estão na situação de recepção destas mudanças. Juntos, eles constituem um sistema de relações intergrupais, com suas características especiais. Este é um sistema de interações dinâmicas, em que cada uma das partes age sobre a outra. Além disto, a resistência a mudança é um ingrediente necessário a toda mudança, não é um fator abstrato ou casual e deve ser considerado como uma consequência da situação social (MOSCOVICI, 2003, p. 122).

Uma das razões pelas quais a APA não foi implantada pode ter sido o fato do processo ter sido apenas técnico, não levando em consideração o que comenta o autor, que existe também o lado pessoas que recebem a mudança. Conforme o autor, “as pessoas aceitam acima de tudo, aqueles fatos ou percebem aqueles comportamentos que confirmam suas crenças habituais” (MOSCOVICI, 2003, p. 168). Neste sentido, percebe-se que os aspectos culturais não foram considerados por parte da Ecobé e da prefeitura municipal de Arroio do Meio na implantação a APA no Morro Gaúcho. Um estudo das crenças e comportamentos habituais dos moradores poderia contribuir para o entendimento das representações construídas sobre a questão ambiental, especificamente sobre a APA.

A partir do estudo das representações sobre a APA foi possível identificar algumas características, que podem ser levadas em conta na formação do campo turístico no Vale do Taquari. O campo turístico corresponde a um conjunto de relações sociais e experiências que configuram este universo social, o Turismo. Neste sentido, os conflitos existentes na questão da APA, também podem ocorrer em relação à instituição de projetos turísticos, já que as representações sobre a atividade não são homogêneas. Consideramos o investimento em informação ambiental, em processos comunicacionais amplos com todos os atores envolvidos, e o estímulo ao fortalecimento do capital social como fatores de maior relevância para a formação do campo turístico, pois contribui para a construção de um *habitus* específico, baseado nas características sócio-culturais e ambientais do Vale do Taquari, além de facilitar as relações entre os atores sociais a partir de espaços de cidadania.

A instituição da APA, conforme previa a ONG, seria uma oportunidade de estimular o capital social entre a comunidade residente do Morro Gaúcho, já que seus objetivos incluíam um uso sustentável do local, além de ensinar novas técnicas de manejo das propriedades e trabalhar o Ecoturismo. No entanto, devido ao baixo grau de capital social nesta comunidade, houve pouca participação, o que indica uma passividade no que diz respeito à mudança social e a pouca confiabilidade dos atores sociais entre si. Além disso, a metodologia de interação com a comunidade demonstra ter gerado mais incertezas que compreensão sobre o tema em debate, o que está relacionado com a sobrevivência de cada morador/agricultor das proximidades do Morro Gaúcho.

Neste sentido, a ausência do poder público como articulador das relações entre a ONG e a comunidade pode ter sido outro elemento que contribuiu para a confusão que a tentativa da APA gerou.

As representações sobre a APA também indicam a necessidade de investimentos em informação e comunicação para e entre os atores sociais. A experiência do Morro Gaúcho aponta para a falta de esclarecimentos por parte de todos os atores sociais sobre as implicações de uma área de preservação, o que culminou com conflitos entre os atores. Segundo Moscovici existem três modelos propostos para o desenvolvimento e circulação de conhecimento dentro da sociedade:

- 1) Difusão através do contágio.
- 2) Propagação de idéias através da imitação. Aceitar uma opinião ou informação e torná-la minha, significa imitar e imitar é repetir, reproduzir em si mesmo o que apareceu em algumas mentes [...].
- 3) O terceiro modo é o da conformidade. De acordo com ele, o surgimento e a desaparecimento de idéias não dependem de serem evidentes ou absurdas, mas da conformidade e do grau de oposição que elas enfrentam, dependendo da sua concordância, ou discordância, com as idéias adotadas pela maioria, ou pela autoridade (MOSCOVICI, 2003, p. 352).

No estudo das representações sociais sobre a APA, se observaram são modos de imitação da informação e de conformidade. Neste sentido, a partir do processo de ancoragem e objetivação, alguns moradores construíram representações que foram reproduzidas entre os demais atores sem haver uma oposição à idéia, o que influenciou, pela conformidade, a maior parte dos moradores a se tornarem contra o movimento.

Nestas condições de espaço de conflitos sociais, verifica-se a necessidade de trabalhar o capital social. Este pode ser estimulado através do Ecoturismo e da educação ambiental, quando estimulam ações de confiabilidade dos indivíduos entre si, dos grupos e dos demais atores, além de promover uma valorização da identidade local.

5.3.4 Representações sobre questões ambientais

Uma quarta categoria de representações sociais analisada foram aquelas construídas pelos atores sobre a questão ambiental. Estas questões não foram diretamente colocadas aos entrevistados, mas surgiram espontaneamente ao longo das conversas. Neste sentido, não são todos os atores que apresentam esta categoria de representações. A análise destas representações se torna relevante já que o presente estudo também inclui a questão ambiental.

O entrevistado C considera que deve haver bom senso na relação do homem com o meio ambiente, porém, constrói uma representação baseada no antropocentrismo quando considera que em primeiro lugar deve vir a preservação do homem e do direito de produzir, ficando para um segundo momento a preservação da natureza.

Eu acho que tem que existir **um bom senso**, nós temos que **preservar primeiro o homem, a família, o direito da pessoa produzir** o que quiser, e **depois sim preservar a natureza** e tal. Eu acho que é uma coisa empregada na outra, só **que a primeira proposta de preservação é para a raça humana**, eu acho, produção de alimentos... (Entrevistado C, proprietário em Arroio Grande).

Neste mesmo sentido, alega que é preciso haver preservação ambiental, porém, dando direito às pessoas que vivem da terra de se manter. No entanto, na fala do morador H, identifica-se também uma representação ecológica quando ele considera que as duas coisas devem “viver em paz”.

Só eu acho assim, eu acho que **todos os moradores são a favor do meio ambiente**, a consciência é o meio ambiente, hoje qualquer preocupação é a água e verde, né? Só que tem uma coisa assim, não adianta nós plantar árvores e matar os colonos, acho que **as duas coisas tem que viver em paz** (Morador H).

A partir das representações acima é possível compreender que o lado de Arroio Grande tenha sido contrário à implantação da APA, pois a base de crenças e valores que formam as representações sociais é fundada num pensamento antropocêntrico, em que o lado ambiental vem em segundo plano. Esta representação influenciada pela dominação simbólica do grupo economicamente dominante de Arroio Grande oportunizou a construção destas representações entre moradores do Morro Gaúcho, já que estas pessoas convivem com as dificuldades da vida no campo. A partir da representação antropocêntrica, o entrevistado C fez uma crítica à criação de leis, pois alega que as pessoas as criam sem realmente conhecer todas as suas implicações.

Eu acho que existe um pouco de **falta de bom senso** nessa coisa de preservação. Preservar, com certeza, cada vez mais, só que tem que existir bom senso. Pessoas **criam leis sem realmente conhecer** o que envolve tudo, criam leis para não serem cumpridas, esta é a palavra certa (Entrevistado C).

O entrevistado C expressa os interesses que possui no local, já que seu negócio envolve questões ambientais. Por outro lado, o morador E possui uma representação sócio-ecológica sobre o meio ambiente. Para ele, é muito bom que a natureza esteja se recompondo no Morro Gaúcho, pois isso traz de volta animais silvestres que não eram vistos há décadas no local. Segundo ele, houve uma evolução na sua forma de ver a questão ambiental, a qual está baseada nas representações ecológicas construídas ao longo de sua vida.

É... eu assim, como **eu nasci aqui e me criei aqui**, eu valorizo muito, até quando eu olho aquele buraco, me dói. Eles não podia fazer isso. Apesar que **a minha cultura foi de destruir. Era derrubar mato, era cortar pedra, era matar passarinho, mas com o tempo, com esse negócio que tá dando agora, de natureza, a questão de faltar água, efeito estufa e essas coisas, então se eu vejo um passarinho manco ou coisa assim me dói, eu tenho que ir lá, cuidar, eu nem mato, né...** Hoje eu trato os bichinho na minha casa, e uma vez não, era pedrada, matar... Então assim, é uma evolução com o mundo como existe hoje eu me... Em cima disto, eu

sei que tem gente caçando tatu, colocando em gaiola, então é uma coisa que me dói... (Morador E).

Também é possível identificar em sua fala uma representação solidária no que diz respeito às formas de vida, que pode ter sido influenciada pela mídia na divulgação das questões ambientais. Na última década, muito tem se ouvido falar nos meios de comunicação sobre a questão ambiental, principalmente, sobre a falta de água e o efeito estufa. Neste sentido, observa que os discursos, crenças e representações decorrem de outros discursos e algumas representações são elaboradas antes de nós e derivadas delas (MOSCOVICI, 2003.).

As representações do entrevistado C e morador H se aproximam de uma racionalidade econômica e antropocêntrica evidenciada pela preservação da raça humana. Neste sentido, existe uma representação de apropriação do meio ambiente como um bem que pertence a estas pessoas, pois está localizado dentro de suas propriedades. É necessário, portanto, quebrar este paradigma e caminhar no sentido de um saber ambiental, que, segundo Leff, “gera novos princípios, valores e conceitos para uma nova racionalidade produtiva e social, e projetos alternativos de civilização, de vida e desenvolvimento” (LEFF, 2001, p. 151).

Os novos princípios, valores e conceitos da racionalidade ambiental podem ser estimulados através do Ecoturismo quando este fortalece as interações entre os atores a partir do capital social e se evidencia a importância da preservação ambiental. Neste sentido, a educação ambiental torna-se aliada do Ecoturismo no que diz respeito à formação da cidadania ambiental, a fim de contribuir para a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades no desenvolvimento sustentável.

5.3.5 Ecoturismo, representações sociais e sustentabilidade: possibilidades a partir das observações no Morro Gaúcho

O estudo sobre as representações sociais apontou para se investir em informação e educação ambiental a partir de uma base cultural e não técnica, a fim de sensibilizar os atores para a sustentabilidade a partir de uma percepção que valorize todas as formas de vida (biocêntrica).

No pensamento ocidental, guiado a partir de uma lógica capitalista, o homem não percebe como interfere no ambiente natural. O pensamento antropocêntrico, surgido há

milhares de anos, a partir de um rompimento com a natureza e as influências históricas e culturais levou à crise ambiental.

A educação ambiental, neste sentido, é um instrumento para a construção de novas relações entre a sociedade e natureza quando propõe capacitar para a ação responsável os agentes sociais, através da reflexão crítica da realidade, a fim de perceber a amplitude da problemática ambiental. Sua capacidade de reprodução se dá dentro da sociedade, por ser uma estratégia de socialização e formação de indivíduos, grupos e instituições, através de um processo emancipatório comprometido com a renovação cultural, social, política e ética.

A educação ambiental encontra no Ecoturismo um meio de promover a consciência ambiental através das viagens, e de criar oportunidades para novas formas de pensar e agir que garantam uma experiência transformadora, isto porque o Ecoturismo oportuniza vivências que vão além do alcance das explicações, já que aproxima o ser humano do meio ambiente (MENDONÇA, 2005).

Segundo Loureiro, a educação ambiental (EA) é uma

práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e da atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente (2005, p. 69).

A EA deve ser trabalhada pela sociedade civil, para que atue em processos coletivos de pressão para o fim da centralidade e da desigualdade, para agir em mudanças cognitivas, sociais e afetivas. Neste sentido, estimula relações sociais e pedagógicas a partir do senso crítico e da consciência política, pois resulta no compromisso e respeito consigo, com o outro e com a vida. Deste modo, requer a mudança do estilo de vida. A mudança de atitude parte não somente do princípio prático, mas também ideológico, já que faz crítica aos modelos dominantes de poderes econômicos e políticos e se torna uma oportunidade de construção de novas formas de ser, pensar e conhecer que compõem um novo saber (CARVALHO, 2005; LOUREIRO, 2005; SATO, 2005).

O Turismo se insere neste contexto, quando propõe, através do Ecoturismo, uma oportunidade para apreender as relações existentes entre o homem e a natureza, unindo prática e teoria à questão ambiental. O aspecto prático se refere às viagens, ao ato de sair do ambiente cotidiano e se deslocar a lugares desconhecidos. O teórico é entendido como a troca de informação durante as viagens, visando à compreensão das relações entre o homem e ambiente. Desta maneira, as viagens se tornam práticas de pedagogia ambiental, inovando na forma de relação entre pessoas e a natureza. Para Neiman (2005), é possível a realização de viagens gratificantes, em que o visitante vivencia a desfragmentação do seu universo para interagir com a natureza de modo íntegro, ao se sentir um agente ativo da mudança e propagar este espírito.

Entre as correntes existentes no campo da educação ambiental, tais como a naturalista³², a conservacionista³³, a resolutiva³⁴, entre outras, aquela que tem maior apreensão das relações entre a sociedade e o ambiente é a corrente sistêmica que, de acordo com Sauvé “permite conhecer e compreender adequadamente as realidades da problemática ambiental” (2005, p. 22). Para o autor, a corrente sist  mica permite a identifica  o dos diferentes elementos do sistema ambiental e enfatiza as rela  es entre os aspectos biofísicos e sociais existentes numa situa  o ambiental.

Aproximando estas apreens  es a realidade do Morro Gaúcho, verifica-se a necessidade de que os atores sociais que atuam no campo turístico trabalhem no sentido de desenvolver a  es de educa  o ambiental a partir da corrente sist  mica, j   que através dela    possível identificar os elementos do sistema ambiental, além de enfatizar as quest  es sociais existentes no local. Desta forma, será possível identificar todos os elementos que compõem aquele ambiente a fim de estimular a forma  o do capital social na comunidade, além da preserva  o do local.

Paralelo    corrente sist  mica está a corrente humanista que não compreende o ambiente somente a partir de seus elementos biofísicos, mas também como um “meio de vida com dimensões históricas, culturais, políticas, econômicas, estéticas, etc”, a partir de um

³² Centrada nas rela  es com a natureza, através do enfoque cognitivo, experimental, afetivo, espiritual ou artístico.

³³ Baseada nas questões de conserva  o, gestão ambiental e ecocivismo.

³⁴ Fundamentada na idéia de que o meio ambiente    um aglomerado de problemas no qual    necessária a busca pela soluço das problemáticas ambientais.

enfoque cognitivo, convocando para o sensorial, a sensibilidade afetiva e a criatividade (Sauvé, 2005, p. 25). Para o autor, quando se conhece melhor o meio ambiente é possível se relacionar e melhorar as condições de intervenção através da construção de uma representação coletiva mais rica sobre ele.

Identifica-se a potencialidade de uma relação com a corrente sistêmica e humanista da educação ambiental quando se pensa o Turismo como um fenômeno de natureza social complexo, que requer uma visão global da interação entre homem e ambiente para que este seja sustentável. Neste sentido, o conhecimento da realidade do Morro Gaúcho faz-se necessário, pois é preciso compreender as interações da comunidade local com os demais atores e com o meio ambiente para que ações de sustentabilidade sejam construídas coletivamente.

Pensar a relação entre Turismo e educação ambiental, exige uma reflexão sobre a correlação entre fatores locais e tendências globais. O Turismo possibilita conhecer outras realidades e aproximar o desconhecido através das viagens e novas relações com a comunidade e seu entorno. A percepção do turista sobre uma comunidade é oportunizada através do entendimento que tem da realidade em esfera global e em suas relações com o meio. As relações com o meio do visitante e do nativo se refletem na realidade local, através de elementos do patrimônio natural e cultural. As representações sobre a realidade construídas pelo turista fazem com que se perceba o local de forma diferente, pois geram sentimentos de pertencimento, interação, ou até mesmo de indiferença com a realidade observada nas viagens. O nativo constrói representações sobre o Turismo que oportunizam a interação com a esfera global através da experiência com o turista. Estas trocas de representações tornam as viagens gratificantes, pois oportunizam a sensibilização de ambas as partes. O Turismo pode fortalecer o capital social nas comunidades receptoras quando existir a valorização das culturas locais, o que estimula relações de confiabilidade entre os indivíduos e os torna cidadãos ativos na busca pela mudança social e do desenvolvimento sustentável.

As representações sobre o Turismo construídas pelos atores do campo político de Arroio do Meio e no Vale do Taquari, apontam para a exploração do Turismo de Eventos, já que observam potencial neste segmento, além de poderem ser consideradas um benefício para a comunidade em curto prazo. As representações ambientais construídas pelos moradores do Morro Gaúcho, já apontam para a consciência na preservação do local, o que será dificultado

se as estratégias de desenvolvimento do Turismo se mantiverem direcionadas ao Turismo de Eventos, já que este segmento pode causar impactos nas localidades receptoras quando não existe uma adequada infra-estrutura para atender sua demanda.

Neste sentido, o Ecoturismo é uma atividade que tende a contribuir para a preservação do meio ambiente, quando inclui programas de educação ambiental, influenciando a formação sócio-ambiental dos cidadãos, pois mostra os caminhos para a preservação da natureza e para novas relações do ecoturista com o meio ambiente. A interação entre o turista com as comunidades locais a partir das relações sociais que se estabelecem baseadas nos saberes locais, possibilita a sensibilização ambiental do turista.

A educação ambiental requer, acima de tudo, uma forma de pensar a natureza e agir em favor dela, analisando, criticando e promovendo melhorias, num caminho para o desenvolvimento sustentável. Numa relação com nosso estudo de caso, observa-se que o local é favorável para o desenvolvimento do Ecoturismo, já que possui um rico patrimônio natural. A comunidade residente no Morro Gaúcho, em sua maioria, constrói representações algumas vezes desfavoráveis sobre o Turismo, no entanto, não são contrários à idéia, desde que isto não altere seu cotidiano. Neste sentido, num primeiro momento, seria necessário um trabalho de conscientização desta comunidade para que posteriormente pudessem ser promovidas melhorias para esta comunidade sobre a importância do Morro Gaúcho no ecossistema do Vale do Taquari, para que continuassem a preservá-lo, sem sentirem-se ameaçados com isto.

O Ecoturismo surge como um projeto alternativo de educação ambiental quando se fundamenta em princípios de sustentabilidade ambiental, econômica e social e contribui para a construção de uma cidadania baseada em princípios éticos. “O desafio da sociedade sustentável é criar novas formas e ser e de estar neste mundo” (GUTIERREZ; PRADO, 1999, p. 34). A construção de uma cidadania ambiental busca transformar mentalidades baseadas num sentido amplo e renovado e requer a inclusão do ser humano como co-responsável pelas mudanças no planeta.

A cidadania ambiental deve ser compreendida como a relação dos seres que conformam a comunidade cósmica (GUTIERREZ; PRADO, 1999). Esta idéia “é indissociável de uma contextualização social e cultural, em qualquer plano, perspectiva ou sistema de relações” (WALDMAN, 2003, p. 546). A questão ambiental diz respeito a

aspectos coletivos e planetários, que segundo o autor “nada mais coerente do que uma visão abrangente de cidadania, configurada em responsabilidades compartilhadas difundidas nos mais diversos recortes sociais, políticos e econômicos” (WALDMAN, 2003, p. 555).

O Turismo aliado à educação ambiental pode desencadear o sentimento de pertencimento do turista em relação à natureza, quando sensibiliza o cidadão para a busca de mudanças a partir de um colocar-se no mundo ativamente, e não na espera por mudanças prontas e finalizadas.

Neste sentido, o Ecoturismo se constitui numa estratégia para a construção desta responsabilidade socioambiental compartilhada, pois o meio ambiente diz respeito a um bem coletivo. Numa concepção participativa do cidadão na sociedade, é possível identificar três esferas que agem conjuntamente e que são indispensáveis para a ação efetiva de conservação da natureza e da objetivação da cidadania ambiental (WALDMAN, 2003). São elas: a administração pública (os poderes federal, estadual e municipal), a sociedade (comunidades, escolas movimentos sociais, empresas, igrejas, sindicatos, etc) e o indivíduo (que atua no espaço da sua casa, bairro, etc.). Segundo o autor, a responsabilidade compartilhada se viabiliza pelo estabelecimento de parcerias entre os três níveis que, através da sinergia, atuam conjuntamente na resolução das questões ambientais. O poder público tem a responsabilidade de interagir constantemente com a sociedade, o que requer que esta seja consciente e tenha cidadãos participantes, aptos a cobrar do Estado os seus deveres e reforçá-los, pois as questões ambientais se resolvem a partir de um Estado atuante (WALDMAN, 2003). A atuação da sociedade é fundamental no caminho para a cidadania ambiental, mostrando envolvimento nas questões ambientais por meio do estabelecimento de ações comunitárias. Cabe incluir nesta esfera a iniciativa privada, que atua em relação a questões ambientais. O indivíduo se torna a esfera mais importante no compartilhamento das responsabilidades, pois a cidadania ambiental tem nele seu suporte objetivo (WALDMAN, 2003) já que os impactos ambientais têm origem na ação e nos procedimentos cotidianos. A partir das idéias de Waldman, se identifica uma aproximação com a teoria dos campos sociais e do capital social, quando se verifica a necessidade de interação entre atores da administração pública, sociedade e indivíduos envolvidos nas questões ambientais. O desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari será possível quando houver ações conjuntas entre as três esferas sociais, realidade que ainda é embrionária na região, porque as relações de capital social entre os atores sociais ainda são incipientes.

O Ecoturismo no Vale do Taquari pode ser um dos mediadores na promoção da cidadania ambiental se conseguir constituir-se em uma conexão entre sociedade, administração pública e indivíduos para estabelecer uma responsabilidade compartilhada nas comunidades onde é explorado. A responsabilidade compartilhada ocorre quando o país, estado ou município cumprem seu papel no que se refere à aplicação de leis ambientais e à atenção pelo seu cumprimento. Além disto, o Estado e as coletividades regionais são responsáveis por ações voltadas à proteção ambiental, seja para fins turísticos ou não, através de atividades de conscientização e sensibilização populares, elaboração de legislação específica para a área ambiental e sua execução, entre outras (RUSCHMANN, 1997). O indivíduo, através da prática do Ecoturismo, envolve-se também nas questões relativas ao ambiente das comunidades locais. O poder público pode atuar em benefício da causa ambiental, visando à atração de turistas para uma determinada região. A sociedade local, através dos agentes sociais se organiza para receber os turistas, o que estimula a formação de capital social e dinamiza o desenvolvimento com cidadania.

Cabe a cada comunidade estabelecer os três níveis de responsabilidade para que se possa desenvolver a atividade turística de forma sustentável, baseada num novo paradigma, que valoriza os aspectos locais, fundamentados em uma racionalidade ambiental que estimula a preservação do ambiente e a cidadania.

A procura por locais preservados, pelo contato com a natureza não se dá somente em virtude do estilo de vida moderno, mas também pode ocorrer como uma prática pedagógica. Não só conhecer lugares intocados, mas também conhecer locais depredados pode ser um fator de sensibilização e instrumento de educação ambiental. A realidade do Morro Gaúcho pode oportunizar uma sensibilização para a importância da preservação do meio ambiente, quando se coloca como espaço para a reflexão das causas de depredação do morro: o caso do basalto para asfaltar estradas, onde todos nós passamos.

Neste sentido, o Ecoturismo pode ser uma atividade econômico-ambiental que promova a cidadania ambiental a partir da análise crítica da realidade observada no Morro Gaúcho. Esta realidade pode ser mostrada a partir de vários pontos do local que apresentam sérios problemas ambientais, tais como a estação de transbordo e a fenda onde o basalto era retirado. Além dos problemas enfrentados, existem as questões estéticas já que existem trilhas pela mata e a paisagem de seu topo. Com a participação da comunidade local neste processo

de desenvolvimento, oportuniza-se o fortalecimento do capital social, já que são mecanismos que a própria comunidade deverá interagir com o mundo.

A partir das entrevistas realizadas com os atores sociais, verificou-se que existem ações voltadas para o trabalho da educação ambiental. Pode-se identificar estas ações nos projetos desenvolvidos pela ONG Ecobé e pela prefeitura municipal de Arroio do Meio, que auxilia escolas no desenvolvimento destes trabalhos.

Os trabalhos desenvolvidos pela ONG Ecobé na área de educação ambiental buscam sensibilizar as pessoas a pensar a ecologia como um modo de viver e agir no cotidiano, a partir das relações humanas consigo mesmas, com o meio ambiente e com os outros seres. A realização de palestras em escolas busca a sensibilização no que diz respeito à conscientização que deve existir no sentido da parte que cabe a cada indivíduo na preservação do meio ambiente, a partir de atitudes do dia-a-dia (ECOBÉ, 2008).

A prefeitura municipal, através da Secretaria de Educação, desenvolve projetos de educação ambiental em algumas escolas municipais. Existem 6 projetos de relevância neste sentido, sendo que se teve acesso a apenas 4 deles. Os projetos desenvolvidos pela prefeitura são: Para que a vida nos dê flores e frutos, Ecobag, Arborização e Vida Saudável, um sim à vida, amor à natureza – repensando o lixo³⁵.

Quando questionados sobre projetos de Ecoturismo com educação ambiental nenhum dos atores sociais entrevistados afirmou a existência de projetos. Hoje, existem algumas ações isoladas por parte do poder público de Arroio do Meio e da ONG Ecobé no que diz respeito a projetos de educação ambiental, porém, nenhum deles com ênfase no Turismo. O público alvo dos projetos existentes são os alunos das escolas, sejam elas particulares, municipais ou estaduais.

Investir no Ecoturismo aliado à educação ambiental coloca-se como uma estratégia de sustentabilidade para a comunidade do Morro Gaúcho. A fim de sugerir ações neste sentido, no anexo L, segue uma proposta de roteiro de 1 dia no Morro Gaúcho, no intuito de sensibilizar os participantes para práticas e saberes ambientais sustentáveis, através do

³⁵ Maiores detalhes sobre os projetos na área de Educação Ambiental desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Arroio do Meio podem ser encontrados no ANEXO J.

Ecoturismo e estimular o capital social na comunidade local. Neste sentido, o Ecoturismo pode ser uma alternativa para promover a educação ambiental a partir da sensibilização dos seus participantes. Também se busca promover uma forma de desenvolvimento sustentável para o local, sem agredir o meio ambiente e envolvendo a comunidade local, já que o roteiro inclui visita a propriedades de moradores locais e os condutores poderiam ser membros da ONG Ecobé, que tem conhecimento técnico sobre o Morro Gaúcho. Este roteiro pode ser integrado a uma rota regional caso se busque turistas de fora da região, pois conforme diversos relatos, ações isoladas de Turismo não têm obtido sucesso no Vale do Taquari. No caso do roteiro ser voltado para o turista do Vale do Taquari, poderá ser ofertado individualmente.



UNIVATES

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o Turismo como um fenômeno de natureza socioeconômica e ambiental exige uma reflexão sobre as relações entre os atores sociais para a compreensão da realidade das comunidades, que podem buscar na atividade uma forma de desenvolvimento regional sustentável. Por isto optamos por um estudo das representações sociais dos atores que participam da formação do campo turístico para o entendimento da realidade do Vale do Taquari.

A pesquisa oportunizou um contato direto, mesmo que curto, com os atores que participam do campo turístico em Arroio do Meio, local onde realizamos o estudo de caso. O tema da pesquisa é abrangente e complexo. Neste sentido, alguns dados podem não ter relação direta com o objetivo da pesquisa, no entanto consideramos que são fundamentais para uma compreensão mais abrangente da realidade.

A partir do estudo no Morro Gaúcho, em Arroio do Meio, foi possível identificar alguns saberes de Turismo e Ecoturismo que os atores sociais constroem. A partir destes saberes pode-se entender melhor a realidade e as razões pelas quais a atividade ainda não se concretizou na região, após décadas de discussões e planejamentos.

A atividade turística tem seu marco inicial no Vale do Taquari na década de 1960, desde quando vem se buscando implementá-la na cadeia produtiva regional. Muitos esforços já foram feitos neste sentido, no entanto, até o presente momento, o Turismo ainda não conseguiu se estruturar como tal.

Os resultados empíricos apontam para um cenário natural e cultural expressivo, que indica um potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo, já que este segmento deve focar o uso de valores culturais através do envolvimento dos atores locais, além de utilizar o patrimônio natural como forma de dar um novo sentido às viagens através da sensibilização ambiental e da formação da cidadania.

Apesar das manifestações de interesse em desenvolver o Ecoturismo, não existem, ainda, ações concretas em Arroio do Meio, pois não está claro para os atores de que forma isto será viabilizado. Até o presente momento não há uma estratégia, há apenas a idéia de criar um roteiro turístico que inclua o município, onde um dos atrativos visitados seria o Morro Gaúcho.

Para o local, inicialmente se pensa em desenvolver um trabalho em parceria com a Univates e com escolas, a fim de selecionar o público que visita o Morro, isto porque a área ainda está em fase de recuperação, devido ao grande impacto que a extração de basalto deixou. Este roteiro, porém, ainda não foi formatado. O município reconhece que não pode trabalhar o Turismo de forma isolada no Vale do Taquari, por isso aposta na parceria com a Amturvaes.

Hoje, a Amturvaes e a administração municipal de Arroio do Meio buscam trabalhar com o Turismo de Eventos, sendo o Ecoturismo um projeto “para o futuro”. Isto se deve à percepção de que o Turismo de Eventos traz retorno em curto prazo, além da estrutura necessária para sua realização ser facilmente montada se comparada àquela necessária para a viabilização de um roteiro ecoturístico. O Ecoturismo precisa ser trabalhado a partir de um planejamento de médio a longo prazo para se desenvolver sem causar danos às comunidades locais e ao meio ambiente, além de exigir o estudo completo de seus impactos. Neste sentido, observa-se a falta de interesse em desenvolver este segmento do Turismo no Vale do Taquari, e também falta qualificação nos órgãos públicos municipais, quando poucas são as prefeituras que possuem profissionais com formação em Turismo em suas secretarias.

Apesar de alguns municípios, entre eles Arroio do Meio, já possuírem pessoas com conhecimento técnico na área turística, a representação social do Turismo predominante no campo político no Vale do Taquari é o Turismo de Eventos. Neste sentido, torna-se necessária uma nova representação política que reconheça a complexidade do fenômeno turístico e a

necessidade de valorizar os aspectos que o contexto regional oferece para serem explorados. Desenvolver o Turismo hoje significa ir além da racionalidade econômica, e buscar uma racionalidade ambiental, baseada nos princípios de sustentabilidade, de forma que se construa um saber ambiental, baseado nas características intrínsecas da região: históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas. Assim é possível desenvolver o Turismo a partir de uma identidade própria e não copiando outras regiões, e desta forma se pode fortalecer o capital social da comunidade.

A partir das representações analisadas, verificou-se que o município espera ações dos empreendedores enquanto que estes esperam ações da administração pública, o que caracteriza a falta de ação por parte dos dois atores sociais, no que diz respeito a ações de engajamento social em prol do desenvolvimento do Turismo.

Na tentativa de valorizar o Morro Gaúcho e mantê-lo preservado, a ONG Ecobé desenvolveu um projeto de criação de uma APA, cujo objetivo era o uso sustentável do local, sendo que uma das alternativas era trabalhar o Ecoturismo. A ONG observa que existe pouca efetividade no que diz respeito a ações de Ecoturismo na região e em especial no Morro Gaúcho, devido ao afastamento do poder público. Esta alegação se confirma na fala do poder público quando não são viabilizadas ações no Morro Gaúcho. A ONG considera viável a utilização das trilhas existentes no local para o Ecoturismo, já que os membros da instituição têm conhecimento profissional sobre a flora e fauna local (agrônomos e biólogos, principalmente). Hoje, a Ecobé observa que as ações turísticas são voltadas para o Turismo de Eventos e Turismo Cultural, perdendo-se a oportunidade de desenvolver o Ecoturismo e Turismo Rural. Apesar da região estar consideravelmente comprometida em termos ambientais, seu potencial permanece inexplorado se comparado ao de outras regiões do Rio Grande do Sul.

As opiniões dos moradores locais sobre as implementações de ações para o desenvolvimento do Ecoturismo são semelhantes. Foram identificados três tipos de opiniões sobre esta questão: aqueles que consideram que nada é feito; aqueles que acreditam que pode haver ações; e aqueles que observam ações de Turismo sendo realizadas no Vale do Taquari. Os moradores que consideram que não existem ações de Ecoturismo no Vale e em Arroio do Meio justificam suas opiniões por não observarem ações concretas no local. Este grupo de moradores alega que não é feita divulgação sobre ações turísticas, e, deste modo, poucos

tomam conhecimento dos atrativos. Os moradores que acreditam que pode ser desenvolvido o Turismo baseiam suas opiniões no fato que já foram cumpridas ações de Turismo no Morro Gaúcho em outras épocas, e apenas atualmente não são realizados trabalhos. Os moradores que identificam ações as observam em nível regional, tais como o passeio de barco no Rio Taquari e os roteiros na parte alta do Vale, porém, em Arroio do Meio, consideram que não existem projetos especificamente turísticos. Para estes moradores, o Turismo na região ainda é embrionário, embora o Vale possua alternativas turísticas, com boa infra-estrutura em alguns municípios, tais como Lajeado, Estrela e Teutônia. No entanto, municípios como Arroio do Meio ainda precisam investir neste aspecto se o objetivo é desenvolver o Turismo. Para estes moradores esta melhora somente será possível se forem firmadas parcerias entre a iniciativa privada e a pública.

A existência de uma área como o Morro Gaúcho, com rico potencial ecológico, pode gerar conflitos entre a comunidade e o poder público, pois existem diferentes interesses em explorar o local. Mas retirando-se da discussão a possibilidade de criação da APA, não observa-se conflitos que pudessem interferir no desenvolvimento de atividades ligadas ao Ecoturismo. Existem moradores que não tem interesse neste tipo de atividade, mas que reconhecem que o Morro Gaúcho tem potencial para se tornar um atrativo turístico. Para alguns moradores existe o interesse na preservação do meio ambiente e, para isto, consideram importante o desenvolvimento de ações. Outros moradores observam no Turismo uma forma de melhoria de vida para a comunidade local.

No que tange a compreensão das representações sociais dos atores em relação ao Turismo e a questão ambiental identifica-se que os membros do campo político governamental constroem um saber sobre o Turismo como um negócio, e ainda não existem ações que estimulem o capital social com a integração dos atores, a fim de fortalecer as relações sociais a partir da confiança entre eles. A partir desta constatação, verifica-se a necessidade da Amturvaes e dos gestores públicos não só reconhecerem os saberes locais, como também criarem estratégias de comunicação comunitária que visem a participação e o planejamento coletivo do Turismo regional sustentável, já que são estas instituições que articulam as estratégias de desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari atualmente.

Entendemos que mesmo para desenvolver o Turismo como negócio é necessária uma aproximação entre os setores da comunidade a serem envolvidos, para compreender suas

formas de construir simbolicamente esta área de saber, a fim de que os projetos visem também a inclusão social, baseada nos aspectos culturais locais.

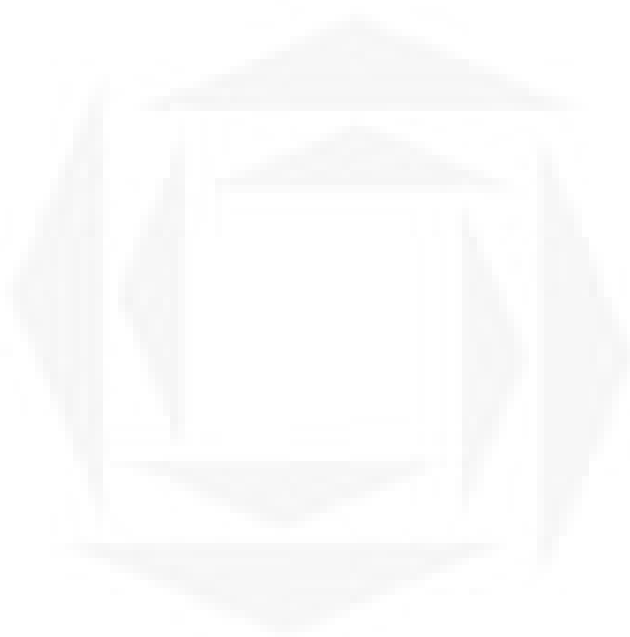
Também entre a iniciativa privada, a comunidade e a ONG observa-se que os saberes sobre o Turismo muitas vezes se aproximam de uma racionalidade econômica, pois é considerado uma “indústria limpa”, apesar de algumas representações também estarem permeadas pela racionalidade ambiental. Na comunidade e na iniciativa privada, apesar de reconhecer-se alguns saberes técnicos sobre o Turismo, há a necessidade de um trabalho de conscientização turística para que se identifiquem com a atividade.

Também observa-se que representações subjetivas, estéticas e ecológicas identificadas em relação ao Morro Gaúcho apontam para a importância que o local tem para a comunidade de forma geral, o que desperta um sentido de pertencimento. A forma como os atores sociais lidam com estas representações de pertencimento, baseadas na subjetividade, estimularam conflitos, quando houve a tentativa de implantar a APA.

Identificamos que o campo turístico do Vale do Taquari ainda é embrionário e existem conflitos simbólicos entre os atores no que diz respeito à formação de um *habitus* específico, que seja trabalhado no sentido de desenvolver o segmento turístico. Hoje o *habitus* presente no Turismo no Vale do Taquari indica entre os jeitos próprios de ser e fazer dos agentes sociais que o Turismo deve se refletir em retorno econômico, o que também pode ser compreendido como uma prática e ideologia característica que vai permear a atividade na região, mais que a lógica ambiental. As representações sociais próximas que observa-se entre os atores podem estar fortalecendo o capital social, além de observar-se seu fortalecimento também nos roteiros turísticos já formatados no Vale do Taquari, quando os membros destas comunidades podem auferir resultados positivos com a exploração turística.

Consideramos, ainda, que também as representações subjetivas, ecológicas e estéticas construídas por alguns membros da comunidade e a ONG em relação ao Morro Gaúcho podem contribuir na viabilização de projetos turísticos que envolvam o Ecoturismo, já que consideram fundamental a preservação do local. Trata-se de outra característica fundamental do *habitus*.

Portanto, o capital social poderá ser fortalecido quando os projetos turísticos incluírem os interesses/representações dos grupos diversos, baseados nas categorias de representações construídas sobre o Turismo e as questões que dizem respeito ao Morro Gaúcho, onde existe a percepção do Turismo como uma atividade socioeconômica e ambiental que, além do lucro, vise a preservação do meio ambiente. Estas novas relações sociais podem fortalecer a confiança entre os atores sociais e ofertarem-se como uma possibilidade de desenvolvimento regional sustentável.



UNIVATES

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista economia aplicada**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2. p. 279-397, abril/junho, 2000.
- ABRIC, Jean C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonina S. P; OLIVEIRA, Denize (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000.
- AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001.
- ARROIO DO MEIO (Município). **Montanhismo no Morro Gaúcho**. Arroio do Meio, [2002 ou 2003].
- BALDISSERA, Rudimar. Turismo, cultura e identidade: articulações teóricas. In: ASHTON, Mary S.; BALDISSERA, Rudimar (Orgs.). **Turismo em perspectiva**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003. p. 23-46.
- BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BAQUERO, Marcello. Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: _____ ; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BARQUERO, Antonio V. Desenvolvimento endógeno: interação das forças que governam os processos de crescimento. In: VERGARA, P. (Org.). **Desenvolvimento endógeno** – um novo paradigma para a gestão local e regional. Fortaleza: IADH, 2004.
- BDR, Banco de dados Regional. Disponível em: <<http://www.univates.br>>. Acesso em 15 mar. 2008.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Dinizar. F. Capital Social: um “novo” (velho) paradigma de organização social dos diferentes processos de desenvolvimento regional. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 9, n. 1, p. 7-26, 2002.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 11. ed. São Paulo: Senac, 2006.

BOISIER, Sergio. Hay espacio para el desarrollo local em la globalización? **Revista de la Cepal**, Santiago do Chile, n 86, p. 47-62, ago. 2005.

BOULLON, Roberto. **Planejamento do espaço turístico**. 3. ed. Bauru: Edusc, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Capital social notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria A; CATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de educação**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2004a.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004b.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 22 mar.2008.

CAMINHOS DO VALE. Lajeado, 2001.

CARVALHO, Isabel C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação de educadores ambientais. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CASTROGIOVANNI, Antonio C. Turismo x Espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio C. (Orgs.). **Turismo na pós-modernidade (des)inquietações**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

CESAR, Pedro B. et al. **Projeto Caminhos do Futuro - Ecoturismo**. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/portalmtur/export/sites/default/Portal_Mtur/geral/Caminhos do Futuro - Ecoturismo Completo.pdf](http://www.turismo.gov.br/portalmtur/export/sites/default/Portal_Mtur/geral/Caminhos_do_Futuro_-_Ecoturismo_Completo.pdf)>. Acesso em 19 mar. 2008.

CODEVAT. **Plano estratégico de desenvolvimento do turismo no Vale do Taquari**. Lajeado: FATES, 1998.

DOTTO, D. et al. Estudos regionais comparados: reflexões sobre o capital social. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN Milton L (Orgs). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

ECKHARDT, Rafael R. et. al. Análise e diagnóstico ambiental do Vale do Taquari - RS - Brasil, utilizando sensoriamento remoto e técnicas de geoprocessamento. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 13., 2007, Florianópolis. **Anais...** Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/srm/novo/publicacoes/SBSR%202007_Rafael%20Eckhardt artigo.pdf](http://www.ufrgs.br/srm/novo/publicacoes/SBSR%202007_Rafael%20Eckhardt_artigo.pdf)> Acesso em: 16 mar. 2008.

ECOBE. **Área de proteção ambiental Morro Gaúcho**. Arroio do Meio, [2002 ou 2003].

_____. **Linhas de ação**. Disponível em: <http://www.ecobe.org.br/>. Acesso em: 24 fev. 2008.

ESTEVES, João P. **A ética da comunicação e os medias modernos**: legitimidade e poder nas sociedades complexas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

FALEIRO, Silvana R. **Lajeado, perfil histórico, étnico - social (...)**. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1996.

FEE. **Corede Vale do Taquari**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Vale+do+Taquari>. Acesso em 10 abr. 2008.

FRANCO, Augusto. Capital Social e Desenvolvimento local. In: VERGARA, P. (Org.). **Desenvolvimento endógeno** - um novo paradigma para a gestão local e regional. Fortaleza: IADH, 2004.

GASTAL, Susana. Turismo & cultura: por uma relação sem diletantismos. In: _____ (Org.). **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GUTIERREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE. **População residente por situação do domicílio, sexo e grupos de idade, 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=4&i=P&c=1518>>. Acesso em 26 mar. 2008.

IBGE. **Mapa Municipal Estatístico de Arroio do Meio, 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#download>. Acesso em 17 abr. 2008.

IGNARRA, Luiz R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais na esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

KRIPPENDORF, Jost. Desenvolvendo o turismo em harmonia com os seres humanos e o ambiente natural. In GASTAL, Susana (Org.). **Turismo investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

LAU, Ricardo et al. **Proposta de criação de uma área de proteção ambiental no Morro Gaúcho**. Arroio do Meio, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald, E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 3. ed. São Paulo: Senac, 2001.

LOUREIRO, Carlos F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: _____. LAYRARGUES, Philippe P; CASTRO, Ronaldo S. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo**: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Senac, 2005.

MACHADO, Neli T; LOPES, Sergio N. **O patrimônio cultural sob as lentes da arqueologia histórica** - colonização e imigração no Vale do Taquari/RS. Lajeado, 2007. Não publicado. Digitado.

MENDONÇA, Rita. Educação Ambiental e Ecoturismo. In: _____. NEIMAN, Zysman (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005.

MOESCH, Marutschka. O fazer-saber turístico: possibilidades e limites de superação. In: GASTAL, Susana (Org.). **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: Edipucrs, 2000a.

_____. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000b.

MORA, Martín. La teoria de las representaciones sociales de Serge Moscovici. Revista **Athenea Digital**, n. 2, outono 2002. Disponível em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/55/55>>. Acesso em 17 abr. 2008.

MORAES, Jorge L. Capital Social: potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local-regional. In: BECKER, Dinizar F; WITTMANN Milton L (Orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

MOREIRA, Antonia S. P. M.; OLIVEIRA, Denize C (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Serge. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MURPHY, Peter E. Turismo e desenvolvimento sustentado. In: THEOBALD, W. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: Senac, 2002.

NAZZARI, Rosana K. Capital Social, cultura e socialização política: a juventude brasileira. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.

NEIMAN, Zysman. Natureza e cultura brasileiras: matérias primas do ecoturismo. In: MENDONÇA, Rita; NEIMANN, Zysman (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Baueri: Manole, 2005.

OLIVEIRA, Fátima O; WERBA, Graziela C. Representações sociais. In: STREY, Marlene N. et al. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PIRES, Paulo S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO. **Arroio do Meio: Pérola do Vale**. Arroio do Meio, 2007.

REGIÃO dos vales. Disponível em: <<http://www.regiaodosvales.com.br>>. Acesso em: 23 jan. 2006.

_____. Disponível em: <<http://www.regiaodosvales.com.br/amturvales>>. Acesso em 16 mar. 2008.

RUSCHMANN, Doris M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. Palestra: Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. **Revista Mundo & Vida**. Niterói, v. 2 (1), 2000.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHERER, Aline; THEVES, Viviane M. **Diagnóstico vegetal da área do Morro Gaúcho em Arroio do Meio**. Trabalho apresentado para a disciplina de Botânica IV, Curso de Ciências Exatas e Biológicas, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2000.

SCHIERHOLT, José A. **Lajeado I – Povoamento, Colonização, História Política**. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 5.ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

SWARBROOKE, John **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000, v.1.

THEOBALD, William (Org.). **Turismo global**. São Paulo: Senac, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VALENTIM, Rosa. Capital Social como um dos elementos que compõem a dinâmica do desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton L (Orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

VALORES DO VALE. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2002.

VALORES DO VALE. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2005.

VIEIRA, Paulo F. In: SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007.

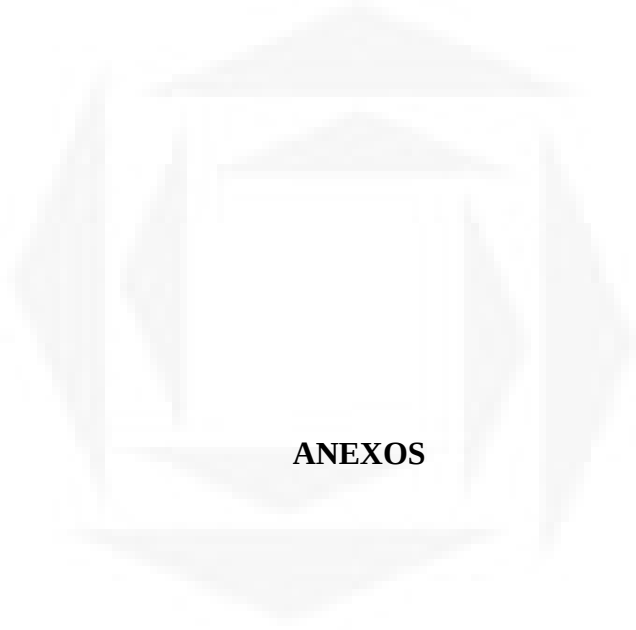
VILANOVA, Maria G. Rio Taquari: importância e presença nos símbolos municipais. In: HUPPES, Ivete (Org). **O Vale do Taquari: sinais de uma identidade**. Lajeado: Univates, 2002.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antonina S.; OLIVEIRA, Denize (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000.

WAINBERG, Jacques A. Comunicação intercultural e turismo: a diferença que separa o espírito atrai o olhar. In: GASTAL, Susana (Org). **Turismo investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

WALDMAN, Mauricio. Natureza e sociedade como espaço de cidadania. In: PINSKY Jaime; PINSKY Carla B. (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

WESTERN, David. Definindo o Ecoturismo. In: LINDEBERG, Kreg; HAWKINS, Donald. **Ecoturismo**: um guia de planejamento e gestão. 3. ed. São Paulo: Senac, 2001.



ANEXOS

UNIVATES

ANEXO A – Questionários aplicados nas entrevistas com os atores sociais.

Cíntia Agostini (membro do Codevat na época da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari)

1. Conte – me como acabou trabalhando com Turismo?
2. Qual era o olhar de Dinizar Becker sobre o Turismo no Vale do Taquari?
3. Sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari, o que motivou este grupo a se reunir para desenvolver o turismo?
4. Quais eram as intenções deste grupo em desenvolver o Turismo?
5. Qual era o perfil dos participantes?
6. Que tipo de Turismo buscavam desenvolver?
7. Quem foram as pessoas envolvidas nesta atividade e qual seu papel na consolidação do Turismo?
8. Na sua opinião, por que a atividade ainda não conseguiu se consolidar no Vale se há 1 década já existe um órgão competente para isso?
9. A partir de que saberes foram propostas ações para promover a relação entre o homem e meio ambiente (item VII, página 33).
10. Todas as atividades propostas para alcançar os resultados pretendidos, de alguma forma, foram viabilizados (página 80). A partir disto, qual é sua visão sobre o desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari?
11. Quem participava do Turisvale? Quando foi criado e com que finalidade?
12. Por que a Turisvale se extinguiu?
13. Como este grupo via o Ecoturismo?

Prefeito do município de Arroio do Meio

1. Existe um plano turístico regional que envolva o município de Arroio do Meio?
2. Que tipo de Turismo a Prefeitura de Arroio do Meio busca desenvolver?
3. Qual seu entendimento sobre Turismo e Ecoturismo?
4. Quais são os objetivos da prefeitura na exploração do Turismo e do Ecoturismo?
5. Quais são os projetos de turismo e/ou ecoturismo da prefeitura?
6. Que ações voltadas para o desenvolvimento do ecoturismo são trabalhadas no município?
7. Como observa a relação entre Ecoturismo e a Educação Ambiental?
8. Que tipo de trabalho é realizado em termos de Turismo com Educação Ambiental no município?
9. Existe parceria entre a iniciativa privada e o setor público no desenvolvimento de trabalhos relacionados ao Ecoturismo?
10. No seu olhar, a comunidade local é a favor ou contra o turismo?
11. Como se dá esta relação?
12. O município de Arroio do Meio é privilegiado por ter um local como o Morro Gaúcho. Quais os interesses do poder público no local?
13. Que tipos de trabalhos são desenvolvidos no local relacionados ao Turismo?
14. Quais são os projetos da prefeitura para o Morro Gaúcho?
15. Que tipo de trabalhos a Prefeitura desenvolve no local?
16. Como se dá a relação entre a comunidade local e o poder público quando existe uma área com potencial para a exploração do Ecoturismo, como o Morro Gaúcho, por exemplo?

17. Soube que há algum tempo atrás houve uma tentativa de tornar o Morro Gaúcho uma área de proteção. A prefeitura participou deste movimento?
18. Foi na sua gestão que isso aconteceu?
19. Conte-me como aconteceu.

Responsável pelo departamento de turismo na Prefeitura Municipal de Arroio do Meio

1. Como se envolveu com o Turismo?
2. Qual seu entendimento sobre Turismo e Ecoturismo?
3. Existe um plano turístico regional?
4. Que tipo de Turismo a Prefeitura de Arroio do Meio busca desenvolver?
5. Quais são os objetivos da prefeitura na exploração do Turismo e do Ecoturismo?
6. Quais são os projetos de turismo e/ou ecoturismo da prefeitura?
7. Que ações voltadas para o desenvolvimento do ecoturismo são trabalhadas no município?
8. Como são as relações entre a comunidade local e o poder público quando existe uma área com potencial para a exploração do Ecoturismo, como o Morro Gaúcho, por exemplo?
9. Como observa a relação entre Ecoturismo e a Educação Ambiental?
10. Que tipo de trabalho é realizado em termos de Turismo com Educação Ambiental no município?
11. Existe parceria entre a iniciativa privada e o setor público no desenvolvimento de trabalhos relacionados ao Ecoturismo?
12. No seu olhar, a comunidade local é a favor ou contra o turismo?
13. Como se dá esta relação?

Responsável pelo departamento de Meio Ambiente na Prefeitura Municipal de Arroio do Meio

1. Qual seu olhar sobre o Morro Gaúcho?
2. Quais os interesses da Prefeitura no Morro Gaúcho?
3. Quais são os projetos da Prefeitura para o Morro Gaúcho?
4. São desenvolvidos projetos de educação Ambiental no local, promovidos pelo departamento de meio ambiente?
5. Que tipo de trabalhos a prefeitura desenvolve no local?
6. Na sua opinião, que atividades podem ser desenvolvidas na área?
7. Como é a infra-estrutura da área?
8. Como se dá o envolvimento o setor público e da comunidade na área?
9. Verifica a existência de conflitos no local?
10. Na sua opinião, quais são os interesses do poder público em trabalhar o ecoturismo no local?
11. Na sua opinião, como a comunidade vê o turismo?
12. Na sua opinião, quais os benefícios observados que o turismo traz para a comunidade?
13. Na sua opinião, quais as perspectivas para o Morro Gaúcho?

Membro A, Ecobé

- 1) Conte a história da ONG
- 2) Quais são as principais atividades desenvolvidas pela ONG?
- 3) Qual é a formação dos membros da ONG?
- 4) Como se dá o relacionamento da ONG com a comunidade em geral, setor público e privado?
- 5) Qual é a relação da ONG com o desenvolvimento do turismo na região?
- 6) Qual a sua opinião sobre o Ecoturismo?
- 7) Como observa o mercado de ecoturismo na região como meio de trabalhar a educação ambiental?
- 8) Como observa a participação do setor público em iniciativas de desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari?
- 9) Quais as iniciativas tomadas para o desenvolvimento do Turismo?
- 10) Qual o papel da ONG no trabalho de Ecoturismo com Educação Ambiental?
- 11) Comente sobre os trabalhos desenvolvidos diretamente na área de Educação Ambiental.
- 12) Verifica no Ecoturismo uma possibilidade de trabalhar conjuntamente com a Educação Ambiental?

Membro B, Ecobé

1. Conte-me como entrou para a Ecobé.
2. Quais são as principais atividades desenvolvidas pela ONG?
3. Como se dá o relacionamento da ONG com a comunidade em geral, setor público e privado?
4. Qual é a relação da ONG com o desenvolvimento do turismo na região?
5. Qual a sua opinião sobre o Ecoturismo?
6. Como observa o mercado de ecoturismo na região como meio de trabalhar a educação ambiental?
7. Como observa a participação do setor público em iniciativas de desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari?
8. Quais as iniciativas tomadas para o desenvolvimento do Turismo?
9. Qual o papel da ONG no trabalho de Ecoturismo com Educação Ambiental?
10. Comente sobre os trabalhos desenvolvidos diretamente na área de Educação Ambiental.
11. Verifica no Ecoturismo uma possibilidade de trabalhar conjuntamente com a Educação Ambiental?
12. O que a ONG espera de um local como o Morro Gaúcho?
13. Conte-me como ocorreu a tentativa de tornar o Morro Gaúcho uma APA?
14. Quais as motivações da ONG para iniciar o movimento?
15. Porque o Morro Gaúcho na escolha do local para a APA?
16. Como o trabalho foi desenvolvido juntamente aos moradores locais, setor público e privado, já que existem diferentes interesses por parte de cada um dos atores no local?
17. Porque o movimento não prosseguiu?
18. Na sua opinião, o que deveria ter sido diferente para que o processo de instituição da APA fosse finalizado?

Moradores do Morro Gaúcho

- 1) Conte-me a história deste local.
- 2) Como o sr/sra adquiriu esta propriedade?
- 3) Há quanto tempo você mora aqui?
- 4) Você conhece o Morro Gaúcho?
- 5) Por que escolheu o Morro Gaúcho e não outro local?
- 6) Quando as pessoas começaram a chegar até este local?
- 7) O que você mudaria e o que você manteria neste local?
- 8) O que você espera deste local (Morro Gaúcho)?
- 9) O que mais lhe chama a atenção aqui no Morro Gaúcho?
- 10) Na sua opinião, o que é turismo?
- 11) Qual a sua opinião sobre desenvolver o turismo em Arroio do Meio?
- 12) Qual a sua opinião sobre as pessoas visitarem o Morro Gaúcho?
- 13) Como você se sente com estas pessoas vindo até o local?
- 14) Como é o seu relacionamento com estas pessoas?
- 15) Você recebe algum tipo de reclamação dos turistas que visitam o local?
- 16) Na sua opinião, a prefeitura faz algum trabalho para desenvolver o turismo no Morro Gaúcho?
- 17) Quais são as ações voltadas para o Ecoturismo no Vale do Taquari, na sua opinião? E em Arroio do Meio?
- 18) Quais são as perspectivas para o Ecoturismo no Vale do Taquari, na sua opinião?
- 19) Que tipo de relacionamento existe entre os proprietários de terras no Morro Gaúcho com a prefeitura e outros agentes (escolas, empresas, comunidade, etc)?
- 20) Soube que há tempos atrás, tentaram tornar o MG uma APA, na tentativa de preservar o local. Qual sua opinião sobre isto? Por que?
- 21) Como foi feita a abordagem aos moradores locais sobre este assunto?
- 22) Quem eram os atores envolvidos?
- 23) Você conhece outros moradores com quem eu pudesse conversar sobre estes assuntos?
- 24) Gostaria de fazer mais algum comentário?

Moradores de Palmas

1. Há quanto tempo você mora aqui?
2. Você conhece o Morro Gaúcho?
3. O que mais lhe chama a atenção no local?
4. O que você manteria e o que você mudaria no local?
5. Morando próximo do Morro Gaúcho, o que você espera deste local?
6. Na sua opinião, o que é turismo?
7. Quais são as ações voltadas para o Ecoturismo no Vale do Taquari, na sua opinião? E em Arroio do Meio?
8. Na sua opinião, existem trabalhos para desenvolver o turismo no Morro Gaúcho?
9. Qual a sua opinião sobre as pessoas visitarem o Morro Gaúcho? Como você se sente?
10. Como você observa o relacionamento dos proprietários locais com o poder público e outros agentes?
11. Quais são as perspectivas para o Ecoturismo no Vale do Taquari, na sua opinião?
12. Soube que há algum tempo houve uma iniciativa para tornar o local uma APA. Qual sua opinião sobre isso?
13. Como foi a abordagem aos moradores e proprietários?

14. Quem eram os atores envolvidos?
15. Você tem mais algum comentário a fazer?
16. Conhece outros moradores ou proprietários com quem eu pudesse conversar?

Sub-prefeito de Palmas

1. Há quanto tempo você mora aqui?
2. Você conhece o Morro Gaúcho?
3. O que mais lhe chama a atenção no local?
4. O que você manteria e o que você mudaria no local?
5. Morando próximo do Morro Gaúcho, o que você espera deste local?
6. Na sua opinião, o que é turismo?
7. Quais são as ações voltadas para o Ecoturismo no Vale do Taquari, na sua opinião? E em Arroio do Meio?
8. Na sua opinião, existem trabalhos para desenvolver o turismo no Morro Gaúcho?
9. Qual a sua opinião sobre as pessoas visitarem o Morro Gaúcho? Como você se sente?
10. Como você observa o relacionamento dos proprietários locais com o poder público e outros agentes?
11. Quais são as perspectivas para o Ecoturismo no Vale do Taquari, na sua opinião?
12. Soube que há algum tempo houve uma iniciativa para tornar o local uma APA. Qual sua opinião sobre isso?
13. Como foi a abordagem soa moradores e proprietários?
14. Quem eram os atores envolvidos?
15. Você tem mais algum comentário a fazer?
16. Conhece outros moradores ou proprietários com quem eu pudesse conversar?

Empresário, proprietário de terras no Morro Gaúcho, cuja idéia era desenvolver o ecoturismo.

1. Como adquiriu a sua propriedade no Morro Gaúcho?
2. Por que escolheu o Morro Gaúcho?
3. O que você espera de um local como o Morro Gaúcho?
4. O que mais lhe chama a atenção no Morro Gaúcho?
5. O que você acha que deveria permanecer igual e o que deveria mudar no Morro Gaúcho?
6. Na sua opinião, o que é turismo e ecoturismo?
7. Por que o interesse em trabalhar com Ecoturismo?
8. O que você espera ao explorar o Ecoturismo neste local?
9. Qual a sua opinião sobre as pessoas visitarem o Morro Gaúcho? Como você se sente?
10. Como você observa o relacionamento dos proprietários de terras com o poder público e outros agentes?
11. Qual a sua opinião sobre o município de Arroio do Meio desenvolver o turismo?
12. Na sua opinião, são feitos trabalhos para desenvolver o turismo no Morro Gaúcho?
13. Quais são as ações voltadas para o Ecoturismo no Vale do Taquari, na sua opinião?
14. Quais são as perspectivas para o Ecoturismo no Vale do Taquari, na sua opinião?
15. Soube que há algum tempo atrás houve uma iniciativa para tornar o local uma APA. Qual a sua opinião sobre isto?
16. Como foi a abordagem aos moradores e proprietários de terras?
17. Quem eram os atores envolvidos?
18. O sr. tem mais algum comentário a fazer?

19. Conhece outros proprietários de terras ou moradores com que eu pudesse conversar?

Empresário, proprietário de terras em Arroio Grande.

1. Como adquiriu a propriedade no Morro Gaúcho?
2. Porque escolheu o Morro Gaúcho e não outro local?
3. Qual o motivo para a aquisição da propriedade?
4. O que você espera de um local como o Morro Gaúcho?
5. O que mais lhe chama atenção no Morro Gaúcho?
6. O que você manteria e o que você mudaria no local?
7. Na sua opinião, o que é turismo?
8. Qual a sua opinião sobre o município de Arroio do Meio desenvolver o turismo?
9. Qual a sua opinião sobre as pessoas visitarem o Morro Gaúcho? Como você se sente?
10. Na sua opinião, que tipos de trabalhos são feitos para desenvolver o turismo no Morro Gaúcho?
11. Como você observa o relacionamento dos moradores e proprietários com o poder público e outros agentes que atuam no local?
12. Quais são as ações voltadas para o Ecoturismo no Vale do Taquari, na sua opinião?
13. Quais são as perspectivas para o Ecoturismo no Vale do Taquari, na sua opinião?
14. Soube que há algum tempo atrás, houve uma iniciativa de tornar o local uma APA. O que você pensa sobre isso?
15. Como foi a abordagem aos proprietários?
16. O sr. tem mais algum comentário a fazer?
17. Conhece outros moradores ou proprietários com quem eu pudesse falar?

Agências de viagens de Arroio do Meio:

- 1) Conte a história de sua empresa.
- 2) Como você observa o Turismo hoje no mundo? E no Vale do Taquari?
- 3) O que a empresa busca com o Turismo?
- 4) Qual o seu olhar sobre o turismo no Vale do Taquari?
- 5) Qual a sua opinião sobre o Ecoturismo?
- 6) Como observa o desenvolvimento do Ecoturismo na região?
- 7) Como é o mercado de viagens neste segmento?
- 8) Como observa a participação do setor público em iniciativas de desenvolvimento do Turismo no Vale do Taquari?
- 9) Existe demanda para as rotas turísticas já formatadas para o Vale? Sua agência organiza pacotes que abrangem estas rotas?
- 10) Já houveram iniciativas de turismo com Educação Ambiental propostas pela agência? Por que?
- 11) Sua agência tem roteiros que incluem visita ao Morro Gaúcho? Por que?
- 12) Em se tratando de um atrativo com rico potencial a ser explorado, o que falta para este local ser incluído nas rotas turísticas?
- 13) O que você espera de um local como o Morro Gaúcho?

ANEXO B - Atrativos do Vale do Taquari, por município.

MUNICIPIO	NATURAL	HIST. CUL.	MAN. USOS TRAD. POP.	REAL. TEC. CIENT. CONT.	ACONT. PROGR.	TOTAL ATRAT. MUNIC.
ANTA GORDA	4	x	6	x	x	10
ARROIO DO MEIO	4	8	6	3	x	21
ARVOREZINHA	3	1	4	x	x	8
BOM RETIRO DO SUL	x	3	5	1	1	10
CAPITÃO	4	x	5	x	x	9
COLINAS	1	1	5	x	x	7
COQUEIRO BAIXO	x	3	3	x	1	7
CRUZEIRO DO SUL	2	2	5	1	2	12
DOIS LAJEADOS	2	2	3	x	1	8
DOUTOR RICARDO	2	4	x	x	x	6
ENCANTADO	1	3	6	x	5	15
ESTRELA	5	11	4	x	3	23
FAZENDA VILANOVA	x	1	6	x	x	7
FORQUETINHA	1	1	3	x	1	6
FONTOURA XAVIER	4	x	4	x	1	9
ILOPOLIS	5	4	x	x	x	9
IMIGRANTE	3	3	3	3	4	16
ITAPUCA	5	1	4	x	x	10
LAJEADO	3	9	2	1	6	21
MARQUES DE SOUZA	11	x	3	x	2	16
MATO LEITÃO	1	2	5	x	2	10
MUÇUM	2	3	3	x	5	13
NOVA BRESCIA	2	2	3	x	1	8
PAVERAMA	1	3	4	1	2	11
POÇO DAS ANTAS	4	3	5	1	2	15
POUSO NOVO	1	x	4	x	x	5
PROGRESSO	5	2	5	x	x	12
PUTINGA	3	1	4	2	1	11
RELVADO	9	x	4	x	x	13
ROCA SALES	1	5	4	x	1	11
SERAFINA CORREA	1	2	5	x	1	9
SANTA CLARA DO SUL	x	x	4	x	1	5
TABAI	2	1	3	x	2	8
TEUTONIA	2	9	2	2	4	19
TRAVESSEIRO	x	x	5	x	x	5
VESPASIANO CORREA	2	1	3	x	2	8
WESTFALIA	x	2	5	x	3	10
TOTAL DE ATRATIVOS V. TAQUARI	96	93	145	15	54	403
% ATRATIVOS V. TAQUARI	23,82%	23,08%	35,98%	3,72%	13,40%	100%

ANEXO C – População Rural e Urbana dos Municípios do Vale do Taquari – 2007.

DEMOGRAFIA			
POPULAÇÃO			
ZONA			
	RURAL ¹	URBANA ²	TOTAL ³
	2007	2007	2007
Anta Gorda	3.919	2.244	6.163
Arroio do Meio	4.094	13.985	18.079
Arvorezinha	4.350	5.851	10.201
Bom Retiro do Sul	2.416	8.705	11.121
Canudos do Vale	1.496	445	1.941
Capitão	1.536	1.059	2.595
Colinas	1.284	1.120	2.404
Coqueiro Baixo	1.319	247	1.566
Cruzeiro do Sul	5.097	7.074	12.171
Dois Lajeados	1.903	1.431	3.334
Doutor Ricardo	1.463	590	2.053
Encantado	2.566	16.779	19.345
Estrela	4.533	24.526	29.059
Fazenda Villanova	1.527	1.394	2.921
Forquetinha	2.083	465	2.548
Ilópolis	2.077	2.119	4.196
Imigrante	1.591	1.422	3.013
Lajeado	235	67.239	67.474
Marques de Souza	2.551	1.492	4.043
Mato Leitão	n/d	n/d	n/d
Muçum	785	3.779	4.564
Nova Brésia	1.734	1.428	3.162
Paverama	3.715	3.893	7.608
Poço das Antas	1.239	737	1.976
Pouso Novo	1.410	582	1.992
Progresso	4.407	1.803	6.210
Putinga	2.722	1.467	4.189
Relvado	1.481	697	2.178
Roca Sales	3.927	5.993	9.920
Santa Clara do Sul	2.962	2.509	5.471
Sério	1.874	525	2.399
Tabaí	2.777	1.151	3.928
Taquari	4.284	21.293	25.577
Teutônia	3.802	21.259	25.061
Travesseiro	1.483	896	2.379
Vespasiano Corrêa	1.604	369	1.973
Westfália	1.744	972	2.716
Total do Vale	87.990	227.540	351.530
1 Descrição dos campos:			
1 População por região rural			
2 População por Região Urbana			
3 Total			
Fonte: IBGE - Contagem da População 2007			

FONTE: BDR, 2008 (GNUDATA em 15/03/2008 18:03)

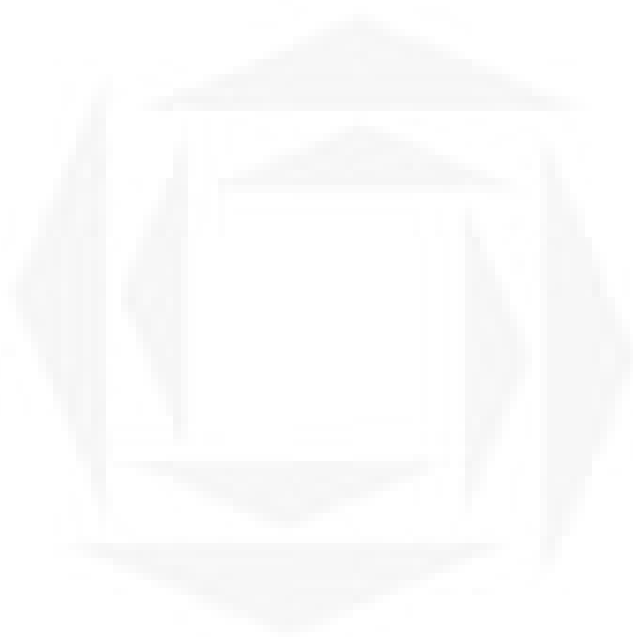
ANEXO D – Postos de trabalho formais por setor econômico em 2008

ECONOMIA										
POSTOS DE TRABALHO										
SETOR ECONÔMICO										
	Administração Pública ¹ 2006	Agropecuária ² 2006	Comércio ³ 2006	Construção Civil ⁴ 2006	Extrativa Mineral ⁵ 2006	Indústria de Transformação ⁶ 2006	Serviço ⁷ 2006	Serviço Industrial (Utilidade Pública) ⁸ 2006	Outros/Ignorados ⁹ 2006	Total ¹⁰ 2006
Anta Gorda	157	9	146	15	0	398	92	0	0	817
Arroio do Meio	430	140	572	13	0	4.150	858	6	0	6.129
Arvorezinha	201	14	196	14	13	374	155	5	0	972
Bom Retiro do Sul	325	107	354	0	9	1.941	163	10	0	2.909
Canudos do Vale	89	3	14	0	0	43	5	0	0	154
Capitão	125	95	17	0	0	253	12	0	0	502
Colinas	84	3	35	0	0	253	28	0	0	403
Coqueiro Baixo	55	0	5	0	0	0	2	0	0	62
Cruzeiro do Sul	196	82	264	54	18	1.338	122	1	0	2.075
Dois Lajeados	86	14	52	0	0	70	122	0	0	344
Doutor Ricardo	77	13	21	0	0	96	12	0	0	219
Encantado	291	80	1.006	465	0	2.798	993	24	0	5.657
Estrela	721	124	1.449	386	424	2.996	2.181	13	0	8.294
Fazenda Villanova	126	24	60	0	0	474	27	0	0	711
Forquetinha	109	2	7	1	0	202	23	0	0	344
Ilópolis	149	14	51	4	0	160	59	2	0	439
Imigrante	114	9	99	1	0	451	51	0	0	725
Lajeado	1.287	140	5.465	1.060	0	8.943	6.532	110	0	23.537
Marques de Souza	131	23	103	12	0	157	89	1	0	516
Mato Leitão	111	13	95	6	0	699	104	0	0	1.028
Muçum	169	27	117	8	0	1.026	232	0	0	1.579
Nova Bréscia	88	8	56	17	0	57	76	2	0	304
Paverama	188	12	173	0	0	922	104	2	0	1.401
Poço das Antas	54	0	39	1	0	173	17	0	0	384
Pouso Novo	93	17	21	1	0	27	44	0	0	203
Progresso	126	1	70	0	13	151	71	0	0	432
Putinga	157	1	49	0	25	96	75	1	0	404
Relvado	87	10	20	0	0	46	12	0	0	175
Roca Sales	204	43	157	8	0	2.797	266	3	0	2.478
Santa Clara do Sul	169	6	116	69	0	1.554	94	0	0	2.008
Sério	89	2	15	3	6	6	21	0	0	142
Tabaí	152	54	48	0	5	187	59	0	0	505
Taquari	675	288	932	115	1	1.772	766	158	0	4.707
Teutônia	388	166	1.074	223	0	6.359	1.023	322	0	9.555
Travesseiro	78	5	9	0	0	399	9	0	0	500
Vespasiano Corrêa	72	1	28	6	6	115	11	0	0	249
Westfália	139	19	41	2	0	505	36	0	0	742
Total do Vale	7.792	1.569	1.569	2.484	520	41.988	14.546	660	0	82.545

Descrição dos campos:

- 1 Administração Pública
- 2 Agropecuária
- 3 Comércio
- 4 Construção Civil
- 5 Extrativa Mineral
- 6 Indústria de Transformação
- 7 Serviço
- 8 Serviço Industrial (Utilidade Pública)
- 9 Outros/Ignorados
- 10 Total

FONTE: BDR, 2008 (Gerado por GNUMATA em 15/03/2008 19:03)



UNIVATES

ANEXO E – Número de empresas exportadoras por segmento em 2006

Segmento	Quantidade	%
Couro/calçado	20	25,00
Alimentício	16	20,00
Pedras preciosas/jóias	15	18,75
Móveis	10	12,50
Agroindustrial	4	5,00
Celulose	3	3,75
Madeira	2	2,50
Perfumaria/limpeza	2	2,50
Resíduos plásticos	2	2,50
Defensivo agrícola	1	1,25
Explosivos	1	1,25
Ingredientes químicos	1	1,25
Máquinas e implementos	1	1,25
Sistemas eletrônicos	1	1,25
Vestuário	1	1,25
Vale do Taquari	80	

FONTE: BDR, 2008

ANEXO F - Número de Escolas em 2007

Educação			
Número de Escolas			
	Rede estaduais ¹ 2007	Rede particular ² 2007	Rede municipal ³ 2007
Anta Gorda	1	0	8
Arroio do Meio	1	3	22
Arvorezinha	7	0	26
Bom Retiro do Sul	7	4	12
Canudos do Vale	1	0	8
Capitão	1	0	8
Colinas	1	0	2
Coqueiro Baixo	1	0	4
Cruzeiro do Sul	8	0	13
Dois Lajeados	3	0	1
Doutor Ricardo	2	0	1
Encantado	8	6	14
Estrela	11	4	21
Fazenda Villanova	2	0	4
Forquetinha	1	0	4
Ilópolis	4	0	17
Imigrante	1	0	6
Lajeado	12	26	25
Marques de Souza	4	0	3
Mato Leitão	1	0	4
Muçum	1	0	4
Nova Brésia	5	0	10
Paverama	2	0	16
Poço das Antas	2	0	3
Pouso Novo	1	0	8
Progresso	4	1	16
Putinga	2	0	20
Relvado	1	0	7
Roca Sales	1	2	10
Santa Clara do Sul	1	1	9
Sério	1	0	9
Tabaí	2	0	6
Taquari	11	6	16
Teutônia	3	15	18
Travesseiro	1	0	7
Vespasiano Corrêa	1	0	7
Westfália	1	1	4
Total do Vale	117	69	373
Descrição dos campos: 1 Rede estadual 2 Rede particular 3 Rede municipal			

FONTE: BDR, 2008 (GNUDATA em 15/03/2008 21:03)

ANEXO G - Matrículas iniciais em 2006.

Educação			
Número de Matrículas iniciais			
	Educação Infantil ¹ 2006	Ensino Fundamental ² 2006	Ensino Médio ³ 2006
Anta Gorda	92	771	279
Arroio do Meio	922	2.408	888
Arvorezinha	200	1.682	452
Bom Retiro do Sul	510	1.740	548
Canudos do Vale	26	277	0
Capitão	128	373	133
Colinas	82	262	73
Coqueiro Baixo	27	201	0
Cruzeiro do Sul	301	1.486	368
Dois Lajeados	60	386	157
Doutor Ricardo	64	292	81
Encantado	917	2.608	846
Estrela	1.406	4.047	1.514
Fazenda Villanova	79	522	156
Forquetinha	80	301	54
Ilópolis	92	561	171
Imigrante	103	295	128
Lajeado	3.018	9.563	3.069
Marques de Souza	140	519	102
Mato Leitão	96	551	152
Muçum	216	730	198
Nova Brésia	133	383	207
Paverama	170	926	212
Poço das Antas	77	281	95
Pouso Novo	41	335	75
Progresso	175	1.113	208
Putinga	137	614	163
Relvado	44	256	82
Roca Sales	322	1.110	424
Santa Clara do Sul	233	677	223
Sério	50	354	130
Tabaí	96	591	227
Taquari	527	4.034	1.141
Teutônia	1.254	3.393	1.221
Travesseiro	86	266	87
Vespasiano Corrêa	51	172	73
Westfália	97	340	0
Total do Vale	12.052	44.420	13.937
Descrição dos campos:			
1 Rede estadual			
2 Rede particular			
3 Rede municipal			

FONTE: BDR, 2008 (GNUDATA em 15/03/2008 22:03)

ANEXO H – Morro Gaúcho: uma área para proteger.

MORRO GAÚCHO: UMA ÁREA PARA PROTEGER

Está em discussão, no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Arroio do Meio, a criação de uma Unidade de Conservação no Morro Gaúcho. O que é uma Unidade de Conservação?

Unidade de Conservação é qualquer área que é administrada para ajudar na preservação de espécies animais e vegetais existentes em uma região. Assim, o Jardim Botânico de Lajeado é um tipo de Unidade de Conservação. No caso do Morro Gaúcho, o tipo de Unidade de Conservação que está sendo pensado é uma Área de Proteção Ambiental (mais conhecida como APA). Esse tipo de unidade é bem diferente do caso do Jardim Botânico, por vários motivos:

- Não há desapropriação de terras; os donos continuam sendo os mesmos.
- Os direitos dos proprietários de vender ou comprar áreas de terras no local permanecem intocáveis.
- O poder público fica responsável pela infraestrutura e segurança do local no que diz respeito à preservação ambiental.
- Existem limitações à forma de produzir, que são definidas quando da criação da APA.

Antes da criação de uma APA, o poder público (no caso a Prefeitura Municipal) convoca todos os moradores para uma audiência pública de discussão e encaminhamentos. Se os proprietários e moradores concordarem, a APA é criada. Assim, uma APA não é administrada somente pelo poder público, mas por toda a comunidade que mora no local. Em troca, o Poder Público lhe assegura proteção (através de um guarda florestal) e lhe dá o direito de usufruir dos benefícios turísticos e comerciais que dali surgirem. Existem muitos exemplos onde isso já ocorre. Após alguns anos da instalação da APA, a movimentação ecoturística acaba abrindo várias possibilidades de empreendimentos que vão desde pontos de venda de produtos coloniais e artesanais até de infraestrutura para alojamento e refeições.

A Ecobé vem discutindo a criação de uma APA do Morro Gaúcho desde 2000, e apóia integralmente essa idéia. Aachamos que uma APA poderá caminhar rumo ao Desenvolvimento Sustentável, onde ecologia e economia se juntam para favorecer a sociedade.

ECOBÉ – a ONG que quer vida longa para a natureza do Vale do Taquari.



[illegible]

ANEXO J - Projetos de Educação Ambiental das Escolas Municipais de Arroio do Meio.

Projeto: Para que a vida nos dê flores e frutos

Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Barra do Forqueta

Objetivo: Promover a educação ambiental através da realização de atividades como embelezamento e aproveitamento organizado do pátio, horta e pomar da escola, visando o desenvolvimento da consciência ambiental.

Algumas Ações Destaque:

- Preparo da horta, sementeira e plantio de mudas, envolvendo todos os alunos e professores;
- Visita da horta familiar pelos alunos e professores;
- Continuação do plantio de frutíferas e sementeira de grama no pomar;
- Dar continuidade a arborização na Rua Nicolau Käffer, e dar atenção especial as que já foram plantadas em 2006;
- Construção, este ano, de um Caramanchão com o plantio de flores “Três Marias” para interligar os dois prédios e embelezar o pátio da escola.

Projeto: ECOBAG

Escola Municipal de Ensino Fundamental Bela Vista

Objetivos: Reduzir o uso de sacolas plásticas nas compras do dia-a-dia e conscientizar a comunidade escolar de que o que fazemos com o lixo que produzimos define a nossa qualidade de vida.

ALGUMAS AÇÕES DESTAQUES:

- 1) Discussão sobre os problemas ambientais, ressaltando a questão do lixo produzido na casa dos alunos e medidas que poderiam ser adotadas pelas famílias.
- 2) Lançamento do projeto “ECOBAG” em todas as turmas e convite para participação do concurso que escolherá uma frase a ser impressa na sacola em TNT.
- 3) Escolha da frase mais criativa e confecção de uma sacola em TNT para cada família dos alunos da escola.
- 4) Os alunos personalizam a sacola da sua família realizando uma pintura.
- 5) Mostrar aos alunos da escola, através de uma exposição, alternativas adotadas por pessoas da comunidade local e que podem ser realizadas na família (composteira, produtos confeccionados a partir de materiais reaproveitados ou reciclados,...)
- 6) Na noite de encerramento da escola com as famílias, cada aluno entrega a sacola confeccionada aos pais.

Projeto: Arborização e Vida Saudável

Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Isabel

Período de realização: março a dezembro/2008

Objetivo geral: Restaurar a paisagem natural com a introdução de espécies vegetais, respeitando o ecossistema existente e propiciando, assim, uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos e do ambiente que os cerca, colocando em prática a Educação Ambiental.

Objetivos específicos

- Arborizar uma parcela da futura Área de Lazer com a introdução de espécies nativas.
- Construir uma composteira orgânica.
- Estimular a preservação do meio ambiente.
- Conscientizar a comunidade escolar e local da importância da preservação do meio ambiente.
- Valorizar o espaço físico disponível, integrando-se de forma harmoniosa e responsável com o ambiente.
- Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos para uma vida saudável.

DESCRIÇÃO DA ÁREA

A área localizada junto à Área de Lazer apresenta relevo relativamente uniforme, com suave declividade a partir da área próxima da escola em direção ao arroio Arroio do Meio, que se encontra na cota mais baixa. O terreno é constituído por afloramentos basálticos e solos relativamente rasos, resultantes da intemperização desta rocha.

A cobertura vegetal da área pode ser subdividida em três diferentes ambientes: a) capoeira, constituída basicamente de gramíneas como o capim-rabo-de-burro (*Cynodon dactylon* (L.) Pres.), o capim-grama (*Stenotaphrum secundatum* (Walt.) Kuntz.) e capim-navalha (*Scleria secans* (L.) Urb.); b) floresta secundária composta por espécies arbóreas nativas como aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi.), camboatá-vermelho (*Cupania vernalis* Camb.), jerivá (*Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassm), fumo-bravo (*Solanum erianthum* D. Don), pitangueira (*Eugenia uniflora* Linn.), entre outras, mescladas com exóticas como uva-japão (*Hovenia dulcis* Thunb.); c) banhado com vegetação a área “a” (capoeira), sendo que ocorre a presença de uma nascente, que, conjugada com a característica do terreno, formam um local alagadiço (em anexo croqui da área com identificação dos três ambientes descritos).

AÇÕES / METODOLOGIA

As ações previstas são as seguintes:

- Análise da área verde disponível.
- Contatos com o Setor Público Municipal do Meio ambiente.
- Realização de palestras com profissionais da área ambiental, referentes à questões ambientais.
- Visitação a um viveiro de Essências Florestais.
- Entrevistas com os moradores da comunidade para colher dados sobre a história da área destinada à futura área de lazer.
- Demarcação do futuro caminhódromo e definição das áreas a serem arborizadas.
- Identificação das espécies existentes nos locais destinados à arborização, com o auxílio de profissionais da área.
- Seleção das espécies nativas a serem introduzidas no local (assistência da Prefeitura e EMATER).
- Estudo das espécies identificadas e das espécies selecionadas para o plantio.
- Estudo sobre o banhado localizado na área destinada ao projeto (tipo de vegetação, qualidade da água, espécies animais que ali habitam, enfim, o meio biótico e abiótico).
- Preparação dos tutores para o plantio das mudas.
- Acompanhamento das roçadas realizadas pela Prefeitura Municipal.
- Construção de um viveiro com canteiros e plantio de sementes oriundas do Clube da Árvore, que serão utilizadas no projeto de arborização.

- Plantio das mudas de espécies nativas.
- Visita da responsável pelo departamento municipal do Meio Ambiente.
- Visitação ao Jardim Botânico de Lajeado para enriquecer os trabalhos do projeto. (Semana do Meio Ambiente)
- Monitoramento periódico das mudas pelas turmas de alunos das 7ª e 8ª séries (desenvolvimento das mudas e avaliação do índice de pega, ocorrência de predadores ou danos de qualquer natureza).
- Identificação das espécies vegetais que foram plantadas e das já existentes, com plaquetas feitas pelos alunos.
- Reunião envolvendo representantes da prefeitura municipal (secretária de educação e cultura e secretário de obras) e representantes das entidades do bairro Rui Barbosa (escola, clube, comunidade católica, mães, idosos), para tratar do início das obras na futura área de lazer;
- Encontros do Grupo Ambiental (profª Ana participa em nome da escola) para tratar da arborização que está sendo realizada na área de lazer;
- Visitação da equipe da prefeitura responsável pela topografia (Joelcí e Augusto).
- Construção de uma composteira orgânica para reaproveitar restos vegetais.

As mudas serão plantadas por meio de processo manual, em períodos apropriados (meses de junho a setembro), considerando o teor adequado de umidade do solo, tendo um espaçamento intermuda de 4 a 6 metros, com covas de tamanho conforme necessidade da muda. Todas as mudas serão firmemente amarradas a um tutor de forma que o material usado para amarrar faça um “8” entre o tronco e o tutor. Além do emprego de um procedimento adequado de plantio, será feito o acompanhamento das mudas para evitar o ataque de organismos nocivos ao seu desenvolvimento (como formigas e lagartas), bem como a verificação da necessidade de medidas de compensação de faltas de chuvas. Caso seja necessário será executado o coroamento das mudas até duas vezes por ano, conforme necessidade.

As espécies arbóreas introduzidas serão monitoradas com periodicidade quinzenal. O monitoramento será executado por turmas de alunos acompanhados por professoras da área de Ciências.

Durante os eventos de monitoramento das essências florestais serão observados os seguintes aspectos: desenvolvimento das mudas, status de umidade do solo e das mudas (de modo visual), ocorrência de predação das mudas por formigas, ocorrência de danos de qualquer natureza.

Será realizado ainda um acompanhamento junto às mudas plantadas, para avaliar o índice de pega das espécies.

O assessoramento técnico será dado pelo:

- Departamento do Meio Ambiente de Arroio do Meio;
- Empresa de Assessoria Ambiental TECNICY (Bióloga Maria Júlia Feldens e Eng. Agrônomo Fernando Heissler);
- Secretaria da Agricultura (André Rosembach);
- EMATER (Roque Telöken, André Muller e Elias de Marco);
- Professores da Área de Ciências Biológicas da Escola;
- Arquiteto da prefeitura municipal Claus Haetinger.

Projeto: Um sim à vida, amor à natureza – repensando o lixo.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Arlindo Back

Objetivo geral: Proporcionar uma reflexão sobre o conceito de Lixo e as relações entre produção de Lixo e consumo.

Objetivos Específicos:

- Incentivar a Educação Ambiental para que faça parte do cotidiano da Escola e da Comunidade, compreendendo que cuidar do meio Ambiente e conservá-lo é importante à vida;
- Visualizar e analisar o lixo produzido pelos próprios alunos;
- Estimular e sensibilizar os alunos a uma reflexão sobre a melhoria das condições de vida;
- Estimular a criatividade, imaginação, exploração de idéias, através da troca de informações sobre o tema, proporcionando o desenvolvimento das áreas afetiva, cognitiva e psicomotora;
- Estimular a coleta seletiva na Escola e Comunidade;
- Proporcionar através da coleta realizada, a reciclagem;
- Repensar formas de produzir menos lixo;
- Preservar o ambiente escolar;
- Pesquisar alternativas de destinação do lixo ecologicamente corretas.
- Separar o lixo em lixeiras com identificação e cores, conforme a Legislação.
- Coletar água da chuva para regar a horta.

Plano de ação:

- Divulgação do projeto na Escola, incluindo a Comunidade;
- Reflexão sobre o destino do lixo, da Escola e também de suas casas;
- Colocação de lixeiras com as cores padronizadas;
- Separação do lixo (papel – lixeira azul; amarelo – metais; verde - vidro; vermelho – plástico; marrom – resíduos orgânicos);
- Realização de experiências;
- Exploração de textos e filmes;
- Produção de textos;
- Confecção de cartazes;
- Restauração de livros;
- Restauração de brinquedos de madeira;
- Reciclagem de papéis;
- Confecção de cartões e jogos com papéis e materiais reciclados;
- Composteira;
- Horta;
- Plantio de árvores;
- Manutenção do relógio dos Chás;
- Colocação de calha e reservatório de água.

ANEXO K – Quadro síntese das representações sociais dos atores envolvidos no Morro Gaúcho.

Categorias Representações Sociais	Poder público	ONG Ecobé	Iniciativa Privada	Comunidade
Representações sobre o turismo	Econômica, indústria Limpa. Relacionado a viagens. Negócio. Transferência de responsabilidades.	Econômica, indústria Limpa. Ecológica, preocupação com a questão ambiental, necessidade de cuidados com a exploração da atividade. Ausência de representações sobre os impactos do turismo. Distanciamento do poder público.	Econômica, indústria Limpa. Falta de interesse do poder público. Falta de conhecimento técnico das lideranças. Não é benéfico para o Morro Gaúcho. Ausência de ações coletivas	Conhecimento baseado no senso comum. Não se considera ativamente envolvida. Possibilidade de revitalizar o Morro Gaúcho. Convívio social. Transferência de responsabilidades.
Representações sobre o Morro Gaúcho	Subjetivas, afetividade com o local. Estéticas, paisagem, beleza do local. Ecológica, manter o local limpo e preservado. Política, necessidade de empreendedores. Transferência de responsabilidades.	Subjetivas, afetividade com o local. Estéticas, paisagem, beleza do local. Ecológica, manter o local limpo e preservado. Sustentabilidade socioeconômica e ambiental.	Subjetivas, afetividade com o local. Estéticas, paisagem, beleza do local. Ecológica, manter o local limpo e preservado. Individualidade, preservam apenas a sua propriedade. Turismo de massa, necessidade de investimentos em infra-estrutura para desenvolver o Morro Gaúcho.	Subjetivas, afetividade com o local. Estéticas, paisagem, beleza do local. Ecológica, manter o local limpo e preservado. Memórias do passado que reforçam as representações subjetivas. Cidadania, obstáculos das leis.
Representações sobre a APA	Insegurança em retomar a questão. Econômica, interesse em verbas federais destinadas a implantação de unidades de conservação	Sustentabilidade, nova alternativa para os moradores locais.	Ecológica, manter o local preservado. Econômica, explorar o ecoturismo como nova alternativa de uso da terra, dentro da APA. Econômica + legalidade, prejudica a atual fonte de renda das propriedades. Perda e insegurança, falta de esclarecimentos sobre as implicações da APA.	Perda e insegurança, falta de esclarecimentos sobre as implicações da APA. Falta de informação: boatos, animais selvagens. Sustentabilidade, nova alternativa para os moradores locais (para aqueles que participaram ativamente da implantação da APA).
Representações sobre questões ambientais			Antropocêntrica, baseada na preservação do homem e do direito de produzir.	Antropocêntrica, baseada na preservação do homem e do direito de produzir.

			Legalidade, a questão ambiental interfere no manejo de sua propriedade. Apropriação do meio ambiente.	Apropriação do meio ambiente. Sócio-ecológica, recomposição da natureza. Ecológica, preocupação com a preservação do Morro Gaúcho. Mudanças na forma de pensar e agir em relação ao meio ambiente.
--	--	--	---	--

ANEXO L – Sugestão de roteiro turístico no Morro Gaúcho.

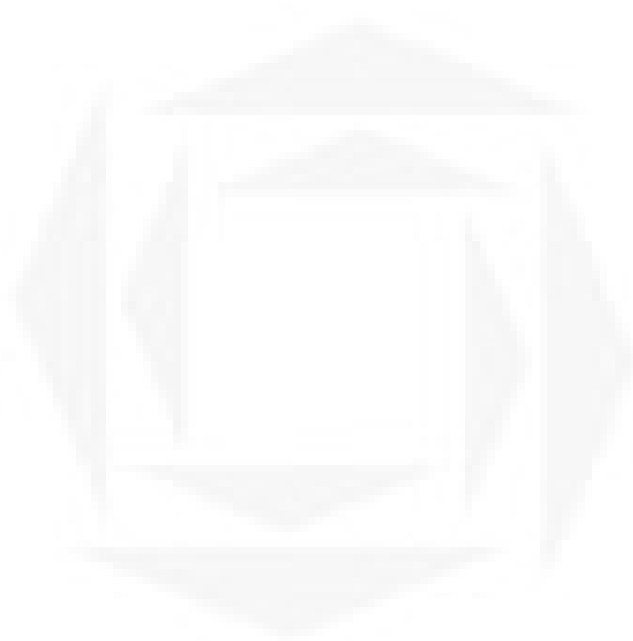
Na parte da manhã, chegada ao Morro Gaúcho através do acesso de Palmas. Visita a estação de transbordo de lixo. Nesta visita, é possível fazer apreensões a respeito da questão do excesso de consumo no mundo e da importância da coleta seletiva de lixo e da reciclagem. Ainda neste local, é possível mostrar aos visitantes o problema que o excesso de consumo traz ao meio ambiente quando não existem recursos suficientes para tratar estes resíduos. Também é possível fazer abordagens a respeito do efeito estufa, já que nestas estações há o problema da geração de gás metano.

Após a visita a estação de transbordo, parada na propriedade de Genésio Hendler para a realização de práticas de arvorismo. No local, pode-se fazer uma abordagem sobre a questão ambiental e como o turismo pode contribuir para isso, através de práticas esportivas: caminhadas, trilhas, escaladas, arvorismo, entre outras.

Subida até o topo do morro (laje) para almoço (piquenique). No topo do morro, é possível que os visitantes sejam sensibilizados para a questão ambiental no que diz respeito às interferências no meio ambiente e como a natureza tem o poder de se recompor. O momento é oportuno, já que a vista do Vale do Taquari é espetacular. Enquanto os visitantes descansam, os condutores podem contar a história do Morro Gaúcho e o quanto o local foi depredado.

A tarde inicia com uma trilha nas terras do Sr. Albano Jung. A trilha inicia no topo do Morro Gaúcho e passa por remanescentes de Mata Atlântica e locais onde é possível chegar somente a pé ou com moto. A trilha tem aproximadamente 2 horas de duração. Ao longo da caminhada tem-se a oportunidade para avistar pequenos animais silvestres, córregos de água e plantas nativas, como o palmito. Também é possível conscientizar o grupo sobre o problema da extração ilegal de palmito, fator relatado pelo proprietário e também pela ONG Ecobé. A trilha termina na propriedade do Sr. Albano Jung. Este morador teria a oportunidade de vender produtos sem agrotóxicos, produzidos em sua propriedade. Antes de retornar ao local de origem se faz uma parada na tenda da “Sonia das Rapaduras”, moradora do Morro Gaúcho que produz uma das melhores rapaduras da região.

Quando o grupo estiver retornando, é possível fazer uma reflexão crítica sobre o passeio tais como as questões que mais chamaram a atenção e como cada um modificou suas representações sociais e ambientais.



UNIVATES